

01566-2005-007-18-00-8



1.566/2005-1 RT 7ª Vara - GOIÂNIA

## RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO	ate do 117
FOLHA 8 QD. 17 LT. 01 NOVA MARABÁ, CEP 68.500-000, MARABÁ - PA	INS She Die 1NS 17/02/06-10:00
ADV: ENIVAL PIRES DA SILVA O.A.B: 16960 GO AV C-17 N 135 ST SUDOESTE, CEP 74.303-280, GOIÂNIA - GO	PROC. EM PARTE
RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.	
ALAMEDA PROGRESSO Nº 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS, CEP 74.433-150, GOIÂNIA - GO	
ADV: KELLY SUZY SANTOS O.A.B: 17068 GO AV.T-38 esq. T-61 Apto. 503 Setor Bueno 74230-080 GOIANIA,GO	A CONTRACT OF THE STATE OF THE
N° DE DISTRIBUIÇÃO: 20.239/2005 RT  VALOR DA CAUSA: R\$ 39.200,00  Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois mil e	
cinco na secretaria da Vara Trabalhista acima destacada, autuo a reclamação que segue competocumentos.  Eu	



# ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR
-CÍVELDado baixa em:

17 AGO 2005
DISTRIBUIDOR



JUIZ

REDISTRIBUICAO: NORMAL

DATA: 27/06/2001 - 07:57

PROTOCOLO: 06/06/2001 - 14:58

NATUREZA : INDENIZACAD POR ACIDENTE DE TRABALHO

20139

REQUERENTE

: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO-

ADV. REGTE

: ENIVAL PIRES DA SILVA - GO

REQUERIDO

: ANDRADE E VIEIRA LTDA

ADV. REGDO

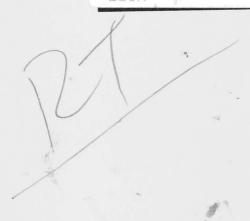
: KELLY SUZY SANTOS - GO

VALOR DA CAUSA

39,200,00 GT DOC:

GHTA 6

: 1.256.469-9 SERIE : 6



AUTUAÇÃO

NESTA DATA AUTUO OS PRESENTES AUTOS

ESCRIVÃO



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA

CC 39676

## Relator, o Senhor Ministro



(2003/0127724-9)

Volume : 1/1

96

Autuado em 25/07/2003

Assunto : Civil - Responsabilidade Civil - Indenização -

Trabalho - Acidente

AUTOR : MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO ADVOGADO : ENIVAL PIRES DA SILVA E OUTRO

: ANDRADE E VIEIRA LTDA

ADVOGADO : KELLY SU ZY SANTOS

SUSCITANTE : JUÍZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA DE FAMÍLIA SUCESSÕES E

CÍVEL DE GOIÂNIA - GO

Distribuição automática em 22/08/2003

RELATOR : MINISTRO CASTRO FILHO - SEGUNDA SEÇÃO

Justiça gratuita





## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO







## ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO

**COMARCA DE** 



5.ª VARA DE FAMILIA, SUCES. E CIVEL

1.º JUIZ DE DIREITO

2043/2001

1.

5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL 200100923806

JUIZ

RED

REDISTRIBUICAO: NORMAL

DATA: 27/06/2001 - 07:57

PROTOCOLO: 06/06/2001 - 14:58

NATUREZA : INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO.

REQUERENTE

: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADV. REGIE REGUERIDO : ENIVAL PIRES DA SILVA - GO : ANDRADE E VIEIRA LTDA

ADV. REGDO

: KELLY SUZY SANTOS - GO

VALOR DA CAUSA

39.200,00 OT DOC:

GUIA

: 1.256.469-9 SERIE : 6

Particu ...

AUTUAÇÃO

NESTA DATA AUTUO OS PRESENTES AUTOS

ESCRIVÃO



## ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO

**COMARCA DE** 

5.ª VARA DE FAMILIA, SUCES. E CÍVEL

3.º JUIZ DE DIREITO

2043101

REDISTRIBUICAD: NORMAL

PROTOCOLO: 06/06/2001 - 14:58 NATUREZA : INDENIZACAD POR ACIDENTE DE TRABALHO

REQUERENTE ADV. REDTE

: MICUEL MARTINS CARNEIRO FILHO : ENIVAL PIRES DA SILVA - 80 : ANDRADE E VIEIRA LIDA

REQUERTDO

PARTICU

VALOR DA CAUSA :

30,200,00 OT DOC:

AUTUAÇÃO NESTA DATA AUTUO OS PRESENTA 03,07,2001

J'UMAKIO



**ESTADO DE GOIÁS** 

## PODER JUDICIÁRIO

**COMARCA DE** 

## 1º JUIZ DE DIDEITO

651/01

:07000L0: 06/06/2001

# SUMÁRIO

AUTUAÇÃO
NESTA DATA AUTUO OS PRESENTES AUTOS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS.

- ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA -

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, brasileiro, casado, soldador mecânico, portador da CI/RG n. 4298925 SSP-GO., e no CPF/MF n. 878.404.131-53, residente e domiciliado na Av. 24 de 3.689, Bairro Aeroviário, Goiânia-GO., por advogados, infra-assinados (m. j.), profissionalmente estabelecidos na Av. C-17, n. 135, Setor Sudoeste, Goiânia, GO., onde espera receber as notícias forenses de estilo (CPC, art. 39, I), vem, respeitosamente, perante V. Exa. para propor a presente AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO C/C DANOS MORAIS E ESTÉTICOS, em face de ANDRADE E VIEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Vindobona, n. 168, Setor Esplanada do Anicuns, Goiânia-GO., com fundamento nos arts. 159, 1518, 1.521, III, e seguintes, todos do Código Civil, e Súmula 37, do Superior Tribunal de Justiça, a se processar pelo RITO SUMÁRIO, previsto nos arts. 275 e seguintes do CPC., e também nos motivos de fato/e de direito que passa a narrar, para, ao final, requerer o quanto basta:

## **DOS FATOS**

Conta o requerente e comprova com a documentação acostada, que no dia 26 de abril de 2000 sofreu acidente de trabalho,

CARTORIO DISTRIBUIDOR CIVEL

DISTRIBUIÇÃO

Livis

Vara

Ao M.M. Juiz da

Promator de Justica

A Escrivil de

de

Distributur

Distributur

EM BRATTIC



quando estava fazendo um reparo de um caminhão para colocar os pistões hidráulicos. Foi quando o seu patrão e dono da requerida Sr. Eustáquio, mandou que o mesmo soldasse o pistão, pois o mesmo estava com vazamento, e no momento da limpeza o registro estourou e óleo entrou no dedo polegar esquerdo, próximo à unha, o que o deixou impossibitado de trabalhar por mais de 08 meses.

Devemos esclarecer, que quando do acidente, ao requerente não foi dado nenhum equipamento de proteção, e o mesmo <u>não estava usando</u> nenhuma proteção, tais como <u>luvas</u>, óculos, etc.... e, inclusive a requrida não fez a devida comunicação ao INSS, e nem tampouco lhe indenizou os dias parados.

O autor trabalhava na empresa como soldador meânico e ganhava R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, o que deverá ser o requerente indenizado pelo tempo que ficou parado, ou seja por 08 (oito) meses. Deverá a requerida indenizar o requerente ainda com uma indenização por danos estéticos e morais, já que o requerente ficou com o dedo inchado e totalmente desfigurado "preto" devido ao óleo Ter penetrado na carne, indenização essa que deverá ser fixada no montante de 200 (duzentos salários mínimos, a serem pagos de uma só vez.

Várias foram as tentativas de obter junto à requerida, o recebimento das importâncias aqui pleiteadas, bem como da pensão mensal, sendo que não obtiveram êxito, não restando outra alternativa senão procurar os meios judiciais competentes.

## DO DIREITO:

Os atos ilícitos estão estabelecidos no art. 159, do CC, o qual prescreve que "aquele que por ação ou omissão, voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízos a outrem fica obrigado a reparar o dano."



No tocante ao **DANO MORAL**, cumulativamente pleiteado pelo suplicante, está a pretensão em perfeita consonância com o hodierno entendimento doutrinário e jurisprudencial pátrios, conforme se verá a seguir:

**SÚMULA 37 DO STJ** 

"SÃO CUMULÁVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E DANO MORAL ORIUNDOS DO MESMO FATO".

A Doutrina é mansa e pacífica, no que diz respeito à reparabilidade do dano moral, e, a propósito vejamos o que diz MARMITT, Arnaldo, em sua Obra Perdas e Danos, pág. 107/109, "mutatis mutandis":

"Os atributos do ser humano, as virtudes que o valores e dignificam, são seus espirituais, os valores da honradez, do bom sentimentos da personalidade, dos qualquer patrimônio enfim, todo e afeicão, valia inestimável. espiritual de Qualquer atentado a esse patrimônio deve ser possível. ressarcido da melhor forma Justificando essa tutela, WILSON DE MELO DA SILVA, argumenta que: "quando se manda reparar o prejuízo do dono do cão de luxo, atropelado, ou o preço do asinino roubado, dos exemplos de GIOLA e de GIORGI, e se recusa a reparação da mágoa do pai, que, em vez do cão, tivesse nos braços morto, o próprio filho, ou da vergonha do honesto, chefe de família que, ao invés do burro, se visse espoliado da própria honra por inescrúpulo de terceiros, não saberíamos no enfileirarmos número certo caso nos de que lado, seguramente estivesse justiça e o direito, a moral e a lógica, o bom senso e a equidade. Ninguém põe em dúvida que pelo burro roubado, a seu dono assistiria, por isso, uma indenização. No entanto, se o que se rouba é a honra ou a tranquilidade,



hombridade? Nenhuma compensação, por isso, lhe será devida?

Deixa-se também impune a difamação contra a honra e contra o crédito, apenas porque a honra e o crédito não se compram ou não se vendem? Se a moça esquiva deforma o amante preterido o rosto, com um punhal ou se desvirgina o sedutor vulgar a moça inexperiente, apenas ficariam sujeitos, ambos, às simples despesas médico-hospitalares e nada mais? Não, exclama CIORGI. Tais conclusões aberrariam o sentimento natural, ínsito em todos nós, do justo e do injusto" (Dano Moral

e sua Reparação - pág. 677).

indenização puramente A tornou-se inquestionável. Não poderia negado, v. g., a um comerciário de conduta ilibada e de alto conceito perante o público geral, que repentinamente se visse capitis despedido, desempregado, com diminutio, taxado de larápio, forçado responder inquérito. Sem dúvida, pratica abuso de direito, quem leva avante acusações infundadas, e sujeita-se a ressarcir perdas e danos, pelo dano moral causado, e consistente no profundo e injustificado abalo provocado. Neste caso, cabe a cumulação do dano moral com patrimonial. O dano moral não se repara in totum com absolvições e desmentidos, pois o requerido dele sempre permanece indelével, a perpetuar a dor, a vergonha e o vexame. prejuízo moral em tais condições é evidente, vez que somente uma pessoa anormal não sentiria prejudicada pela acusação falsa de de furto ou de cometido delito apropriação indébita.

"Para YUSSEF SAID CAHALI, o dano moral é indenizável claro e indefinidamente, tanto quanto o dano patrimonial. "Dizer-se que repugna à moral reparar-se a dor alheia com o dinheiro, é deslocar a questão, pois não se



está pretendendo vender um bem moral, mas simplesmente se está sustentando que esse bem, como todos os outros, deve ser respeitado. Quando a vítima reclama a reparação pecuniária do dano moral, não pede um preço para a sua dor, mas, apenas que se lhe outorque um meio de atenuar em parte as consequências da lesão jurídica. Por outro lado, mais imoral seria ainda proclamar-se total indenidade do causador do dano" (Dano e Indenização - pág. 13).

Quanto aos DANOS MORAIS, entre nossos mais expressivos doutrinadores, podemos citar MANUEL INÁCIO CARVALHO DE MENDONÇA, em Doutrina e Prática das Obrigações, 4a. ed. Forense, 1956, Vol. II, N.743, que leciona:

"A dificuldade na identificação do dano não basta para deixá-lo sem reparação, pois desde pode conceber nesta matéria se existência de um próprio e verdadeiro dano a pessoa, a recusa à tutela da vida, da saúde, da integridade física e moral, da liberdade, meios de reparação honra, através dos civil, revela-se injusta. Dizer-se que repugna alheia reparar-se a dor COM moral dinheiro, e deslocar a questão, pois não se sustentando que esse bem, os outros deve ser respeitado; quando a vítima reclama mas, apenas que se lhe outorgue um meio de atenuar em partes consequências das lesões jurídicas, por outro lado, muito mais imoral seria ainda proclamar-se a total indenização seria a total identidade do INDENIZADO.

#### O Ministro Aliomar Baleeiro:

"O homem normal, que constitui família, não obedece apenas impulso fisiológico do sexo, mas busca satisfação espirituais e



filhos que o lar os psicológicas e até pela proporcionam ao longo de vida impressão de que se perpetua neles. Antes e depois do nascimento os filhos são fontes de despesas em que se comprazem os pais, criandoos para o gozo das consolações que lhe trazem e trarão no futuro, não sendo contra o direito e a moral, a esperança na velhice, quer pela assistência afetiva, quer pela alimentar. Se o pelo homicídio lhe frusta responsável reparação, ainda que seja expectativa de tudo quando despenderam indenização nada, pois equivale ao mal moral, sofrimentos pode indenizar OS infringe. Mas o dinheiro desempenha função de equivalente. Nos casos de prejuízo material esta última prepondera; nos de prejuízo moral satisfatória e ele reparam-se com completamente, mas tanto quanto possível, danos de tal natureza".

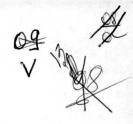
Para o professor Pontes Miranda:

"O dano patrimonial é aquele que alcança o patrimonial do ofendido: moral é o dano que só atinge o ofendido como ser humano, sem repercussão no patrimônio..(TRATADO DE DIREITO PRIVADO 8, p.30)".

Professor Aguiar Dias:

"... quando o dano não corresponde as características de dano patrimonial, dizemos que estamos na presença do dano moral..." (Dano e Indenização, ed. Revistas dos Tribunais, São Paulo, 1930, p. 06).

Entendimentos Jurisprudênciais:



"O ressarcimento do dano moral é inteiramente cabível, ainda porque albergado na nova Constituição da República e porque, em rigor encontra guarda na própria regra geral consagrada no art. 159 do Código Civil. Na espécie, foram atingidos direitos integrantes da personalidade do apelante, tendo ocorrido sofrimento humano, que rende ensejo a obrigação de indenizar. Patente a ofensa não só à integridade física, como sentimento de auto-estima da vítima também merecedor da tutela jurídica. Concretiza-se, em resumo, a hipótese de ofensa a um direito, ainda que dela não decorrido prejuízo material. (TJSP - 7, RJTJESP 137/186)."

O art. 1.518 do mesmo diploma civil, quando trata das obrigações decorrentes de atos ilícitos diz que "os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos a reparação do dano causado, e, se tiver mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação."

### **DOS REQUERIMENTOS:**

"EX POSITIS", requer a V. Exa., se digne em receber a presente ação a se processar pelo RITO SUMÁRIO,, mandando CITAR a requerida através dos CORREIOS, no endereço já ofertado no preâmbulo, para todos os termos da presente ação, para comparecer à audiência de conciliação, a ser designada por esse juízo, e nela ofereça a defesa que tiver, caso tenha e queira, sob pena de revelia e confissão, na forma da lei (art. 319, c/c 295, Segunda parte, do CPC).

Requer a **procedência do presente pedido**, com a consequente condenação da requerida, ao pagamento a favor do autor das seguintes verbas, quais sejam:

a) – Requer a condenação da requerida ao pagamento da importância equivalente aos rendimentos do autor =
 LUCROS CESSANTES, pelo período equivalente a 08



(oito) meses, ou seja R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), correspondente ao período em que o autor esteve parado de exercer suas atividades habituais.

- b) A condenação da requerida ao pagamento de uma indenização referente aos **DANOS MORAIS E ESTÉTICOS** sofridos pelo autor, a serem pagos de uma só vez, no valor equivalente a 200 (duzentos) salários mínimos.
- c) Ao pagamento de honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) da condenação, custas processuais e demais cominações de estilo (art. 20, do CPC).
- d) O autor provará todo o alegado, por todos os meios de provas em direito permitidas, quer sejam documentais, juntada de novos documentos, testemunhais (cujo rol ao final apresenta, e que deverão ser intimadas), periciais, inspeções judiciais, depoimento pessoal do representante legal da requerida, ficando desde já requerido, sob pena de confesso, e outras mais, sem exclusão.
- e) Requer os beneficios da assistência judiciária, por ser o requerente pessoa pobre nos termos da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família (cf. art. 5°, inc. LXXIV, da CF c/c art. 4°, da Lei Federal n. 1.060/50).

Dá-se à causa o valor de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais), para efeitos legais.

N X

Termos em que, pedem deferimento.

Goiânia, 05 de abril de 2001.

Enival Pires da Silva

#### - ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1 MÁRCIO FERREIRA DOMINGOS JÚNIOR, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua 12, Qd. 87, Lt. 29, Setor Santos Dumont, Goiânia-GO.;
- 2 CARLOS AUGUSTO ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, funcionário público estadual, residente e domiciliado na Rua São Paulo, Qd. 6, Lt. 9, Jardim Petrópolis, Goiânia-GO.;
- 3 LUCIANO FAUSTINO DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Anchieta, Qd. 3, Lt. 13, Jardim Petrópolis, Goiânia-GO.
- 4 CELSO LÁZARO MONTEIRO DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Ítalo Idrovete, Chácara "C", Lt. 11/12, Vila São José, Goiânia-GO.;
- 5 JOSÉ FERREIRA PINTO ROSSI, brasileiro, residente e domiciliado na Al. Progresso, Qd. 07, Lt. 38, Setor Esplanada do Anicuns, Goiânia-GO.

Silva & Silva, Advogados
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, brasileiro, casado, soldador mecânico, portador da CI/RG n. 4298925 SSP/GO., e no CPF n. 878.404.131-53, residente e domiciliado na Av. 24

OUTORGADOS: de Outubro, 3.689, B. Aeroviário, Goiânia-GO.

- ARILDO MATUSALÉM SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-GO., sob o n. 12.669 e no CPF n. 454.140.841-49
- ENIVAL PIRES DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-GO., sob o n. 16.960. e no CPF n. 358.012.041-72
- ENDEREÇO PROFISSIONAL: AV. 24 DE OUTUBRO, ESQUINA C/ RUA 15, SALA 01, SETOR. AEROVIARIO, GOIÂNIA-GO. FONE: 295 4850

**OBJETO:** 

PARA O FORO EM GERAL, ASSIM COMO PERANTE QUAISQUER PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO, SEUS ORGÃOS, MINISTÉRIOS E REPARTIÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, DADOS PESSOAIS JUNTO AO MINISTÉRIO DA FAZENDA - DRF, INCLUSIVE AUTARQUIAS, ENTIDADES PARAESTATAIS, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, PESSOA FÍSICA EM GERAL, CONFORME EXEGESE DO ART. 38 DO CÓD. DE PROC. CIVIL E DA LEI Nº 8.906/94, PODENDO AINDA TRANSIGIR, CONCILIAR, FIRMAR COMPROMISSOS, DESISTIR, RECEBER, RECEBER CHEQUE, ENDOSSAR, DESCONTAR, DAR QUITAÇÃO, ACIONAR, RECORRER, DEFENDER O OUTORGANTE NAS AÇÕES CONTRÁRIAS E PROMOVER A SEU FAVOR AS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, SUBSTABELECER NO TODO OU EM PARTE, PODENDO AGIR EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE. E, especialmente '

para pleitear a rescisão indireta do outorgante e acom panhar o feito até final julgamento.

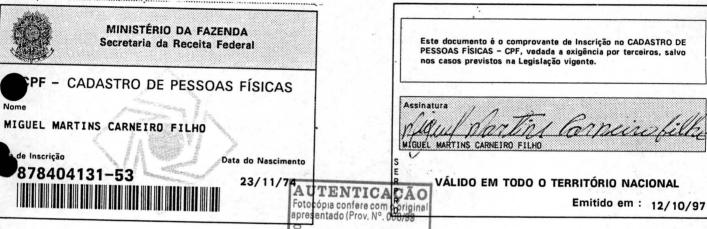
Goiânia,	06	de	outubro	de	2000.
----------	----	----	---------	----	-------

\* Aliquel Montins convino filho



-10- 2000

Cartório Reg. Civil 2º Circunscrição O Oficial



HA R

A dictação à um dos majores fatores de Hoentest Tra

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdencia Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

PEGRAS DE REGURANÇA NO TRABALHO

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

**Almir Pazzianotto Pinto** 

MINISTERIO DO TRABALHO SECRETARIA DE EMPREGO E SALARIO DE TRABALHO PREVIDENCIA/SOLITA DE TRABALHO DE TRABALHO PREVIDENCIA/SOLITA DE TRABALHO DE TRABALHO PREVIDENCIA/SOLITA DE TRABALHO PR

Cartorio Reg. Civil 2º Circunscrição 0 Oficial

\*\*



#### ESTADO DE GOIÁS DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

## **RELATÓRIO MÉDICO**

(Comunicação obrigatória de fato delituoso no exercício da medicina, artigo 66, II do Decreto Lei nº 3.688, de 3/10/41, LCP e artigo 112 do Código de Ética Médica)

	dias do mês de_	, do ano
de mil novecentos e noventa e	dois mil, examin	ei o paciente <u>Miguel</u>
MARTINS (	Car men?	
	(nome)	
(nacionalidade)	(naturalidade)	(sexo)
(cor)	(data de nascimento)	(estado civil)
(pai)		(mãe)
	(residência)	
(documento de identidad constatei o seguinte:	de)	(expedido por)
Harry	Barre	
1 - ESTADO GERAL:	1) 10/2	
and the second		Y Ch
		quanto ao tipo, dimensões, localiza-
ão, planos atingidos e gravidade		
LISON L	Acero- contr	Sa mo Poligi
· enquendo	com imit	-tracas e
1 balanaci	a de Tecis	des ( Dela SC .
I will be a second	a Teas	es, peu, se, s
musculos) po	7 oleo sow.	no.
	-	
3 - a) Instrumento o	u meio que produziu a ofensa: _	Aca
	La Lente.	1.7
b) Tratamento fei	to: Lin beac	osa Eu
b) Hatamento lei	1	
Sab A a		
Sob Aue	signa to car	+
Sob And	o Loterape	+
Sob And	o Les tenope	<del>-</del>
Sob And		Agundon -
c) Seqüelas que	futuramente poderão apresenta	r: Agvordon
c) Seqüelas que		ar: Agvordon
lvo	futuramente poderão apresenta	
lvo	futuramente poderão apresenta	





1.ª Avenida, s/n, Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Atestado

Atesto para es devidos fens que o paciente Miguel Mortins carnero de 26 anos estene tins carnero de 26 anos estene interna IC-PS disde 08/5/2000 até hoje; mas necessitara de reponso por nos necessitara de reponso por

801

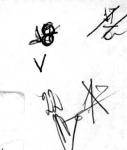
11/5/2000

Dra Salma Ma de Oliveu -Medica CRM - GO 8425

CEGRAF - X - HC - 021

#### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira



## RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESP CI

1ª VIA: FARMÁCIA 2ª VIA: PACIENTE

### IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Dr. Antônio Martins Filhe Cirurgía/Clínica Geral Inimed - 064/00003729

HOSPITAL DAS CLÍNICAS – UFG CGC - 01.567.601/0002-24, Primeira Avenida S/N Qd. 68 Lt. Área 1 – Setor Leste Universitário – CEP – 74605-050 Goiânia – GO

Fone: 202 1800

Misces

Endereço:	
Prescrição DTILEX	10- 3/36
	0.0/-
	907
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
y .	
Nome:	
Identidade N°. Órg.Em.:	
Endereço:	
Cidade: UF:	
Telefone:	Assinatura do Farmacéutico Data

#### CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira





1.ª Avenida s/n - Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Miguer Mantins Cameilo

Uso com

(I) Amoxiciono 500 mg - 3000

Homan I comprimido de

8 em 8 komps Jodian

60-97-01-00

CEGRAF - X - HC - 021

#### CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira





1.ª Avenida, s/n, Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Mignel Mortini

Dolowin — My

Timon Ly m of e

8,8

MIVALDO SOARES MARTINE CONTRACTOR AND ADDROSS OF THE STREET OF THE STREE

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira



1.ª Avenida s/n - Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Migra Mantins Carreiro

USO ONA

DAMOXICIONS 500 mg - 3000 toman decomprissido de 8 em 8 4000 dodis

0000/

60-37-01-00



#### CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira



1.ª Avenida, s/n, Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Miguel Martins Carneiro

USQ INTERNO

1 Keflere 500 mg \_\_\_\_\_\_ 1 cy Comar 1 gp de 6/6 h por Frais

2 Curativo dodos os dias com polvidirie.

Dr Salma Ve de Oliveiro

CEGRAF - X - HC - 021

#### CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira





CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente folha contém 02 (dois)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ.

Goiânia, 29/08/05, 2ª feira



## ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL



DATA MEMISSAO : 06/06/2001 Tipo Guia : CUSTAS INICIAIS

Requerente : MIGUEL MARTINS CARMEIRO FILHO

Requerido : ANDRADE E VIEIRA LTDA

COMARCA

# GOIANIA

MATUREZA : INDENIZACAO FOR ACIDENTE DE TRABALHO

VALOR CAUSA #

39,200,00

-ITENS DA RECEITA --CÓDIGOS-- VALOR UFRs -- VALORES R\$ **b**.32 FROTOGOLO 6.67 DISTRIBUTIOR 0.3-11,0000 1,04 CAIXA DE ASSISTENCIA DA CAB 1.4-7 0,3060 CONTADOR 14,54 01-5 2,1800 04-1 391.79 DESPESAS POSTAIS 19-8

TAXA JUDICIÁRIA

1. VIA - PROCESSAMENTO

2. VIA - PROCESSO

3. VIA - PARTE

4. VIA - BANCO

TOTAL

422,06

GUIA MUMR.:

1256469 - 9

-ATENÇÃO

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS OU DO BANCO DO BRASIL

- AUTENTICAÇÃO MECÂNICA -

#### GUIÁ DE RECOLHIMENTO JUDICIAL

SERIE

EDIADO DE GUIAS
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇ

DATA EMISSAO : 06/06/2001

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

& ANDRADE E VIEIRA LTDA

COMARCA

: GOIAMIA

(39)

NATUREZA

: INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO

(126)

VALOR CAUSA

139/1200.00

ITENS DA RECEITA	-códigos-	VALOR UFRs	VALORES R\$
PROTOCOLO	02-3	0.0480	7.32
DISTRIBUTOOR	03-1	1,0000	1. 167
CAIXA DE ASSISTENCIA DA CAB	14-7	0,3060	2.04
CONTADOR	01-5	2,1800	14,54
CUSTAS	04-1	58,7706	391.99
DESPESAS FOSTAIS	19-8	0,8260	550
		3 II	
	3	1	^ .
		- 3	
			=
F			
The second of th		4	La series
<b>%</b>			
	-	=	*
	6 *		Jane 1
•		* 1	3
	,		
*			
	-		
· ·		1	-
*			
9 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1			
			42

TAXA JUDICIÁRIA

1. VIA - PROCESSAMENTO 2. VIA - PROCESSO

3. VIA PARTE

4. VIA - BANCO

ζφφ...φ

TOTAL

42 106

GUIA NUMR. :

1256469 -

-ATENÇÃO

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS OU DO BANCO DO BRASIL.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA-

-ADO/GRJME-

FONE: (62) 280-3444 FAX: (62) 280-1909 O.P. 128 - 1003938 - GOET21169.CDR

### ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### GUIA DE RECOLHIMENTO TELETAL

1358436 SERIE:

-NÚMERO

DATA EMISSAO : 06/06/2001 Tipo Guia

Requirente : MIQUEL MARTINS CARMETRO FILHO

Requerido : ANDRADE E VIEIRA LIDA

: GOIANIA

-ITENS DA RECEITA

MATUREZA : INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO (126)

VALOR CAUSA A

/39,200.00

ITENS DA RECEITA	codigos_	VALOR UFRs	VALORES R\$
PROTUCOLO	102-3	0.0480	0.32
DISTRIBUTOOR	103-1	1.,0000	\$ 467
CAIXÀ DE ASSISTENCIA DA DAB	114-7	0.3060	2.04
CONT DOR	101-5	2,1800	(N. 54
CUSTÃS	104-1	58.7706	39199
DESPESAS POSTAIS	1.1.9-8	0,8260	E . E C
in the letter the			
and Political Association of the Control of the Con	9		
No.			987
₹°			
	, ,		**
		- '	
		1 0	e
λ			U.
		1	
	1		

TAXA JUDICIÁRIA

1. VIA - PROCESSAMENTO

GUIA HUME.:

2. VIA - PROCESSO

3. VIA -PARTE 4. VIA - BANCO

-ATENÇÃO-

TOTAL

42 .06

1256469 - 9

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS OU DO BANCO DO BRASIL.

- AUTENTICAÇÃO MECÂNICA-

-ADO/GRJME-

PARA USO EXCLUSIVO DO ENCOMENDANTE

(62) 280-3444 FAX: (62) 280-1909 O.P. 128 - 1003938 - GOET21169,CDR



GUIA DE RECOLHIMENTO

0ATA ENUSSAO : 06/06/2001

Requiremente To BLOUEL MARTINS CARMETRO FILHON

AMDRADE E VIEIRA LIDA ""

: GOIANIA

MATUREZA : INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO

VALUE CAUSA : /39.200.00

ITENS DA RECEITA	CÓDIGOS	VALOR UFRs	VALORES R\$
ROTQCOLO	102-3	0.0480	
ISTRIBUIDOR	103-1	1,0000	\$ 1.67
AIXA DE ASSISTEMCIA DA DAB	114-7	0.3060	2.00
INTADOR '	101-5	2,1800	190, 54
15175	300-1	58.7206	391,99
ESPESAS FOSTAIS	119-8	0.8260	8., 80
	1		
10 90 0	3		
_			
	11/2		
1.			86
	9		
*			
*	0.00		
		1.43	
		9"	
	two.		
AVA HIDICIÁRIA			

1. VIA - PROCESSAMENTO 2. VIA - PROCESSO

3. VIA PARTE

4. VIA - BANCO

TOTAL

42 .06

GUIA NUMR. : 1256469 - 9

-ATENÇÃO-

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO ESTADO DE GOIÁS OU DO BANCO DO BRASIL.

- AUTENTICAÇÃO MECÂNICA-

LADO/GRJME

No Asia

## CERTIDAO

Certifico que o per ente processo manol non ser ente de la foi autuado e registrado no livro que esta esta esta esta ente competente, sob o nº 651/01.

Dou fé.

Escrivi

Goiânia, 18 06 2001

## CERTIDAO

retifico e dou fé que a petição inicial foi autuada seguida de trese (33) decumentos e uma (1) copias.

Goiânia, 18 / 06 / 2001

Leondra

### INFORMAÇÃO

MM. Juíz:

Informo a V. Excia. que não foram pagas as custas iniciais dos presentes autos.

Goiania, 19/06/01

Escrivã

Cor. clusão

Concluses cos 20, 06 0/

Ao MM Juiz do 9º Vara Civel.

PARTE EN BRANCO

Autos nº 651/01 EM: 23-06-75

Face à informação de fls. 24 verso, e em conformidade com os artigos 34, parágrafo único, e 36 da Lei nº 13.644/2000 (Código de Organização Judiciária do Estado de Goiásmodificado), e letra "c", item 1, da Instrução de Serviço nº 001/2000.DJ., de 31 de agosto de 2000, da Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia, remetam-se os presentes autos a uma das Varas competentes para apreciação de pedido de Assistência Judiciária.

Goiânia, 20 de junho de 2001

Shrao Rodriques Jarlo duiz de direito



Andre Ell Balling PARTE THE DRAWCO PARTE ELL BRANCO PARTE EN DRANCO

-(1

### CERTIDÃO

de Direito Maria Julio Boron bruz

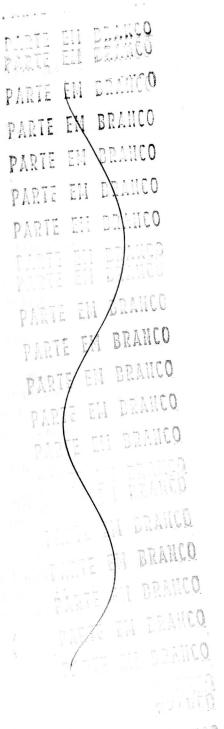
## 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL

## VISTOS EM CORREIÇÃO

(X) Processo em ordem
( ) Direi em provimento
( ) À conclusão.
(X) Defiro os benefícios da Assistência Judiciária.
( ) R. A. à conclusão
( ) R. A. ouça-se o Ministério Público
( ) R. A. Cite-se. Marco reconciliação ou negociação para o dia//2002, às:
horas. Intimem-se.
R. A. Cite-se a parte requerida para, querendo, responder aos termos da inicial, no prazo
legal.
( ) R. A. Cite-se. Marco interrogatório para o dia //, às: horas. Intimem-se.
( ) R. A. Aguarde-se o comparecimento dos interessados acompanhados de suas testemunhas,
às quintas-feiras, a partir das 13:30 horas. Intimem-se.
( ) R. A. Aguarde-se o comparecimento dos interessados, às quintas-feiras a partir das 13:30
horas. Intimem-se.
( ) Aguardem-se o decurso de prazo, tendo em vista o despacho/decisão de fls
( ) Cumpra-se o despacho/decisão de fls
( ) Defiro o pedido de vista de fls, pelo prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.
( ) Desentranhe-se o mandado de fls, para cumprimento, observando-se a petição de
fls
( ) Ficam os autos sobrestados pelo prazo de dias. Aguarde-se.
( ) Intime-se a parte autora, por seu Procurador Judicial, para se manifestar, em cinco dias.
( ) Intime-se pessoalmente a parte autora, a dizer se ainda é pelo prosseguimento do feito, no
prazo de 48 horas, sob pena de extinção. Em sendo necessário expeça-se edital coletivo.
( ) Preparar para audiência designada às fls
( ) Remetam-se ao Contador.
( ) Remetam-se ao Avaliador.
( ) ARQUIVEM-SE, com as cautelas legais.
( ) Vista ao Ministério Público
( ) Vista à Procuradoria Fiscal
( ) Oficie-se, como requer às fls
( ) Expeça-se mandado de citação e penhora.
( ) Expeça-se mandado de penhora sobre os bens descrito às fls
( ) Outras observações:
\$ 10
The second secon

Goiânia, 10 de Setembro de 2001.

MARIA LUIZA PÓVOA CRUZ Juíza de Direito



## CERTIDAO MANCO

	. o shed	e dia n	٠	
	foi ent	•	mand.	1
			many.	1
)/		10	el de Justic . <u>22</u> de	io Oil
		W	e, <u>&amp;</u> & de	s <b>eri</b> n
		activan.	At -	-
	V	Eanth Ann	91	

R185P

#### PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE GOIAS

COMARCA DE GOIANIA

FORUM - RUA 10 EDF. PALACIO DA JUSTICA 150 SETOR DESTE CEP - 74120020 TEL: 216-2000 - FAX: 224-8885

LOCAL DE COMPARECIMENTO: 2A DE FAMILIA SUC.E CIVEL ENDEREÇO ACIMA

PROCESSO DA 5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL

MANDADO DE CITAÇÃO

FMITENTE: 1878476

MANDADO : 10230827

NUMR. 1023082

Estado: GO

87 - ALZER GOMES ESTEVES

----- Processo ----DISTRIBUIDO: 25/10/2001 ENTREGA : 09/11/2001

: URBANA 43

PROTOCOLO NUMR: 200100923806

AUTOS NUMR. : 2043

Natureza

: INDENIZACAO POR ACIDENTE DE TRABALHO : MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO REQUERENTE

ADV (REQTE) : (16960 GO) ENIVAL PIRES DA SILVA : ANDRADE E VIEIRA LTDA

REQUERIDO : RUA VINDOBONA Endereço

> Numr : 168 Qd: 10 Lt: 25 Comp:

Bairro: SETOR ESPLANADA DO ANICUNS CEP. : 0

Munic.: GOIANIA : 3374236000186 CPF/CGC

: MARIA LUIZA POVOA CRUZ ( JUIZ JUIZ (A)

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito MARIA LUIZA POVOA CRUZ ( JUIZ 3 ) DO 5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL da Comarca de GOIANIA, Estado de Goias.

Manda o Senhor Oficial de Justiça que proceda a citação da parte requerida, por todo conteudo do despacho abaixo transcrito e da petição inicial, peça integrante deste mandado, cuja(s) copia(s) segue(m) em anexo.

Observação : O prazo para responder a ação, querendo, è de quinze (15) dias, contados da juntada do mandado processo.

Advertencia: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte re, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (Art. 285 do CPC).

Despacho:

"...Defiro os beneficios da Assistencia Judiciaria. Cite-se a par te requerida para, querendo, responder aos termos da inicial, no prazo legal. Goiania, 10 de setembro de 2001." (a) Maria Luiza Povoa Cruz. Juiza de Direito.

GOIANIA, 9 de outubro de 2001

Maria Luiza Povoa Cruz Juiza de Direite



## EM BRANCO A Yara do Trabalho

A C A T M U L

The special section is the section of the section o

PARTE EM BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE III BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EN DALLICO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO WINTE EN BRANCO ET BRANCO EN DRANCO EM BRANCO BRANCO EM BRANCO BRANCO BRANCO

#### PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE GOIAS NUMR. 1023082

COMARCA DE GOIANIA

R185P FORUM - RUA 10 EDF. PALACIO DA JUSTICA 150 SETOR DESTE CEP - 74120020 TEL: 216-2000 - FAX: 224-8885

LOCAL DE COMPARECIMENTO: 2A DE FAMILIA SUC. E CIVEL ENDEREÇO ACIMA

> PROCESSO DA 5A DE FAMILIA SUC. E CIVEL

> > EMITENTE: 1878476

MANDADO DE CITAÇÃO

---- Processo

PROTOCOLO NUMR: 200100923806

: 2043 AUTOS NUMR.

: INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO Natureza

: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO REQUERENTE : (16960 GO) ENIVAL PIRES DA SILVA : ANDRADE E VIEIRA LTDA ADV (REGITE)

REQUERIDO

# RUA VINDOBONA Endereço

Numr : 168 Qd: 10 Lt: 25 Comp:

Bairro: SETOR ESPLANADA DO ANICUNS

Munic.: GOIANIA

CPF/CGC : 3374236000186

: MARIA LUIZA POVOA CRUZ JUIZ(A)

Estado GO

MANDADO : 10230827 87 - ALZER GOMES ESTEVES

CEP. : 0

DISTRIBUIDO: 25/10/2001

ENTREGA : 09/11/2001 REGIAO : URBANA 43

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direil CRUZ ( JUIZ 3 ) DO 5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL da Comarca GOIANIA, Estado de Goias.

Manda o Senhor Oficial de Justiça que proceda a citação da parte requerida, por todo conteudo do despacho abaixo transcrito e da petição inicial, peça integrante deste mandado, cuja(s) copia(s) segue(m) em anexo.

Observação: O prazo para responder a ação, querendo, é de quinze (15) dias, contados da juntada do mandado processo.

Advertencia: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte re, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (Art. 285 do CPC).

Despacho:

"...Defiro os beneficios da Assistencia Judiciaria. Cite-se a par te requerida para, querendo, responder aos termos da inicial, no prazo legal. Goiania, 10 de setembro de 2001." (a) Maria Luiza Povoa Cruz. Juiza de Direito.

GOIANIA, 9 de outubro de 2001

Maria Luiza Pópoa Cruz Juiza de Direito

# PARTE WWI FIRANCO

par Acomponi divasendo em controlo divida

SUPARTS SC RIMANA)

Dunishudian Eustéquio Domingues de Andrad.

PARTE EM BRANCO

Zº Vara do Trabalho

PARTE EM BRANCO.

Zª Yara do Trabalho

July and the little little

otteni" sh ach -

### PODER JUDICIÁRIO

Foro de Goiânia - Goiás



Cartório da Vara Comilio Seno a Bivil
Processo no / 1.9
Mandado no. 10230827
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que em cumprimento ao presente mandado
em anexo, diligenciando nesta Capital, dirigir-me à Ruc Vindolono gd. 11
U. 25 n= 168 S. Explanada da Amicens, e aí sendo, no dia
09 / 11 /2900/, às 10:10 horas, procedi a litacco
da firma Andrade e Vilina
tdc., na pessoa de seu(sua
Representante Legal, Sr. (a) Eustaquio Dominques de Andrade
, o(a) qual, após estar bem ciente de todo o teor do mandado
recebeu a contra-fé que lhe ofereci, Llago opas exarando sua nota de ciência.
Sendo assim, para constar, lavrei a presente Certidão.
Goiânia, 09 de movembre de 8.900/
Oficial de Justiça: Al Manue E- de Car (a
Oficial de Justiça: Algus Janus & Le Cauxa 97: 87
EM TEMPO:

#### CONCLUSÃO

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2002, faço estes autos conclusos ao MM. 1º Juiz de Direito da 5ª Vara de Familia Sucessões e Cível

Escrivã

Autos nº: Protocolo nº:

2043/01 200100923806

Certifique-se o decurso do prazo estabelecido, bem como a existência de petição a ser juntada nesses autos.

Goiânia, 01 de fevereiro de 2002

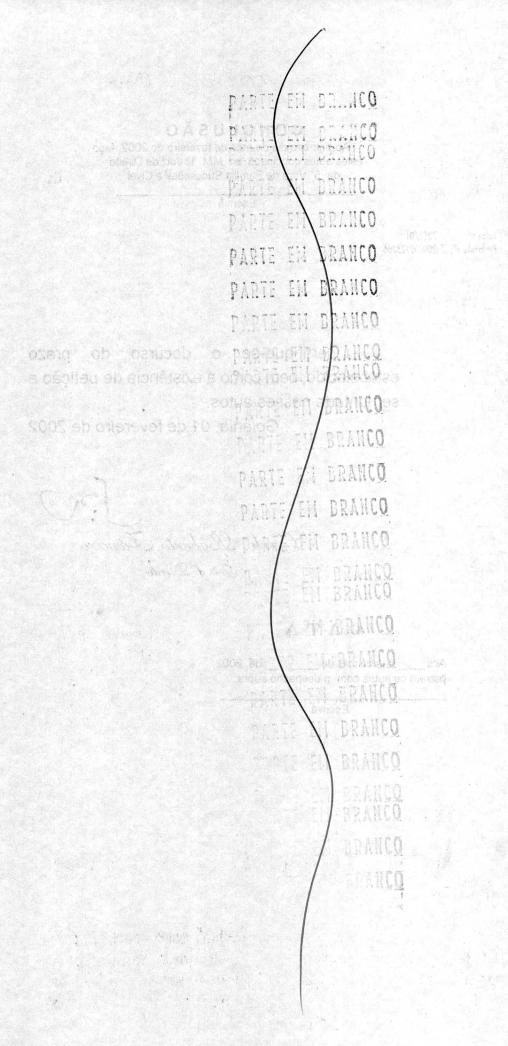
Carlos Doberto Fávaro

Juiz de Direito

#### DATA

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_ de 2002, baixam os autos com o despacho supra. \_\_\_\_\_





## 

Addis



EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA – GOIÁS.

Protocolo nº: 200100923806 - 1

Requerente: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

Requerido: ANDRADDE E VIEIRA LTDA.

200100723806/0001 ANDAM. : AGUAKDANDU DELUKSU DE PKAZU

ATA AND: 19/11/2001 JUIZ: 3 N.DUC/F

ATA : 03/12/2001 HURA: 09:5/

CUNTEST: ANDRADE E VIETRA LIDA

J-J smolamento

ANDRADE E VIEIRA LDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 033742360001-86, com sede na Rua Vindobona nº 168, Qd. 10, Lt. 25, Setor Esplanada do Anicuns, Goiânia – Goiás, por sua advogada infra assinada, (m.j.), com endereço profissional impresso, onde indica para receber as comunicações de estilo, vem, perante Vossa Excelência, em tempo hábil, nos Autos da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO, que lhe move MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, para oferecer a sua contestação, fazendo-o com apoio no art. 297 e ss. do CPC, e nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir alinhados:

#### **PRELIMINAR**

AUSENCIA/DEFICIÊNCIA DA CAUSA PETENDI

É cediço de direito que ao pedido deve corresponder uma causa de pedir (causa petendi), porque a quem invoca uma providência jurisdicional cumpre expor no que se funda o seu pedido (CPC, art. 282,III). E, no caso em exame não há nenhuma demonstração dos danos que teriam sido causados pela empregadora, não há



igualmente indicação de quaisquer elementos ou parâmetros pelos quais se teria chegado ao valor pleiteado. O pedido ressente da necessária causa de pedir, principalmente no tocante aos valores pleiteados e aos danos causados ao autor.

Conforme denotado pela processual civil, art. 295,I, parágrafo único, a petição quando eivada de vício de monta deve ser indeferida, figurando entre as razões de indeferimento a inépcia por defeitos ou ausência da *causa petendi*..

Diga-se, aliás, que o exame da causa de pedir está afeto à própria possibilidade jurídica, que não pode estar adstrita apenas ao pedido, mas também à *causa petendi*..

Assim, contar o acontecimento e formular o pedido, como feito pelo autor, não basta ao processamento da ação proposta. Há de serem expendidos os fundamentos ensejadores do pedido formulado, que deve decorrer da conclusão lógica da conjugação das premissas da causa de pedir.

Sem a presença, portanto, da causa de pedir, não há como prosperar a presente ação, pedindo o indeferimento da inicial, nos termos do artigo 295,I, e parágrafo único do CPC, extinguindo-se o processo sem julgamento do mérito, na forma do artigo 267,I do CPC.

#### **MÉRITO**

Ao reverso do que alega o autor, de fato, o mesmo foi vítima de um pequeno acidente laboral, no dia 26/04/2000, cujo resultado não o invalidou para o exercício de suas atividades normais, como quer fazer crer que ficou impossibilitado de trabalhar por mais de oito meses, pois já no mês junho/2000, o mesmo já estava trabalhando como empreiteiro para o SR. ROBERTO CARLOS VIANA DOS SANTOS, para montar uma plataforma de auto socorro em caminhão, cujo serviços foram executados na TORNEADORA PADRÃO, que na época era de propriedade do Sr. José Ferreira, que está indicado como testemunha do autor. A empreitada perdurou aproximadamente 60 (sessenta) dias, ou seja de junho a agosto/2000. Logo em seguida, mais precisamente no mês de outubro/2000 o autor foi contratado para laborar



na empresa CIMF, que se situa ao lado da Requerida, onde trabalhou até fevereiro/2001, conforme será oportunamente provado em audiência.

Não corresponde à verdade, a alegação do autor de que o acidente se deu quando o mesmo estava fazendo um reparo de um caminhão para colocar os pistões hidráulicos. Na verdade, o fato ocorreu quando o Sr. Cláudio, que também é sócio da empresa estava fazendo a manutenção do sistema hidráulico do suspensor "truck" de um caminhão caçamba, quando o autor se aproximou do local, sem ser solicitado, e observando que havia um pequeno vazamento de óleo na tubulação do comando hidráulico, o autor, por ato voluntário, sem até mesmo que o Sr. Cláudio percebesse, tentou estancá-lo com o dedo, causando-lhe o ferimento. Também, não é verdade que o Sr. Eustáquio mandou o autor fazer qualquer tipo de reparo, nem tampouco que soldasse os pistões, pois no momento do acidente o Sr. Eustáquio nem se encontrava na empresa.

Naquele longínquo dia, constatado o acidente, a ré imediatamente tomou todas as providências cabíveis em situação que tal, encaminhou o autor para ser atendido no Hospital das Clínicas, tendo arcado com todas as despesas médicas, inclusive com medicamentos.

O autor alega que quando do acidente não estava usando os equipamentos de proteção, como óculos e luvas, mas como dito anteriormente, o autor não estava realizando nenhum serviço que necessitasse do uso dos equipamentos, ao contrário, o mesmo estava apenas observando o Sr. Cláudio que é técnico em serviços hidráulicos realizar o serviço. Vale ressaltar que o acidente não ocorreu em virtude de soldagem de pistões, mas sim, quando o autor de forma negligente foi tentar tampar com o dedo um vazamento que havia na tubulação.

O fato da Requerida não Ter feito a devida comunicado do acidente ao INSS, se deu em razão do autor Ter se recusado a apresentar sua CTPS para devidas anotações, pois na verdade, o que pretendia era receber as parcelas do seguro – desemprego, pois, já não mais pretendia trabalhar na requerida.

No data do acidente o Requerente estava cumprindo o 15° dia de aviso prévio, pois havia pedido demissão da empresa. Um dia após o corrido depois de ter recebido assistência médico-hospitalar, o Dr.Antonio Martins Filho, médico que lhe atendeu, relatou que o estado.

Way Ton

geral do Autor era bom, não fazendo nenhuma observação na letra d do item 3, que refere ao afastamento das ocupações por parte do autor, conforme documento incluso.

Contudo, o autor apresentou à Requerida atestado médico para se afastar do trabalho por um período de 15 dias. Decorrido esse prazo, o mesmo não mais compareceu à Requerida para trabalhar nem tampouco para receber as verbas trabalhistas que esta lhe devia, preferiu sim, entrar com Ação Trabalhista, onde inclusive pleiteou a entrega do TRCT no código 01, para sacar o FGTS + a multa de 40% e as parcelas do seguro desemprego, mesmo tendo sido ele quem pediu a demissão da empresa. Entretanto, na Audiência de conciliação as partes chegaram a um acordo, onde a Requerida liberou as guias do FGTS e do Seguro-desemprego para que o Requerente pudesse receber tais benefícios, além das verbas pleiteadas. A título de curiosidade, vale ressaltar que a presente ação foi protocolizada em abril/2001, um mês após a Requerida quitar a última parcela do acordo realizado na Justiça do Trabalho, conforme se vê do Termo de acordo em anexo. Vislumbrase que o autor num aventura jurídica, vem a este juízo, contrariando as normas legais, tentar receber o que não lhe é devido.

A esta altura, é de se indagar. Qual o ato ilícito cometido pela ré, suficiente a ensejar a sua culpa grave? Responde-se. **Nenhuma.** Pois, como se sabe, a possibilidade de indenização por responsabilidade civil exige-se que fique, inequivocamente, comprovada a **culpa grave do empregador** a teor da Súmula 229 do Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, não pode ser imputada à ré a pecha de omissa, negligente ou imprudente ao ponto tal de ficar configurado dolo ou culpa grave, suficiente a gerar o direito para o autor de postular a indenização, nos moldes da inicial, tal como dispõe o art. 7°, XXVIII da CF e art. 1523 do Código Civil.

Enfim, por qualquer ângulo que se busque, não há como prosperar a súplica do autor, por absoluta falta de amparo fático-jurídico e da própria norma legal.

Está, pois, patenteada a inculpabilidade da ré naquele infortunado evento, já que a empresa acionada não teve a mais mínima participação no resultado do sinistro laboral, pois, segundo ensinamento do festejado jurista Humberto Theodoro Júnior, contido no acórdão do

W HO

TJ-GO, na Apelação Cível 31.663-3/90, que teve como relator o eminente Desembargador Charife Oscar Abrão, verbis: -

"Não basta assim a conjugação de uma situação culposa e um evento danoso. Impõe-se que entre esses dois elementos ocorra o liame de nexo causal. Em outra palavras: para que configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo da vítima tenha sido efeito direto da culpa do agente".

Sob o ponto de vista da doutrina dominante, como se viu na palavra do mestre Humberto Theodoro Júnior, a responsabilidade é de quem interveio com culpa adequada para o dano e, na questão **sub examine**, está plenamente evidenciada a inculpabilidade da ré por não Ter contribuído para o acontecimento danoso sofrido pelo autor.

Por oportuno e relevante, é de se assinalar que a doutrina acidentária e, especialmente a jurisprudência, define responsabilidade do empregador do seguinte modo:-

"A responsabilidade civil do empregador, somente tem lugar se tiver agido com dolo ou culpa grave, segundo orientação pretoriana preexistente. Tudo mais se situa dentro risco normal do trabalho, sendo matéria puramente acidentária" como afirmou o Desembargador Kazuo Watanabe em declaração de voto vencedor, na RJTJSP, Lex, 92:397, e foi citado na RJTJSP, lex, 100:156).

Em face da ausência de culpa grave da ré e por não Ter concorrido, de qualquer modo, para aquele evento danoso, é incabível o pleito de indenização por danos morais, bem como a condenação por lucros cessantes e outro consectários legais.

#### DO DANO MORAL

Segundo abalizada doutrina, dano moral é o resultado da violação de um ou mais direitos inerentes à personalidade de um sujeito de direito. Esse entendimento é corroborado por Rubens Limongi França que assim preleciona:-

"dano moral é aquele que, direta ou indiretamente, a pessoa, física ou jurídica, bem assim a coletividade, sofre no aspecto não econômico dos seus bens jurídicos". (Reparação do Dano Moral, in RT 631/31).

Nesse sentido, é sabido que a indenização corresponde ao ato ofensor à honra, à imagem ou à alma não paga de modo específico o "preço" de uma dor.

Para o deferimento da indenização postulada, impõese que fique provado que a ré tenha praticado um ato ilícito, o qual é assim definido por CARVALHO SANTOS:-

"Todo ato ilícito é danoso e cria para o agente a obrigação de reparar o dano causado". Enquanto que Washington de Barros Monteiro:- "em face, pois, da nossa lei civil, a reparação do dano tem como pressuposto a prática de um ato ilícito".

Apesar de indevido o dano moral na espécie, impõese que seja ressaltado que tal verba, segundo a majoritária jurisprudência, não é acumulável com danos estéticos:-

"O dano moral e o dano estético não se cumulam, porque ou o dano estético importa em dano material ou está compreendido no dano moral" (ETAB, 9ª conclusão, unânime).

## DOS VALORES DA INDENIZAÇÃO POSTULADA

Tendo em vista não ter ficado comprovada a invalidez permanente do autor, parece-nos absurdo e absolutamente equivocado o valor do pedido, o qual fica inteiramente impugnado, pois, segundo as regras da infortunística, para fixar o quantum indenizatório, deve-se levar em conta o grau de incapacidade do autor, aquilatado através de perícia médica.

Escudado no exposto, pede a contestante que seja acatada a preliminar argüida, ante a ausência de causa de pedir, com a extinção do feito sem julgamento do mérito, e /ou, caso assim não entenda Vossa Excelência, seja, no final julgada improcedente, por inteiro, a presente ação, tanto no que tange ao pedido de lucros cessantes do período de 08 (oito) meses,





equivalentes a R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), já que o Requerente não ficou impossibilitado de exercer suas atividades habituais, bem como do pedido de condenação a pagamento de indenização por danos morais e estéticos, por não restar provado que a Requerida agiu com dolo ou culpa, condenando-se a contestada nas despesas processuais, em embargos das demais cominações de direito, inclusive honorários advocatícios.

Requer, outrossim, o direito a ampla produção de provas, tanto pericial e testemunhal, inclusive juntada de novos documentos, com a finalidade de comprovar as alegações produzidas pela ré.

Pede e espera deferimento. Goiânia, 30 de novembro de 2001.

> Kelly Suzy Santos OAB/GO n° 17.068

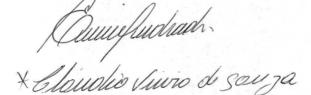
Dra Kelly Suzy Santos - OAB/GO no 17.068

Av. T-38 esq. T-61 Apto. 503 Setor Bueno Goiânia -GO. Fone: 241-5655 e-mail: www.dra.kellysuzy@aol.com

#### **PROCURAÇÃO**

instrumento particular de PROCURAÇÃO, devidamente assinado por ANDRADE E VIEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 033742360001-86, com sede na Rua Vindobona, nº 168 Setor Goiás. Goiânia Anicuns-Esplanada constitui (em) sua bastante procuradora a advogada KELLY SUZY SANTOS, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/GO sob o nº 17.068, com endereço profissional impresso, onde indica para receber as comunicações de estilo, com poderes para o foro em geral e mais os especiais da ressalva do art. 38 do Código de Processo Civil, a fim de propor quaisquer medidas necessárias que garantam os direitos da Outorgante, inclusive preventiva, podendo transigir, confessar, desistir, fazer acordos iudiciais ou extrajudiciais, arrolar testemunhas, receber e endossar cheques nominais em nome do Outorgante, dar quitação, variar de ações, propor execução, fazer adjudicação de bens, prestar caução, impugnar embargos à execução e de terceiros, formular quesitos, requerer vistorias e perícias, enfim praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, e substabelecer a presente no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, o que darei por firme e valioso e especialmente para oferecer CONTESTAÇÃO nos Autos da Ação de Indenização por Acidente de Trabalho proposta por MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO.

Goiânia, 30 de novembro de 2001.







## CONTRATO SOCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

## SANDRADE & VIEIRA LTDA

Por este instrumento particular, EUSTAQUIO DOMINGUES DE ANDRADE, Brasileiro, Casado, Comerciante, residente e domiciliado a Rua 605 Qd 524 Lt 04 Vila São Jose Goiânia - GO. Filho de Ezequias Jose de Andrade e Ana Maria de Andrade, Portador da RG. 260.380 SSP - GO. nascido em 04 - 05 - 1953 e do CIC =061.162.641-15.

E do outro lado, CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, residente e domiciliada a Rua Fortaleza Qd 14 A Lt 15 Setor Esplanada do Anicums Goiânia - GO. Filho de Raimundo Vieira de Souza e Divina Maria de Souza, Portador da RG. 1.865.484 SSP - GO. nascido em 14 - 12 - 1971 e do CIC = 519.961.971-34.

PRIMEIRA = A sociedade girara sob a denominação social de ANDRADE & VIEIRA LTDA, e o estabelecimento adotara como nome de fantasia HIDRAULICA HIDRAVI.

SEGUNDA = A sociedade terá a sua sede a RUA VINDOBONA QD. 10 LT. 25 N.º 168 ESPLANADA DO ANICUNS GOIÂNIA = GO. Podendo estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo a disposições legais vigente

TERCEIRA - O objetivo da sociedade será a exploração no ramo de TORNEADORA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO EM GERAL E COMERCIO DE PEÇAS HIDRAULICAS EM GERAL....

QUARTA = O capital social da sociedade e de R\$ = 10.000.00 ( Dez Mil Reais ), divididos em 10.000 ( Dez Mil ) cotas de R\$ = 1.00 ( Hum Real ) cada uma e subscrita em:

NOME	%	COTAS	VALORES
EUSTAQUIO DOMINGUES DE ANDRADE	50.00	5.000	5.000.00
CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA	50.00	5.000	5.000.00
	100.00	10.000	10.000.00

ÚNICA = cotas subscritas pelos sócios serão internalizadas neste ato e em moeda corrente nacional.

QUINTA = A responsabilidade dos sócios e na forma da legislação em vigor, limitada a importância total do capital social.

SEXTA = O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado e o inicio de suas atividade comerciais se dará em 01 DE SETEMBRO DE 1999.

4 Xn

SETIMA = A gerencia administrativa e representação da sociedade será exercida por AMBOS OS SOCIOS, e somente o sócio que for exercer a gerencia rera direito a uma retirada mensal a título de Pro-Labore, a qual será estipulada pelos sócios e que será levada a debito da conta despesas gerais.

OTTAVA = Todo dia 31 de dezembro de cada ano será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de capital.

NONA = As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferencia ao sócio que queira adquirilas, no caso de alguns dos quotistas pretender ceder as que possui

**DECIMA** = Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum crime previsto por lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

DECIMA PRIMEIRA = No caso de falecimento de quaisquer dos sócios a sociedade e extinta, levantando-se um balanço especial nesta data e, se convier aos herdeiros do premorto, será lavrado novo contrato social com a inclusão destes, com os direitos legais ou então, os herdeiros receberão todos os seus haveres, apurados ate a data do balanço especial, em 10 (Dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 120 (Cento e Vinte) Dias.

**DECIMA SEGUNDA** = As omissões ou duvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base no Dec. 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e noutras disposições legais e que lhes forem aplicáveis.

**DECIMA TERCEIRA** = Fica eleito o foro da comarca de Goiánia - GO. Estado de Goiás. Para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-a qualquer outro por muito especial que seja.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo e em treis vias de igual teor e forma.

GOIANIA - GO. 10 DE AGOSTO DE 1999.

EUSYAUIO DOMINGUES DE ANDRADE

CIC = 061.162.641-15

CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA CIC = 519.961.971-34

TESTEMUNHAS:

IVA DE SOUZA LUNA RG. 1171608 SSP-GO. MAURICIO JOSE CARVALHO RG. 3273134-3456145 SSP-GO

# WEB.565 18922.0161304,5

EM BRANCO



#### MICROEMPRESA

EMPRESA EM CONSTITUICAO

COMUNICADO PARA OS EFEITOS DE ENQUADRAMENTO NO ESTATUTO DA MICROEMPRESA

#### - ANDRADE & VIEIRA LTDA

Por este instrumento particular, EUSTAQUIO DOMINGUES DE ANDRADE, Brasileiro, Casado, Comerciante, Residente a Rua 605 Qd 524 Lt 04 Vila São José Goiânia – GO. Portador da RG. 260.380 SSP – GO. Nascido em 04 – 05 - 1953 e do CIC – 061.162.641-15.

E do outro lado, CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, residente e domiciliada a Rua Fortaleza Qd 14 A Lt 15 Setor Esplanada do Anicuns Goiânia - GO. Portador da RG. 1.865.484 SSP - GO. Nascido em 14 - 12 - 1971 e do CIC- 519.961.971-34.

-NIRC

-Declaramos que o volume da receita bruta anual de nossa empresa não excedera o limite fixado no Art. 20. da lei 7.256/84.

-Declaramos ainda que a minha empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no Art. 3o. da lei 7.256/84.

-Não havendo nada mais a declarar, e por ser verdade o acima exposto, assinamos a presente.

GOIANIA = GO., 11 DE AGOSTO DE 1999.

EUSTAQUIO DOMENGUES DE ANDRADE

CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA

A STATE OF THE STA

## 

449 CA 1993

Correlain Comi

OUNT MA



#### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO 9º VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA.

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2000, perante a 9<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Goiânia - Go., presentes o Exmo. Juiz Presidente e os Srs. Juízes Classistas que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. 9<sup>a</sup> VT 01.517/2000, entre partes: Miguel Martins Carneiro Filho e Andrade e Vieira Ltda., reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 13:22 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes: presente o reclamante, com o Dr. Arildo Matusalém Silva, OAB-G0-12.669; presente a reclamada, na pessoa do sócio Eustáquio Domingues de Andrade, com a Dra. Darlene Liberato, OAB-G0-8.000.

Acordo: a reclamada pagará ao reclamante a quantia líquida de R\$1.200,00, em 05 parcelas de igual valor (R\$240,00), vencíveis, cada uma, sucessivamente, até o dia 16/11/00, 15/12/00, 16/01/2001, 16/02/01 e 16/03/01, sob pena de multa de 100% em caso de mora, na obrigação de dar, bem como lhe entregará o documento liberatório do FGTS (TRCT - cód. 01), pelo que estiver depositado, e o formulário do seguro-desemprego (SD), até o dia 06/11/00, sob pena de multa de 10% ao dia, sobre valor total de obrigação de dar, limitada a 10 dias, em caso de mora na obrigação de fazer, para quitar a inicial e o extinto contrato de trabalho.

O reclamante fornece, neste ato, sua CTPS para que a reclamada proceda a baixa (data de 30/10/00), devendo a mesma ser devolvida até dia 06/11/00.

Custas, no importe de R\$ 24,00, calculadas sobre o valor do acordo (R\$ 1.200,00), pelo reclamante, isento.

Homologa-se o acordo.

Do valor do acordo referem-se a parcelas indenizatórias as seguintes: R\$ 400,00, aviso prévio indenizado; R\$ 400,00, à multa do art. 477, da CLT; R\$ 140,00, aos 40% do FGTS e R\$ 260,00, às férias proporcionais + 1/3.

Intime-se o INSS, nos termos do §4º do art. 832 da CLT.

Cumprido o acordo e o disposto no Provimento nº 002/93, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, arquivem-se os autos.

Às 14:01 horas, encerrou-se.

Breno Medeiros

Juiz Presidente da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO



ESTADO DE GOIÁS DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

### RELATÓRIO MÉDICO

(Comunicação obrigatória de fato delituoso no exercício da medicina, artigo 66, II do Decreto Lei nº 3.688, de 3/10/41, LCP e artigo 112 do Código de Ética Médica) dias do mês de de mil novecentos e noventa , examinei o paciente\_\_\_ (nome) (nacionalidade) (naturalidade) (sexo) (cor) (data de nascimento) (estado civil) (residência) (documento de identidade) (expedido por) e constatei o seguinte: 1 - ESTADO GERAL: 2 - LESÕES APRESENTADAS: (descrever as lesões quanto ao tipo, dimensões, localização, planos atingidos e gravidade) a) Instrumento ou meio que produziu a ofensa: b) Tratamento feito c) Sequelas que futuramente poderão apresentar: d) O paciente poderá ficar afastado de suas ocupações por Nosocômio: Médico:

D.G.P.C. - 165

SA SAN



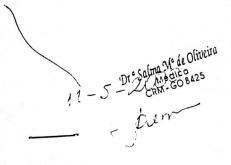
1.ª Avenida, s/n, Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Miguel Martins Carneiro

USQ INTERNO

1 Keflere 500 mg \_\_\_\_\_\_ 1 cy Comar 1 gp de 6/6 h por Frais

2 Curativo dodos os dias com polvidirie.



the state



1.ª Avenida s/n - Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Mizuen Mantins Carreiro

USO ONA

DAMOXICIONS 500 mg - 3000 tonon de commindo de 8 em 8 Honos dodis

60-27-01-00

CEGRAF - X - HC - 021



1.ª Avenida, s/n, Setor Universitário - Fone (062) 202-1800 - Goiânia - GO

Miguel Meetin - nomit O Johning \_\_\_\_ Al Timon I prople



#### **CONCLUSÃO**

Aos \_\_ dias do mês de maio de 2002, faço estes autos conclusos ao MM. 1º Juiz de Direito da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

Escrivã Respondente

NT OF BIMPHYW

Autos nº 2043/00 Protocolo nº 200100923806

Intime-se a parte autora, por seu Procurador judicial, para manifestar sobre a defesa apresentada, no prazo de cinco dias, o que, após dê-se vista à Senhora Representante do Ministério Público.

Goiânia, 27 de maio de 2002

50

CARLOS ROBERTO FÁVARO

- 1º Juiz de Direito -



RECEBIMENTO

Recebido em Cartório ne del

de Oluturo de 2002

honas

PARTE EM E NCO

2º Yara do Trabalho

PARTE EM BRANCO
7ª Vala do Trabalho

JUNTADA

MOVEMBRO

Ano 10 2025 faço juntada a octor autor de

O policido (nº 10002)

que odiante se viera

Calulta

D/ Martido



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA – GOIÁS.

- AUTOS N 200100923806



devidamente qualificado nos autos acima referenciados, da <u>AÇÃO DE</u> <u>INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO C/C</u> <u>DANOS MORAIS</u>, que move em face de <u>ANDRADE E VIEIRA</u> <u>LTDA.</u>, também qualificada, vem, por seu advogado e bastante procurador, que esta subscreve, tempestivamente comparece à douta e honrosa presença de V. Exa., <u>para responder à contestação</u>, apresentada pela requerida, e o fazendo mediante as argumentações de fato e de direito a seguir delineadas:

Quanto à preliminar de AUSÊNCIA/DEFICIÊNCIA DA CAUSA PETENDI, levantada pela requerida, esta não encontra nenhum respaldo, pois se a requerida contestou pormenorizadamente todos o itens da inicial de fls., o foi



porque a petição de começo preenche os requsitos contidos no art. 282 e seguinte do CPC, não passando a presente prelimiar de mais uma artimanha da requerida, querendo ver extinto o feito sem julgamento de mérito, e consequentemente ver a presente ação arquivada.

Ora, alegar que a petição incial não preenche os requisitos contidos no art. 282, III, do CPC (nenhuma demonstração dos danos), certamente a requerida não compulsou os autos, e viu o relatório médico, fotografias e demais documentos, que embasam o pedido narrado na exordial de fls., só não fê quem não quer. Ademais, os documentos que acompanham a inicial serão corroborados pela prova testemunhal, oportunamente e já requerida.

Assim, nenhum vício ou deficiência paira sobre a peça inicial, aliás está claramente demonstrado os fatos de como ocorreu o acidente, como também os valores ali pleiteados, é só ler a petição para ver.

Vencida a presente preliminar passamos a impugnar a contestação apresentada pela requerida, quando adentrou ao mérito da presente ação.

A requerida na ânsia de se esquivar do pagamento da indenização por acidente de trabalho, está usando de um discurso



teratolóogico e querendo transmudar a verdade dos fatos, como se a sua versão fosse a verdade absoluta.

Inicialmente a requerida tenta descaracterizar a sua responsabilidade civil, alegando que o requerente não ficou inválido para o exercício de seu trabalho e de suas atividades normais e impedido de trabalhar por mais de 08 (oito) meses Ora é só ver as fotografias de fls., e que será corroborado com a prova testemunhal a ser produzida, que o autor ficou impssibilitado para o trabalho de soldador mecânico, pelo período descrito na inicial de fls.

A requerida alega que não teve culpa pelo acidente, e que foi o autor se aproximou do Sr. Cláudio – sócio da empresa, quando ele mesmo estava executado um serviço de reparos em um caminhão truck, e que disse na sua contestação nos seguintes termos: "...quando o autor se aproximou do local, sem ser solicitado e observando que havia um pequeno vazamento de óleo no comando do hidráulico, o autor, por ato voluntário, sem até mesmo que o Sr. Cláudio percebesse, tentou estancá-lo com o dedo, causando-lhe o ferimento..."

Ora, essa alegação não é veradeira, e a verdade dos fatos serão comprovados pela prova testemunhal, oportunamente.



Alega ainda a ré, que o autor não necessitava de qualquer proteção, como óculos, luvas, etc..., o que confessa que na empresa ré não se usa equipamentos de proteção. A propósito veja na contestação essa afirmação.

Alega a requerida ainda, que não comunicou o acidente ao INSS, por culpa do empregado, ora autor na presente ação. Ora, é bastante estranho a requerida dizer isso, já que a mesma não quis assinar a CTPS do obreiro, e para que o mesmo pudesse ver a sua CTPS assinada teve que buscar a proteção jurisdicional da Justiça do Trabalho. O que ocorreu é que a requerida não quis assinar a CTPS do requerente.

Alega a requerida que foi o autor quem pediu demissão, e que o mesmo estava trabalhando o 15º do aviso prévio. Ora, isso não é verdade, o que ocorreu foi que o reclamante sofreu o acidente de trabalho e a requerida não mais lhe quis no serviço, tanto que ele entrou com uma ação na Justiça do Trabalho e a requerida fez acordo com ele, pagando a importância de 1.200,00 (um mil e duzentos reais), mas as guias do TRCT e Seguro Desemprego, o que prova que foi a requerida que o demitiu imotivadamente.

E, quanto ao Dano Moral, vejamos qual é o posicionamento jurisprudencial a respeito da matéria, e que deverá ser fixado por V. Exa., "verbo":



"O ressarcimento do dano moral é inteiramente ainda potque albergado cabível, Constituição da República e porque, em rigor encontra guarda na própria regra geral consagrada no art. 159 do Código Civil. Na espécie, foram atingidos direitos integrantes da personalidade do apelante, tendo ocorrido sofrimento humano, que rende ensejo a obrigação de indenizar. Patente a ofensa não só à integridade fisica, como sentimento de auto-estima da vítima também merecedor da tutela jurídica. Concretiza-se, em resumo, a hipótese de ofensa a um direito, ainda que dela não decorrido prejuízo material. (TJSP - 7, RJTJESP 137/186)."

Assim, o autor impugna em todos os seus termos a contestação apresentada, bem como os documentos apresentados pela requerida, que inclusive fazem prova contra si mesma.

"EX POSITIS", requer a V. Exa., se digne em receber a presente impugnação, rejeitando as razões expendida pela contestante, haja por bem, em harmonia com os princípios que regem o direito, rejeitar a preliminar de AUSÊNCIA/DEFICIÊNCIA DA CAUSA PETENTE, e no mérito, julgar procedente todos os pedidos contidos na inicial de fls., com a consequente condenação da Requerida, ao pagemanto de todas as verbas pedidas na exordial de fls., custas e honorários advocatícios.

Espera Justiça.

Goiânia, 13 de outubro de 2002.

Enival Pires da Silva

OAB/GO. 16.960

PARTE EM BRANCO

no are 139 de Código Civil. Na especie, foram

za vara do Trabalho

Aos Odias de Od de No 2003

abro a vista desfes autos for intimade

Dr. Vinus visto Curvico

Eu.

Escrivac

a presente impuestoco. Escalardo as razoas expendida tichi confesiante

PETENTE, e no latento, julgar procedente todos os pedidos

Autos no. 2043 / 02 MM. Juiz:

Segue n: duas (2) laudas

a manifestação ministerial.

Goiânia, 17 / 02 / 2003

Dalline i ura da Trindade do Prado 47º P. on storia de Justico

W S

#### MINISTÉRIO PÚBLICO QUADRAGÉSIMA SÉTIMA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIÂNIA

Autos n° : 2043/02

Protocolo: 200100923806

Natureza : Indenização por Acidente de Trabalho

Requerente: Miguel Martins Carneiro Filho

Requerido : Andrade e Vieira Ltda

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de Ação de <u>Indenização por Acidente de Trabalho</u> promovida por Miguel Martins Carneiro Filho em face de Andrade e Vieira Ltda, todos devidamente qualificados.

Requereu os benefícios da Assistência Judiciária , sem , no entanto , juntar a declaração de pobreza , sendo deferidos às fls. 28.

Através do despacho de fls. 28, a MM.Juiza determinou a citação do requerido para , querendo , responder aos termos da inicial , no prazo legal .

O requerido devidamente citado aos 09/11/2001 e contestou o pedido a destempo , eis que o mandado de citação foi juntado aos autos no dia 14/11/2001 (fls.30 verso) e a contestação aos 03/12/2001 (fls.34/40) .

Instado a manifestar o autor , via Procurador Judicial ,impugnou a contestação

Paltiva Joana da T. Prado





#### MINISTÉRIO PÚBLICO QUADRAGÉSIMA SÉTIMA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIÂNIA

(fls.51/55) , sem , no entanto , alegar a intempestividade da contestação .

É o relatório.

Do análise dos autos, observa-se que não há vícios ou irregularidades a ensejar nulidades, bem como não se verifica qualquer das hipóteses previstas nos artigos 329 e 330 do Código de Processo Civil.

Assim sendo , o Ministério Público, por sua representante legal , manifesta-se pela intimação das partes para especificarem as provas que pretendam produzir acerca dos fatos alegados .

 $$\operatorname{Ap\'{o}s}$$  , pelo saneamento do feito , nos termos do artigo 331 do Código de Processo Civil .

É o parecer .

Goiânia, 17 de fevereiro de 2003.

Daltiva Joana da Trindade do Prado Promotora de Justiça





Primeiro Juízo

Quinta Vara de Família, Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás

#### PROCESSO Nº 2043/01 (PROTOCOLO Nº 20010092306)-INDENIZAÇÃO

Autor:

Miguel Martins Carneiro Filho

Advogado: Ré: Doutor Enival Pires da Silva Andrade e Vieira Ltda.

Distor etc.

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, qualificado na inicial, através de Procurador judicial habilitado e sob o pálio da assistência judiciária, ajuizou a presente Ação de INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO C/C DANOS MORAIS E ESTÉTICOS em desfavor de ANDRADE E VIEIRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com representação nesta Capital.

Como causa de pedir, alega o autor, em síntese, ter sido vítima de acidente quando, na condição de empregado da ré, laborando na função de soldador mecânico, sofreu acidente no estabelecimento da parte requerida, como relatado nos autos.

Ao final, sob o argumento de que a ré agiu culposamente, aos termos do art. 159 e seguintes do CPC, pela inobservância das normas de segurança e proteção do trabalho, pede a condenação desta em indenização por perdas e danos.





FL. 02(Cont...Processo Nº 2043/01 (Protocolo Nº 20010092306)-INDENIZAÇÃO

A ação versa, portanto, sobre acidente do trabalho.

Dispõe o art. 109, caput, e inciso I, da Constituição Federal que:

"Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou opoentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho".

O dispositivo constitucional em apreço não atribui à Justiça Comum Estadual, nem à Justiça Especial do Trabalho, a competência para processar e julgar as causas decorrentes de acidente de trabalho, limitando-se, apenas, a excluí-las da competência da Justiça Federal.

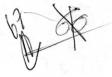
A Competência da Justiça do Trabalho é fixada no art. 114, também da Constituição, in verbis:

"Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas".

(Grifo não do original)

Assim, depreende-se de simples interpretação literal, que a ação de indenização por acidente de trabalho, dirigida pelo empregado vitimado em face do





FL. 03 (CONT...PROCESSO Nº 2043/01 (PROTOCOLO Nº 20010092306)-INDENIZAÇÃO

empregador, é da competência da Justiça sem dúvida, de tratar, se Trabalho, por relação de decorrente da controvérsia relação de trabalho, espécie da emprego, sendo irrelevante que a lide seja composta segundo as leis do direito comum, no caso, em especial, por aplicação do art. 159 do código Civil.

Sobre a matéria pertinente à competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as causas desta natureza, ora em questão, referindo-se ao art. 114 da Constituição Federal, o Juiz do Trabalho, Denilson Lima de Souza, escreveu:

Do texto acima se extrai que, para a configuração da competência da Justiça do Trabalho, necessita-se apenas da existência de lide entre empregado e empregador, e que essa lide seja originária ou decorrente da relação de emprego. É irrelevante, assim, que para a sua solução sejam utilizados institutos ou preceitos do Direito Comum, até porque este é fonte subsidiária do Direito do Trabalho (art. 8°, parágrafo único, da CLT).

Ademais, com o dispositivo constitucional em comento conjuga-se o disposto no art. 652, IV, da CLT, que atribui competência material à Justiça do Trabalho para apreciar e julgar demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho, demonstrando que a competência desta Justiça Especializada não está restrita aos dissídios relativos a parcelas tipicamente trabalhistas, mas a todos os conflitos decorrentes do contrato de trabalho". (Procedimentos Especiais - Radson Rangel F. Duarte, Edison Vaccari e Denilson Lima de Souza, página 121 - AB - Editora, Edição/2001)".

A propósito, o Supremo Tribunal Federal, guardião da aplicação uniforme da lei constitucional no país, interpretando o





FL. 04 (CONT...PROCESSO Nº 2043/01 (PROTOCOLO Nº 20010092306)-INDENIZAÇÃO

citado art. 114 da Constituição Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 238.737-SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, em 17.11.98, reformou acórdão do Superior Tribunal de Justiça em sentido contrário, para assim se posicionar sobre a matéria:

"Indenização por dano moral - Justiça do Trabalho - Competência. A ação de reparação de danos decorrentes da imputação caluniosa irrogada ao trabalhador pelo empregador a pretexto de justa causa para a despedida e, assim, decorrente da relação de trabalho, compete à Justiça do Trabalho, não importando deva a controvérsia ser dirimida à luz do Direito Civil".

O Tribunal Regional do Trabalho desta Região, em recente julgamento, seguindo a mesma orientação doutrinária e jurisprudencial, assim decidiu a respeito:

"Competência material trabalhista. Dano moral por revista pessoal ilegal. I - A competência para a causa é fixada em função da natureza da lide gizada pelo pedido e causa de pedir. Sendo a matéria discutida -danos morais - resultante de fatos ocorridos em razão e durante a vigência do contrato de trabalho, que envolve tanto obrigações de ordem patrimonial como não patrimonial, competente é a Justiça do Trabalho para a causa. II-Devida é a indenização por danos morais, quando provado nos autos que a revista pessoal realizada durante a forma ilegal, constrangedora empregatícia foi feita de e atentatória à honra, dignidade e intimidade do trabalhador". (RO nº 0628/99, de Goiânia - Rel. Juiz José Luiz Rosa - DJE de 11.05.99).

Com efeito, fundando-se o pedido do autor em fatos decorrentes da relação de emprego havida entre ele e a ré, competente para processar e julgar esta causa é a Justiça do Trabalho, mesmo que a lide haja





FL. 05 (CONT...PROCESSO Nº 2043/01 (PROTOCOLO Nº 20010092306)-INDENIZAÇÃO

de ser composta mediante a aplicação da vontade concreta da lei civil, conforme posicionamento doutrinário e jurisprudencial dominante, na forma dos ensinamentos e dos julgados ora coligados.

ISTO POSTO, decidindo nos termos o art. 113 do Código de Processo Civil, declino da minha competência para processar e julgar a presente, fazendo-o em favor de um dos Juízes do Trabalho a quem esta couber por distribuição.

Remetam-se os autos a uma das Varas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, 18ª Região, com as cautelas de mister.

REMESSA

Intime-se.

Goiânia, 06 de março de 2003

Carlos Roberto Fávaro

Juix de Direito

Aos 00 dias do mês de Marco de 2003 faço remessa destes autos ao Cartónio Dist. Líve por Beixof, apos redistribuis por gustive do Trebelho.





REMESSA

Aos\_30 dias do mês de 05 de 2003

faço remessa destes autos ao froballo

Escrivão

DIRETORIA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS GOLÂNIA - GO

RECEBIDO | EM. 0.4/0.6. 2.003

Maridelma Awes de Castro Septimio





### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO DIRETORIA DE SERVIÇO DISTR. DE FEITOS E CÁLCULOS JUDICIAIS DE GOIÂNIA

# CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº de Distribuição: 10.139/2003 RTN Nº do Processo:

0.835/2003 RTN RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA

CERTIFICO que a presente Ação foi distribuída, na data de 04/06/2003, para a DÉCIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO, sendo que a audiência respectiva será posteriormente designada pelo Juízo.

CERTIFICO MAIS que, na forma da Portaria TRT 18ª GP/SCJ Nº 001/2001, publicada no Diário da Justiça do Estado de Goiás nº 13.495, de 07/03/2001, página 84, deixei de dar ciência imediata ao interessado.

DOU FÉ

GOIÂNIA - GO, 04/06/2003

ROGÉRIO EUZÉBIO DOS SANTOS CHEFE DO SETOR DE DISTR. DE FEITOS

CERTDIS7

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE ALAURIUM PLUI PLO 

O2/30

Goiânia 05/06/08

COME

Inteliar de pecretaria

Ivone Sanlana Fogaçã Sec. Especianzada 12ª. J&J

PARTE EM BRANCO

PARING EM BEANCO

PARTE EM BRANCO





#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 12ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA Proc. nº 00835-2003-012-18-00-2

#### CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao gabinete do MM. Juiz.

Em 5 de junho de 2003.

Adriana Luz Dourado Ferro

Vistos, etc...

Às fls. 58/62, o MM° Juiz da 5ª Vara de Família , Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia, Seção Judiciária do Estado de Goiás, declinou a competência da Justiça Estadual e determinou a remessa destes autos à uma das Varas da Justiça do Trabalho.

Entendeu o MM° Juiz que em virtude do pedido do autor ser decorrente da relação de emprego havida entre este e a reclamada, a competência para processar e julgar esta ação é desta Especializada, conforme dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Data venia do entendimento do MMº Juiz, apesar de se tratar de dissídio entre trabalhador e empregador, decorrente de relação de trabalho, verifica-se que recente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE-349.160-1, reconheceu que a competência para julgar ação de indenização, fundada em acidente de trabalho, é sempre da Justiça Comum, haja vista o previsto no art. 109, I, da Constituição.

Ante o exposto, suscita-se o conflito negativo de competência, determinando-se a <u>REMESSA</u> destes autos para o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme o previsto no art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

INTIMEM-SE as partes.

Em Ode Junho de 2003 - 6°f

Paulo C. F. Andrade

Juiz Titular

The state of the s

balho (1)





#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18º REGIÃO

DÉCIMA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

### NOTIFICAÇÃO ENVIADA PARA PUBLICAÇÃO NO DJ/GO

PROCESSO:

RTN 00835-2003-012-18-00-2

**DATA DA NOTIFICAÇÃO:** 11/06/2003 11:26

**TEOR DO DESPACHO:** 

Notificação Nº: 5211/2003

Processo Nº: RTN 00835-2003-012-18-00-2 12ª VT RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADVOGADO ..: ENIVAL PIRES DA SILVA RECLAMADA.: ANDRADE E VIEIRA LTDA ADVOGADO ... KELLY SUZY SANTOS

DESPACHO:

Vistos, etc... Às fls. 58/62, o MMº Juiz da 5ª Vara de Família , Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia, Seção Judiciária do Estado de Goiás, declinou a competência da Justiça Estadual e determinou a remessa destes autos à uma das Varas da Justiça do Trabalho.Entendeu o MMº Juiz que em virtude do pedido do autor ser decorrente da relação de emprego havida entre este e a reclamada, a competência para processar e julgar esta ação é desta Especializada, conforme dispõe o art. 114 da Constituição Federal.Data venia do entendimento do MMº Juiz, apesar de se tratar de dissídio entre trabalhador e empregador, decorrente de relação de trabalho, verifica-se que recente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE-349.160-1, reconheceu que a competência para julgar ação de indenização, fundada em acidente de trabalho, é sempre da Justiça Comum, haja vista o previsto no art. 109, I, da Constituição. Ante o exposto, suscita-se o conflito negativo de competência, determinando-se a REMESSA destes autos para o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme o previsto no art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição Federal.INTIMEM-SE as partes.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a notificação acima foi publicada no Diário de Justiça do Estado de Goiás nº 1/1 045 do dia 16/106/10 2

<u>🤈 </u>ª f, página nº <u>4 从 &</u>. Dou fé.

a feira. GOIÂNIA, 25/06

> Renato Cayer M. de Araúlt Auxiliar Judiciário

SAJR900K

Data: 11/06/2003 Hora: 11:31:53

FLS.: 66

#### Termo de Recebimento e Autuação

Recebidos os presentes autos, foram registrados e autuados no dia 25/07/2003

na forma abaixo:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 39676 (2003/0127724-9)

Origem

: JUSTIÇA DO TRABALHO 1ª INSTÂNCIA GOIÁS

Localidade

: GOIANIA / GO

Nº. na Origem: 8352003

20010092306

Nºs. Conexos: :

Nº de Folhas :

65

Nº. de Volumes:

1

Nº de Apensos:

0

**AUTOR** 

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

**ADVOGADO** 

ENIVAL PIRES DA SILVA

RÉU

ANDRADE E VIEIRA LTDA

**ADVOGADO** 

**KELLY SUZY SANTOS** 

SUSCITANTE

JUÍZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO

SUSCITADO

JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA DE FAMÍLIA SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA -

GO

#### **CERTIDÃO**

Certifico que, no Cadastro de Feitos deste Tribunal, foi verificada a existência de processos relacionados ao CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 39676 (2003/0127724-9)

Processos com UF, Partes e Números de Origem comuns: Nada Consta

Quantidade de Outros Processos com a Parte:

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO ANDRADE E VIEIRA LTDA

0

Quantidade de Outros Processos com o Número de Origem:

8352003

C

20010092306

1

Brasília-DF, 20 de agosto de 2003.

Divisão de Jutuação

FIN OF

### CONFLITO DE COMPETÊNCIA 39676 / GO (2003/0127724-9)

#### TERMO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

#### Distribuição

Em 22/8/2003 o presente feito foi classificado no assunto Civil - Responsabilidade Civil - Indenização - Trabalho - Acidente e distribuído ao Exmo. Sr. Ministro CASTRO FILHO, SEGUNDA SEÇÃO.

#### Encaminhamento

Aos 11 de Sation 10 de 2003, vão

estes autos com conclusão ao Ministro Relator.

Subsecretaria de Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos

Vista ao Ministério Público, para os devidos fins.

Brasília.

Ministro CASTRO FILHO

Relator



## De 39.676/GO

#### **RECEBIMENTO**

Recebi	os	presentes	autos	do	gabinete	do	(a)
Ministro	o (a)	Relator (a)	).	,			

STJ – Coordenadoria da Segunda Seção

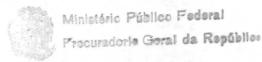
Aos Adias do mês de Solecubro de 2003
faço estes autos com vista ao Ministério Público
Federal Chapacho fl. 67

Eu, lavrei este termo.

STJ - Coordenadoria da Segunda Seção Coordenadora



RECEBIMENTO



DISTRIBUIÇÃO

Selepteouredor s-Setal de Peophilio

tooles ?





#### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PARECER nº 19397 - PP

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 39676

SUSCITANTE : JUIZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE GOIANIA-GO

SUSCITADO : JUIZO DE DIREITO DA 5A VARA DE FAMILIA SUCESSOES

E CIVEL DE GOIANIA-GO

RELATOR: EXMO. SR°. MIN. CASTRO MEIRA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ACIDENTE DE TRABALHO. JUSTIÇAS COMUM E TRABALHISTA. - Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente de trabalho (Súmula nº 15-STJ).

#### EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR

- 1. Trata-se conflito de competência estabelecido entre a Justiça Comum Estadual e a Justiça do Trabalho, nos autos de ação tendente à obtenção de indenização por dano material e moral, decorrente de acidente de trabalho.
- 2. A matéria encontra-se sumulada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

Súmula 15-STJ – "Compete à justiça estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente de trabalho."

3. Ante o exposto, o Ministério Público Federal opina pelo conhecimento do presente conflito, para que seja reconhecida a competência da Justiça Comum Estadual.

Brasília-DF, 24 de setembro de 2003

Eduardo Antonio Dantas Nobre Subprocurador-Geral da República Portaria PGR nº 211/03

J.

## Superior Tribunal de Justiça

CC. 36. 676/60

Fls. 70

#### **RECEBIMENTO**

Recebi os presentes autos do Ministério Público Federal.

Brasília, 02 de outubro de 2003.

STJ - Coordenadoria da Segunda Seção

### **CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr.

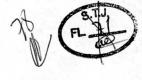
Ministro Cartor Film (c) parcur fr.

69)

Brasília, 3 de artur m de 2003.

STJ – Coordenadoria da Segunda Seção COORDENADORA





PM/09E

### CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 39.676 - GO (2003/0127724-9)

RELATOR : MINISTRO CASTRO FILHO

AUTOR : MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO ADVOGADO : ENIVAL PIRES DA SILVA E OUTRO

RÉU : ANDRADE E VIEIRA LTDA

ADVOGADO : KELLY SUZY SANTOS

SUSCITANTE : JUÍZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA DE FAMÍLIA

SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA - GO

#### **EMENTA**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRABALHO. SÚMULA 15/STJ.

"Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho." Verbete nº 15 da Súmula/STJ.

Conflito conhecido, declarando-se competente o juízo suscitado.

#### RELATÓRIO E DECISÃO

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO propôs ação visando a obter de ANDRADE E VIEIRA LTDA indenização por danos materiais e morais em razão de acidente sofrido no exercício de sua atividade laboral.

Reportando-se ao artigo 114 da Constituição Federal e a precedentes jurisprudenciais, o juiz de direito declinou da competência em favor da Justiça do Trabalho.

Remetidos os autos à justiça especializada, suscitou-se o presente conflito negativo de competência.

Página 1 de 4

2003/0127724-9





PM/09E

A Subprocuradoria Geral da República, em parecer emitido pelo Dr. Eduardo Antônio Dantas Nobre, opina pela competência da justiça comum estadual.

É o breve relatório.

Trata-se de conflito entre a Vara do Trabalho de Goiânia e o juízo estadual da mesma comarca, a propósito da competência para apreciar ação reparatória em razão de acidente do trabalho.

Assiste razão ao magistrado trabalhista.

Em casos como o dos autos, quando revela a causa de pedir que a indenização pleiteada decorre de acidente ocorrido durante a execução da atividade laboral, por dolo ou culpa do empregador (art. 159 do Código Civil e 5°, V e X, da CF/88), a competência para o julgamento da lide tem sido reconhecida em favor da justiça estadual.

A propósito, merecem transcritas as percucientes observações da eminente Ministra Nancy Andrighi, por ocasião do julgamento do CC 32.769/SP:

"Isto porque, não obstante à solução da controvérsia se faça necessário verificar as questões afetas à segurança do trabalho e o dever do empregador em propiciá-la, a causa material do dano alegado não é o contrato de trabalho, mas o próprio acidente ocorrido durante a atividade trabalhista, o que demanda o exame da culpa do empregador calcado na responsabilidade civil, matéria esta que foi pela Constituição Federal atribuída à competência do juízo estadual. E esta competência, 'in casu', prevalece sobre a Justiça Especializada, pois, pela vontade do Poder Constituinte, os casos de acidente de trabalho, dessa foi afastada, assim como da Justiça Federal, 'ex vi' do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, tendo natureza absoluta em razão da matéria. Com efeito, dispondo o

Página 2 de 4



PM/09E

mencionado artigo sobre a competência dos juízes federais, excluiu 'as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.' 'Ora, a menção expressa às causas de acidente do trabalho - afirma o em. Min. Eduardo Ribeiro - não encontraria justificativa, caso se compreendesse elas entre as de competência da Justiça Trabalhista, também explicitamente referidas. Foi necessário também excetuá-las, exatamente porque atribuídas à Justiça Comum'. Pela mesma razão, quando os danos morais são pleiteados a título de parcela que integra a indenização decorrente de acidente do trabalho, o respectivo pedido deve ser apreciado perante a Justiça Comum. Apenas fora desta hipótese, isto é, quando os danos morais não são provenientes de acidente do trabalho, é possível, perquirir-se sobre a competência da Justiça do Trabalho para julgar pedido de indenização por danos morais decorrentes da relação empregatícia." (DJ de 27/09/2001).

#### No mesmo sentido:

"AGRAVO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA.
JUÍZOS DE DIREITO E TRABALHISTA. AÇÃO DE
INDENIZAÇÃO POR DANO DECORRENTE DE ACIDENTE
DE TRABALHO. 'Compete à Justiça Estadual processar e
julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.' - Verbete
n. 15 da Súmula/STJ. Agravo improvido." (CC 27.131/MG,
relator Ministro César Ásfor Rocha, DJ de 19/03/2001);

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Acidente no trabalho. Dano moral. É da Justiça Comum a competência para processar e julgar ação de indenização por acidente no trabalho. O STJ atribuía à Justiça Comum a competência para processar e julgar ação de indenização por dano moral, ainda que a ofensa decorresse da relação de emprego. Porém, recente julgamento do eg. STF, interpretando o art. 114 da CR, reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para tais ações. No caso dos autos, porém, o dano moral decorre do fato do acidente, e a parcela que lhe corresponde integra a indenização acidentária, tudo de competência da Justiça Comum. Conflito conhecido e declarada a competência do Juízo de Direito, o suscitado." (CC 22.709/SP, relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 15/03/99)

E, ainda: CC 31.693/MG, Relator Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 11/09/2001; CC 30.663/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ de

Página 3 de 4

2003/0127724-9



PM/09E

12/09/2001; CC 32.442/MG, Relator Aldir Passarinho Júnior, DJ de 05/09/2001 e CC 32.395/PR, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 21/08/2001.

Ressalte-se que a própria Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 643, § 2°, endossa esse entendimento:

"Art. 643. Os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.

(...)

§ 2°. As questões referentes a **acidente do trabalho** continuam sujeitas à justiça ordinária, na forma do Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subseqüente."(grifo nosso)

Pelo exposto, nos termos do artigo 120, parágrafo único, do Código de Processo Civil, conheço do conflito e declaro competente o juízo estadual suscitado, encaminhando-se-lhe os autos.

Comunique-se.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de outubro de 2003.

MINISTRO CASTRO FILHO

Relator



CC 39676/60

	RECEBIMENTO
Recebi c	os presentes autos do gabinete do Exmo. Sr
Ministro	Relator.
Brasília,	31 de outubro de 2003.
Marie	Marco
S	ΓJ – Coordenadoria da Segunda Seção
ENCA	MINHAMENTO À PUBLICAÇÃO
	inho, nesta data, à publicação a
decisão	de fls. 71/74
Brasília	3 de Noum 2003
Brusina,	(0)0 1
G.	W C I I I I I I I I I I I I I I I I I I
5	ΓJ – Coordenadoria da Segunda Seção
	CERTIDÃO
Certifico	o que foi publicado no Diário da Justiça do
	6 / <u>novembre</u> / 2003.
	ão de fls. 71174
	o, outrossim, que foi intimado o Ministério
Certifico	, outlossin, que foi intiliado o ministerio
	Federal na forma da lei.
Público	

#### **JUNTADA**

Junto aos presentes autos as cópias dos Ofícios nº 2.893 e 2.894/2003 - CORD2S/DA.

Brasília, 7 de novembro de 2003.

STJ - Coordenadoria da Segunda Seção

PARTE EN SEANCO





Ofício nº 002893/2003-CORD2S/DA

Brasília, 03 de novembro de 2003.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 39676/GO (2003/0127724-9)

RELATOR

: MINISTRO CASTRO FILHO

PROC. ORIGEM: 8352003, 20010092306

AUTOR

: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RÉU

: ANDRADE E VIEIRA LTDA

SUSCITANTE SUSCITADO : JUÍZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA DE FAMÍLIA SUCESSÕES E

CÍVEL DE GOIÂNIA - GO

Senhor Juiz,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que, nos autos do processo em epígrafe, foi proferida decisão cuja cópia segue.

Respeitosamente,

Helena Maria Antunes de Oliveira e Silva Coordenadora da Segunda Seção

Juiz da 12ª Vara do Trabalho de Goiânia Goiânia - GO

Maril 04/11/23





Ofício nº 002894/2003-CORD2S/DA

Brasília, 03 de novembro de 2003.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 39676/GO (2003/0127724-9)

RELATOR

: MINISTRO CASTRO FILHO

PROC. ORIGEM: 8352003, 20010092306

AUTOR

: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RÉU

: ANDRADE E VIEIRA LTDA

SUSCITADO

SUSCITANTE : JUÍZO DA 12A VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA DE FAMÍLIA SUCESSÕES E

CÍVEL DE GOIÂNIA - GO

Senhor Juiz,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que, nos autos do processo em epígrafe, foi proferida decisão cuja cópia segue.

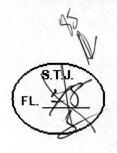
Respeitosamente,

Helena Maria Antunes de Oliveira e Silva Coordenadora da Segunda Seção

Exmo. Sr. Juiz de Direito da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível de Goiânia Goiânia - GO

Marit





#### CC 39676/GO

#### TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que a r. decisão de fls. 4/4/ transitou em julgado no dia 17 de dezembro de 2003.

Brasília - DF, 19 de novembro de 2003

COORDENADORIA DA SEGUNDA SEÇÃO

#### REMESSA

Remeto os presentes autos a(o) 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível de Goiânia-GO nesta data.

Brasília - DF, 19 de novembro de 2003

JULIUMASS -COORDENADORIA DA SEGUNDA SEÇÃO

1 Volume(s)

0 Apenso(s)

KEMESSA 16 dias do mês de 12 de 2003 aço remessa destes autos ao Obratultuido Mossia CARTÓRIO DISTRIBUIDOR
-CIVELRecebi em: 22 DEZ 2003\_ Cartorio Distribuidor Anotado emaz 1 12 103 Cancelade à latra Cartório Distribuidor REMISSA Ace 22 112 103, faço remessa 5 de Jonnelio Goiánia, 22 de 12 nubia

ESCHIVÃO



#### CONCLUSÃO

Aos dias do mês de março de 2004, faço estes autos conclusos ao MM. 1º Juiz de Direito da 5ª Vara de Família Sucessões e Cível

Escrivã

Autos n°: Protocolon°: 2043/2001 200100923806

A COAT M S C

Intimem-se as partes, por seus respectivos Procuradores judiciais, para indicarem as provas que pretendem produzir, no prazo, comum, de cinco dias.

Goiânia, 16 de março de 2004

Carlos Doberto Fávaro

Ouir de Direito

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi extratado o(a)

de fis. 81

nesta data. Goiânia, 05 / M Escrivão (ã) SUNTADA **17** dlas do mes de \_\_\_\_\_05 end de 14 2004 faço juntada a estes autos do\_ Nort. 3 que adiante se verm. FECTIVAC

200100923506 - 3 16.04/208 09;

EXMO.(a) SR.(a) DR.(a) JUIZ(a) DE DIREITO DA **QUINTA** (5<sup>a</sup>.) VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA - GOIÁS.

Autos n. 2043/01 Processo n. 200100923806

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, já amplamente qualificado nos autos acima referenciados, da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO, que promove em desfavor de ANDRADE E VIEIRA LTDA., também qualificada, por meio de seu advogado e bastante procurador que esta subscreve (outorga nos autos), estabelecido profissionalmente na Av. C-17, n. 135, Setor Sudoeste, Goiânia – GO., (fone: 247-3222), comparece a douta e honrosa presença de V. Exa., para especificar as provas que pretende produzir, quais sejam: todas as provas em direito permitido e, em especial as oitivas das testemunhas que já se encontram arroladas na peça inaugural, devendo as mesmas serem intimadas nos seus respectivos endereços também já fornecidos.

Nestes termos, Pede deferimento.

Goiânia, 15 de abril de 2004.

OAB/GO 16 960

### CERTIDAO DE PUBLICAÇÃO

Processo

PROTOCOLO MR

a 2001.00923806 <sup>1</sup>

AUTOS

2043

NATUREZA

: INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO

ESCRIVANIA -

s 5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL

REQUERENTE

B MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

REQUERTIO

a ANDRADE E VIEIRA LTDA

ADV REQTE

BENIVAL PIRES DA SILVA

ADV REQUO

: KELLY SUZY/SANTOS

JUIZ(A)

# CARLOS ROBERTO FAVARO

Data do Expedientes 05/04/2004

Diario da Justiga : 00014249

pagina do 'DaJa' a 00000

Circulação = 14/04/2004

AS illai0 horas

Certifico que o extrato destes autos exarado na data supra explicitada, foi publicado no Diario da Justiga acima especificado.

Dou fé.

GOIANIA  $_{\rm u}$  25 de maio de 2004  $_{\rm u}$ 

## OAGITABO -.

.netestin,ear. SE ODIAMON DE DE O SETO O GENERIC are nemonati sub studb e collinati

Goldina 25 101 OT



#### CONCLUSÃO

Aos \_\_\_ dias do mês de fevereiro de 2005, faço estes autos conclusos ao MM. 1º Juiz de Direito da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

Escrivã

#### Protocolo nº200100923806

A Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, deu nova redação ao disposto no art. 114 da Constituição Federal, determinando, em seu inciso VI, que, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, entendimento que já mantinha este Juízo, reiteradamente, em diversas decisões.

Por se tratar de competência absoluta, declino-a, de ofício, em favor da Justiça do Trabalho.

Proceda-se com a baixa de mister, o que, após, remetam-se os autos àquela Justiça Especializada.

Intimem-se.

Goiânia, 01 de fevereiro de 2005

CARLOS ROBERTO FÁVARO

- 1º Juiz de Direito -

CERTIFICO e dou fé que, deciseu de fls. foi EXTRATADO nesta data, para ser publicado no "DIÁRIO DA JUSTIÇA".

Goiânia, 18 / OD 2005

Escrivão

ACO 18 dias do més de OZ do BODT

18 co remessa destes autos ao Distribuidos

pl baixa, apos, devolver os autos

Environ.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR
- CÍVEL Dado bala - am:
23 FEV 2005
- Waio
DISTRIBUIDOR

PARTE EM BRANCO

7º Vara do Trabalho

#### ESTADO DE GOIAS PODER JUDICIARIO COMARCA DE GOTANTA

#### CERTIDAO DE PUBLICAÇÃO

Processo

FROTOCOLO NR

200100923806

AUTOS

2043

NATUREZA

: INDENIZACAO FOR ACIDENTE DE TRABALHO

ESCRIVANTA

: 5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL

REQUERENTE

: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

REQUERTDO

: ANDRADE E VIETRA, LTDA

ADV REQUE

: ENIVAL PIRES DA SILVA

ADV REQDO

**SELLY SUZY SANTOS** 

JUIZ(A)

: CARLOS ROBERTO FAVARO

Data do Expediente: 18/02/2005

Diario da Justiça : 00014460

pagina do 'D.J.' : 00000

Publ.i.cação

: 24/02/2005

Circulação

# 24/02/2005

AS -08:50 horas

Folhas

Certifico que o extrato destes autos exarado na data supra explicitada, foi publicado no Diario da Justiga acima especificado.

Dou fe.

GOIANIA , 8 de MARCO de 2005 .

PATOR BUILDING CITALICECUS ARCCA AIMAIÓDIKI ADPAPOT

OFATORO DE PUBLICAÇÃO

RH C FOOTOFF 5 m 1 1 40 ASSUMJUGET ATMINISTER THARAMAR - CCL9EU ALEM ETTGEST VOA DUGSTY VIA. · (%) XX (%)

SOBSSTOCKOUR DELIE OFICER OFICER E VILLED L'EDA CENTRAL FIRES IN AVLILE SOTHAR YOUR YIELD : CONTRACTO PAYAGO

Aos dias do mês O do ano de Tinto

BOOK EARLES

".L.C" ob sorgac

easachtdul

Caspelladrill

and Italia

Centiniina que a extrato destes auros exarado na hata supra explicational, for politicado no Diarrio da Austiga, acima .cose Primare

faço juntada a estes autos de C

Escrivão

que adiante se vêem.

BAS CREEC North

THE LINE

PARTE EMBRANCO AMARIO

7ª Vara do Trabalho

# ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIÂNIA

Ofício-Circular nº 014/05

Goiânia, 21 de março de 2005.



Senhor Juiz de Direito:

Encaminho a V. Exa., para conhecimento, os acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça que deliberaram sobre a competência da Justiça estadual para examinar e decidir questões relativas a ressarcimentos de danos por acidente ocorrido no local de trabalho.

Sirvo-me da oportunidade para renovar-lhe os protestos de real apreço.

José Ricardo M.Madhado JUIZ CORREGEDOR DIRETOR DO FORO

Exmo. Sr.

Dr. CARLOS ROBERTO FÁVARO

DD. Juiz de Direito da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível Forum - anexo

leanege stop sten ent ent

Aos OE dias do más da OY da OT faço remessa dados autos ao alast. pl



CARTÓRIO DISTRIBUNDOR Anotado em 07/04/05 Conculado a Jaines

COMARCA DE GOIANIA CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CIVEL

Aca OF	managerandismages branch	Indo 6	and separate from the separate	IVEL.
\$5° dy	5 Jon	rein rein	massa	dootes s
Comarca	de Go	1100	The same of the sa	mananand (18)
Goldman	de	Jula	do	05
* 1	16.40 C	C III IV To	The commence of the commence o	orange or post of the

	CERTIDAO
	Certifice que nesta data, apense
co pr	esente processe, an de no.
requ	eride por 200101867322
cunti	3
y \$1	Golania, 04 / 05 /2005
- The state of the	EdCIVES

-93 V

CAATORIO DISTRIBLIB OR CIVEL - CIVEL emi

CONCLUSÃO

Aos dois dias do mês de agosto de 2005 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível

Escrivã

Autos nº: Protocolonº:

2043/01 200100923806

Nos termos do artigo 114, VI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, e, diante do novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, entendendo ser da Justiça do Trabalho a competência para o julgamento das ações de indenizações decorrente da relação de emprego, cuidando-se de incompetência absoluta, determino, de ofício, a remessa dos presentes autos à uma das Varas do Trabalho da Capital, tomadas as cautelas de mister.

Intimem-se.

Goiânia, 02 de agosto de 2005

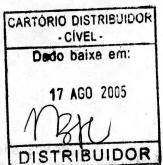
Carlos Roberto Fávaro

Juiz de Direito

CERTIFICO e dou fé que, FL 93. de cls. foi EXTRATADO nesta de publicado no "DIÁRIO DA JUNEA".

Goiânia,

CARTÓRIO NATRIBUIDOR 17 AGO. 2005



aço estes auros conclusos eq. MM. Juit de Direjto de 5º Vera de Fem.lin, Sucessões e Livel

Augustalia

PARTE PARTE EM PARTE PARTE BRAHCO Philipporth pasentes autos à ume des Varas DIMMED DANKO BRANCO BRAHCQ

of oriC sb smt

PANKS

CAMPBIANCE PROPERTY

But MARY

94

EM BRANCO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO PARTE EM BRANCO

# TERMO DE JUNTADA

limin data, procedo à juntada aos presentes autos do presentes autor do presentes autos do presentes autos do presentes autor do presente autor do presente autor do presente autor do presentes autor do presente autor do

Andréa Mendonga Costa

200101867322

Dra. Kelly Suzy Santos - OAB/GO nº 17.068

Av. T61 esq. c/ T38 Apt° 503 - Bueno - Goiânia-GO. Fone: (62) 241-5655

Praça Pina s/n centro - Nazário-GO. Fone: (62) 680-1237

Distribuido ao 3º Juízo

DISTRIBUIÇÃO 5º VARA DE FAMÍLIA SUCESSÕES E CÍVEL

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 5º VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA – GOIÁS.

Protocolo nº: 200100923806

Requerente: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

Requerido: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

ANDRADE E VIEIRA LDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 033742360001-86, com sede na Rua Vindobona nº 168, Qd. 10, Lt. 25, Setor Esplanada do Anicuns, Goiânia – Goiás, por sua advogada infra assinada, (m.j.), vem, perante Vossa Excelência, nos Autos da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO, que lhe move MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, com fulcro no art. 261 do CPC, oferecer IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA, para tanto deduzindo os argumentos fáticos e jurídicos a seguir alinhados:

Na presente demanda, denota-se de logo que o Autor pretende o recebimento de indenização na modalidade de lucros cessantes e danos morais, sob a alegação de ter ficado impossibilitado para o exercício laboral, louvando-se toda a sua argumentação nos fatos relacionados com o acidente de trabalho com ele ocorrido.

Reveste-se ainda da grandeza a presente impugnação, uma vez que o Autor pretende receber indenização por dano material e moral, como se possível fosse receber os valores de uma só vez, contrariando assim a norma de regência em espécie.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Vara de Família

Nº de ordem \_\_\_\_Livro 12 Fls \_\_\_\_

MM. Juiz Auxiliar da \_\_\_\_\_ 5 Vara

Ao \_\_\_\_\_ Promotor de Justiça.

Ao escrivão Sr. \_\_\_\_

Data \_\_\_\_ 12 12 1201

Distributdor

EM BRANCO

THE MEDICAL PROPERTY OF THE

Dra. Kelly Suzy Santos – OAB/GO nº 17.068 Av. T61 esq. c/ T38 Aptº 503 - Bueno – Goiânia-GO. Fone: (62) 241-5655 Praça Pina s/n centro – Nazário-GO. Fone: (62) 680-1237 36 0

Em face disso, o valor de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais) é absolutamente irreal e não corresponde com a verdadeira causa de pedir, por se tratar de ação indenizatória por infortúnio laboral.

"Em Ação de Indenização por dano moral, o valor da causa não encontra parâmetros no elenco do art. 259 do CPC, mas, sim, no disposto no art. 258 do mesmo estatuto" (RSTJ 29/384).

Desse modo, cumpridas as formalidades legais, pede que seja julgada procedente a presente impugnação, fixando-se o valor da causa, para efeitos fiscais e processuais, levando-se em conta a pretensão da impugnada e próprio objeto da demanda.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100,00 (cem reais). Pede deferimento. Goiânia, 30 de novembro de 2001.

> KELLY SUZY SANTOS OAB/GO nº 17.068

SERVENTIA



NÚMERO : 01398434-9 SÉRIE......: 09 EMISSÃO : 03/12/01

SHEL JWZ

REQUERENTE:: ANDRADE E VICINA L'ÉDA REQUERIDO ....: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

: PROTOCOLO JUDICIAL

NATUREZA

: IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA ( 119 )

PROCESSO

: 200100923806

VALOR DA ACAO :

100,00

PROTOCOLO ITENS DE RECEITA	cópigo	VALOR	ITENS DE RECEITA	CÓDIGO	VALOR
DISTRIBUIDOR	103-1	0,32			
	1 2000	6,67			
CAIXA DE ASSISTENCIA DA OAB	114-7	2,04			
CONTADOR	101-5	1,17			
CUSTAS	104-1	10,00			
		"			
		-			
				399-9	20,20
			TOTAL		
		7			

85680000000-7 20200143013-3 98434909000-6 00000000001-8



VIA PROCESSO

CERTIDÃO CERTIFICO que a presente folha contém 01 (um)) documento(s) numerado(s) e rubricado(s). DOU FÉ. Goiânia, 29/08/05, 2ª feira

Andréa Mendonça Costa Balestra Assistente 2

REE118801880000116031201 AUTENTICAÇÃO

93 95

# CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que e presente feite foi AUTUADO e REGISTRADO no livro competente sob n.º..868/02.

Gennia, .20de.....02...de...02.

PARTE IM BRANCO

PARTE EM BRANCO Zª Vara do Trabalho

PARTE EM BRANCO
7ª Vara do Trabalho



#### ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIÂNIA

CONCLUSÃO

Aos 12 dias do mês de abril de 2002, faço estes autos conclusos à MMª Juíza de Direito da 5ª Vara de Família Sucessões e Cível

Escrivã

Protocolo: 200101867322 - 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível

Vistos, etc.

Autue-se em apenso aos autos principais. Sobre a impugnação manifeste-se o autor no prazo de cinco (05) dias.

Intime-se.

Goiânia, 12 de abril de 2002.

Maria Luixa Póvoa Erux V P. \_\_\_\_\_ Juíza de Direito

erintico e dou fé, que des pacho como esta data, para sei probleado no "LIARIO DA JUSTIÇA".

Solánia, 3/1/10/02

Eserivac

#### ESTADO DE GOIAS PODER JUDICIARIO COMARCA DE GOIANIA

#### CERTIDAO DE PUBLICAÇÃO

07/

Processo

PROTOCOLO NR : 200101867322

AUTOS : 868

NATUREZA : IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA ESCRIVANIA : 5A DE FAMILIA SUC.E CIVEL IMPUGNANTE : ANDRADE E VIEIRA LTDA

IMPUGNADO : MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADV IMPGTE : KELLY SUZY SANTOS

JUIZ(A) : MARIA LUIZA POVOA CRUZ

Data do Expediente: 31/10/2002

Diario da Justiça : 00013899

pagina do 'D.J.' : 00000

Publicação : 06/11/2002

Circulação : 06/11/2002 AS 09:45 horas

Certifico que o extrato destes autos exarado na data supra explicitada, foi publicado no Diario da Justiça acima especificado.

Dou fé.

GOIANIA , 9 de abril de 2003 .

C Certific	ERT De dou	ID fé que,	ÃO mayo	iris .
ll pi	tiçais	p/ us	naio i li pro	CUS-
				**********
referido Goiâni	é verdade a, 09	104	/ 03	2 - * - * - * - * - * - * - * - * - * -
Lh	inise	Rodr ivão (ã)	iopus	

PARIL	i . i	JAM. IV
PARTE		DRAHISO
PARTE		00111100
PARTE		erenee Liney
PARTE	EM	0311.110
PARTE		BRANCO
PARIE		DRANCO
PARTE		DRAHED
PARTE		
PART	# V 1	
	(10 m m	DIMICO
PART		A BRANCO
7177		OPENIE :
		CONAST !



### ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO

#### **COMARCA DE GOIÂNIA**

CONCLUSÃO

Aos 25 dias do mês de abril de 2003, faço estes autos conclusos à MMª Juíza de Direito da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível.

Escrivã

Protocolo: 200101867322 - 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível

Vistos, etc.

Cumpra-se o despacho de fls. 06.

Goiânia, 25 de abril de 2003.

Maria Luiza Póvoa Eruz P.\_\_.

Juíza de Direito

CERTIFICO e dou sé que, Os Quitos

2010093806, maintre de trabalho

100 per acidente de trabalho

PARTE EM BELLICO PARTE EL DELMO PARTE EM PARTE EII PARTE EN BRANCO PARIE PARTE EH PARIE PARIE PARTE IN BRANCO BRANCO

1 3 4 200



# Jo2 60

#### ESTADO DE GOIÁS PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GOIÁNIA

Protocolo nº 200101867322 - 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível.

Vistos, etc.

Ao teor da certidão de fls. retro, redistribuam-se os autos ao Primeiro Juízo da 5ª Vara de Família, Sucessões e Cível, a serem apensados aos autos do feito principal.

CUMPRA-SE.

Goiânia, 07 de julho de 2004.

Jutza de Direito em Plantão de Férias.

Maria Luiza Povoa Eruz

Afam



#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO DIRETORIA DE SERVIÇO DE RECURSOS E DISTRIBUIÇÃO

# CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO RITO ORDINÁRIO

Nº de Distribuição: 20.239/2005 RT

Nº do Processo:

1.566/2005 RT

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

CERTIFICO que a presente Ação foi distribuída, na data de 26/08/2005, para a SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO, com designação de AUDIÊNCIA para o dia 09/09/2005, às 08:15 horas, na sala de audiências daquele Juízo.

CERTIFICO MAIS que, na forma do Artigo 6º do Provimento Geral Consolidado, publicado no Diário da Justiça do Estado de Goiás nº 14.279, de 27/05/2004, deixei de dar ciência imediata ao interessado.

DOU FÉ.

GOIÂNIA - GO, 26/08/2005-(Sexta-Feira)

ROGÉRIO EUZÉBIO DOS SANTOS CHEFE DO SETOR DE DISTR. DE FEITOS

#### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

# CERTIDÃO

**CERTIFICO** que procedi à reautuação do presente feito. **DOU FÉ**.

Goiânia, 29 de agosto de 2005,  $2^{a}$  feira.

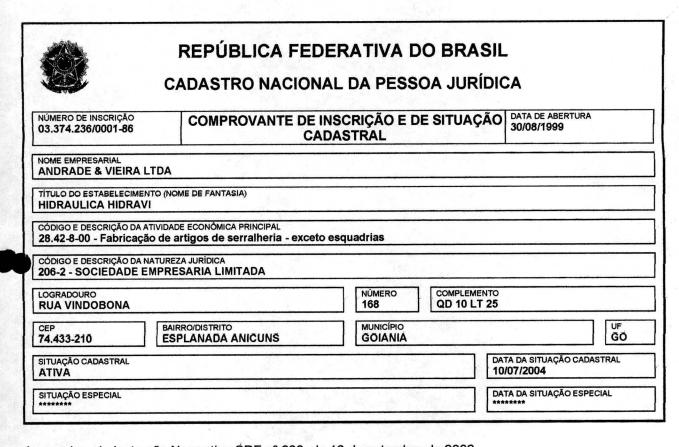
Andréa Mendonda Costa Balestra
Assistente 2

PARTE EM BRANCO Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

#### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.



Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 29/08/2005 às 10:13:48 (data e hora de Brasília).

Voltar



Contrato ECT/DR/GO
T R T
18\* Região
29/08/2005

#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO ANDRADE E VIEIRA LTDA.

RUA VINDOBONA Nº 168 QD. 10 LT. 25 ST. ESPLANADA DO ANICUNS CEP 74.433-210 - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

8899/2005

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.S<sup>a</sup> notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: PARA TOMAR CONHECIMENTO DE QUE OS AUTOS QUE TRAMITAVAM NA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA-GO SOB O Nº 200100923806, FORAM REDISTRIBUÍDOS PARA ESTA VARA DO TRABALHO CONSOANTE DADOS SUPRA. INTIMEM-SE AS PARTES E ADVOGADOS PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 09/09/2005, ÀS 08:15, PARA RATIFICAÇÃO DOS ATOS ATÉ AQUI CONSIGNADOS NOS AUTOS, MANTIDAS AS COMINAÇÕES LEGAIS.

Em 29 de Agosto de 2005

Data de postagem: 29 de Agosto de 2005

ORIEL DE SOUSA LIMA SUBDIRETOR DE SECRETARIA





#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

#### PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO:

RT 01566-2005-007-18-00-8

**DATA DA NOTIFICAÇÃO:** 29/08/2005 11:02

TEOR DO DESPACHO:

Notificação N°: 8898/2005

Processo N°: RT 01566-2005-007-18-00-8 7ª VT

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADVOGADO..: ENIVAL PIRES DA SILVA RECLAMADA.: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

ADVOGADO..: KELLY SUZY SANTOS

DESPACHO:

CIÊNCIA ÀS PARTES: PARA TOMAR CONHECIMENTO DE QUE OS AUTOS QUE TRAMITAVAM NA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA-GO SOB O N° 200100923806, FORAM REDISTRIBUÍDOS PARA ESTA VARA DO TRABALHO CONSOANTE DADOS SUPRA. INTIMEM-SE AS PARTES E ADVOGADOS PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 09/09/2005, ÀS 08:15, PARA RATIFICAÇÃO DOS ATOS ATÉ AQUI CONSIGNADOS NOS AUTOS, MANTIDAS AS COMINAÇÕES LEGAIS.

ORIEL DE SOUSA LIMA SUBDIRETOR DE SECRETARIA

CERTIDÃO

Notificação N°: 8898/2005RT 01566-2005-007-18-00-8 Certifico que a notificação supra foi publicada no DJ-GO 14.588, de 01/09/2005,  $5^a$ -f., circulado em 01/09/2005,  $5^a$ -f. Pág. 37/39. Goiânia, 01/09/2005.  $5^a$ -f.

Data:29708/2005 Force | Director Página: 1 de 1

SAJR9000



#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

AV. 24 DE OUTUBRO Nº 3689 B AEROVIÁRIO CEP - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

8897/2005

Processo No

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sª notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: PARA TOMAR CONHECIMENTO DE QUE OS AUTOS QUE TRAMITAVAM NA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA-GO SOB O Nº 200100923806, FORAM REDISTRIBUÍDOS PARA ESTA VARA DO TRABALHO CONSOANTE DADOS SUPRA. INTIMEM-SE AS PARTES E ADVOGADOS PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 09/09/2005, ÀS 08:15, PARA RATIFICAÇÃO DOS ATOS ATÉ AQUI CONSIGNADOS NOS AUTOS, MANTIDAS AS COMINAÇÕES LEGAIS.

Em 29 de Agosto de 2005 Data de postagem; 29 de Agosto de 2005

> ORIÈL DE SOUSA LIMA SUBDIRETOR DE SECRETARIA

## SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

AV. 24 DE OUTUBRO Nº 3689 B AEROVIÁRIO CEP - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

8897/2005

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sa notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: PARA TOMAR CONHECIMENTO DE QUE OS AUTOS QUE TRAMITAVAM NA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA-GO SOB O Nº 200100923806, FORAM REDISTRIBUÍDOS PARA ESTA VARA DO TRABALHO CONSOANTE DADOS SUPRA. INTIMEM-SE AS PARTES E ADVOGADOS PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 09/09/2005, ÀS 08:15, PARA RATIFICAÇÃO DOS ATOS ATÉ AQUI CONSIGNADOS NOS AUTOS, MANTIDAS AS COMINAÇÕES LEGAIS.

Em 29 de Agosto de 2005 Data de postagem, 29 de Agosto de 2005

> ORIÈL DE SOUSA LIMA SUBDIRETOR DE SECRETARIA

COMPROVANTE DE	ENTREGA DO SEE	
PROCESSO N°		ORIGEM 8897/2005
	SETIMA V	ARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO
1566 2005 R		nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO
	DESTINATÁRIO -	
		AN / Com
MIGUEL MARTINS C	ARNEIRO EILHO	C
	THE TENTO	10
	The state of the s	9
		0 0 AGD 2005
	ENDEREÇO —	2 3 A00 2003
The state of the s		4
AV. 24 DE OUTUBRO	N° 3689 B AEROVIÁRIO	
1810		
/ k/2		
		TOTA DO
CEP	CIDADE	ESTADO —
		GOIÁS
	GOIÂNIA-GO	
	OOIAINA-OO	· ASSINATURA DO DESTINATÁRIO —————
RECEBIDO EM -		ASSINATURA DO DESTINATARIO

#### OCORRÊNCIA

	MUDOU-SE
	DESCONHECIDO NO LOCAL PO
	RECUSADO  ENDERECO INSLIEICIENTE
	ENDERLEGO INSOLICIENTE
	AUSENTE Q 1800
DATA -	ASS. DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
31/08	(05) ( Jam 2423

#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18º REGIÃO

#### SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO ANDRADE E VIEIRA LTDA.

RUA VINDOBONA Nº 168 QD. 10 LT. 25 ST. ESPLANADA DO ANICUNS CEP 74.433-210 - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

8899/2005

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sa notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: PARA TOMAR CONHECIMENTO DE QUE OS AUTOS QUE I TRAMITAVAM NA 5ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DE GOIÂNIA-GO SOB O Nº 200100923806, FORAM REDISTRIBUÍDOS PARA ESTA VARA DO TRABALHO CONSOANTE DADOS SUPRA. INTIMEM-SE AS PARTES E ADVOGADOS PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 09/09/2005, ÀS 08:15, PARA RATIFICAÇÃO DOS ATOS ATÉ AQUI CONSIGNADOS NOS AUTOS; MANTIDAS AS COMINAÇÕES LEGAIS.

Em 29 de Agosto de 2005 Data de postagem: 29 de Agosto de 2005

> ORIEL DE SOUSA LIMA SUBDIRETOR DE SECRETARIA

COMPROVANTE DE ENTRI	EGA DO SEED Nº
PROCESSO N°	ORIGEM 8899/2005
1586 2005 RT	SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOMANIA-GO PRIMATA29/nº 1403 Setor Bueno Sojania-GO
ANDRADE E VIEIRA LTDA.	2 9 AGO 2005
2	ENDERECO
RUA VINDOBONA Nº 168 QD 1	0 LT 25 ST. ESPLANADA DO ANICUNS
CEP	CIDADE — ESTADO — GOIÁS
74.433-210 GOIÂNIA	GO ASSINATURA DO DESTINATÁRIO

#### OCORRÊNCIA

	MUDOU-SE
	DESCONHECIDO NO LOCAL
	RECUSADO
	ENDEREGUAGUFICIENTE
5	AUSENTE
	3 1 AUU 2005
DATA -	ASS. DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
31/08	105 (com) 3423

PARTE EN BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO

# VERNO DE JUNEADA

Nesta de processa de la facta de la processa de la seria de la facta de la fac

Andréa Méridonça Costa; Assistente 2

## PODER JUDICIÁRIO FEDERAL JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2.005, nesta 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, presente a Exma. Juíza Presidente, que ao final assina, para audiência relativa ao Proc. 01566-2005-007-18-00, entre partes: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO e ANDRADE E VIEIRA LTDA., reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 08:25 horas, aberta a audiência, foram, de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes: Ausente o reclamante (nascido em 23/11/74, C.I. n° 4298925 SSP-GO, CTPS n° 60154/0001-MA, CPF/MF n° 878.404.131-53), presente o Dr. ENIVAL PIRES DA SILVA, OAB-GO 16.960. Ausente a reclamada (CNPJ/MF n $^{\circ}$  03.374.236/0001-86).

O procurador do reclamante noticiou que o mesmo encontra-se residindo atualmente no Pará, sem que tenha ciência do correto endereço. Requer sobrestamento do feito e o prazo de trinta dias para informar o endereço do reclamante e o da reclamada. Defere-se.

Para nova inaugural, adia-se para o dia 17/10/2005, às 08:10 horas, mantidas as cominações das intimações de fls. 106/108.

Nada mais.

Às 08:34 horas, suspendeu-se a audiência.

Antônia Helena Gomes Borges Taveira

Juiza do Trabalho

Advogado(a):

Samuel Fábio Ferreira Júnior

Diretor de Secretaria

Visto em Correição. Data: 05 / 10 / 2005

DORA MARIA DA COSTA

Juíza-Presidente do TRT 18ª Região,
em função corregedora

## CERTIDÃO

CERTIFICO que em 11/10/05, 3ª feira, decorreu o prazo de trinta dias, assinalado na ata de fl. 111, para que o advogado do Reclamante informasse o endereço de seu constituinte e o da Reclamada. DOU FÉ.

Goiânia, 14 de outubro de 2005, sexta-feira.

Emilia Cassia de Sousa Técnico Judiciário

#### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

	TERMO DE JUNEADA	13/4
A)	dita, procedo à junia la cos prospilos autos d	d
Nesia proce	(C. 8), (1991) u jamuu usa jamu (C. 8), (1991)	4
refer	-a ala	10
Golâr	nia, 14./ 10./ 2005 Cafeira.	di
	Rosana Paula Rodrigues	

Analista Indiciário TRT 18 Região

## PODER JUDICIÁRIO FEDERAL JUSTIÇA DO TRABALHO



#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Aos 17 dias do mês de **outubro** do ano de 2.005, nesta 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, presente a Exma. Juíza Presidente, que ao final assina, para audiência relativa ao Proc. 01566-2005-007-18-00, entre partes: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO e ANDRADE E VIEIRA LTDA., reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 08:15 horas, aberta a audiência, foram, de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes: Presente o reclamante (nascido em 23/11/74, C.I. n° 4298925 SSP-GO, CTPS n° 60154/0001-MA, CPF/MF n° 878.404.131-53), acompanhado do Dr. ENIVAL PIRES DA SILVA, OAB-GO 16.960. Ausente a reclamada (CNPJ/MF n° 03.374.236/0001-86).

Defere-se prazo de cinco dias para que o reclamante informe o número de sua inscrição junto ao PIS/PASEP.

O reclamante informa seu endereço como sendo: FOLHA 8, QD. 17, LT. 01, NOVA MARABÁ, MARABÁ-PA (CEP-68.500-000). Informa também o da reclamada, que deverá ser notificada na pessoa do sócio, Sr. CLÁUDIO VIEIRA DE SOUSA, no endereço: AL. PROGRESSO, 183, B. ESPLANADA DO ANICUNS, GOIÂNIA-GO, por oficial de justiça.

Determina-se à Secretaria que proceda às anotações devidas.

Adia-se para o dia 04/11/2005, às 08:20 horas, mantidas as cominações do artigo 844 da CLT.

Nada mais.

Às 08:24 horas, suspendeu-se a audiência.

Antônia Helena Gomes Borges Taveira

Juíza do Trabalho

Reclamante: Mulland Advogado(a):

Samuel Fábio Ferreira Júnior

Diretor de Secretaria

# ALTERAÇÃO EFETUADA JUNTO AO SAJ - Sistema de Administração Judicial

Goiânia, 17/10/2.005, 2ª feira

Rosana Paula Rodrigues
Analista Indiciário
TRT 18ª Região

PARTY Vara do Arabalho





# PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Endereço: Rua T-29, n° 1403 - Setor Bueno CEP: 74215-901 Telefones: (62)3901-3473 - (62)3901-3470 (fax) e-mail: vt7qo@trt18.gov.br site: www.trt18.gov.br

#### MANDADO NOTIFICAÇÃO DA RECLAMADA Nº 2675/2005

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

DATA DA AUDIÊNCIA: 04/11/2005 às 08:20

O(A) Doutor(a) ANTÔNIA HELENA GOMES BORGES TAVEIRA, JUÍZA DO TRABALHO da SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei.

Manda ao Senhor Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição, que à vista do presente mandado, estando devidamente assinado e em seu cumprimento, dirija-se no endereço abaixo, ou onde possa ser encontrada a Reclamada supramencionada, e, sendo aí, NOTIFIQUE-A, NA PESSOA DE SEU SÓCIO, SR. CLÁUDIO VIEIRA DE SOUSA, para no dia e horário assinalados, comparecer para a realização da audiência INICIAL - RITO ORDINÁRIO, relativa à reclamação constante da cópia anexa. Nessa audiência, deverá V.Sª oferecer as provas que julgar necessárias. O não-comparecimento de V.Sª à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revelia e confissão quanto à matéria de fato. Deverá, V.Sª, estar presente, sendo-lhe facultado fazer-se substituir por gerente ou por outro preposto/empregado que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão a Vossa Senhoria. Aconselha-se vir acompanhado de advogado. Os documentos deverão vir organizados de acordo com o art. 64, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT da 18ª Região, podendo ser recusados pelo Juiz, se em desconformidade com esta norma.

OBS.: Caso o(a) reclamado(a) tenha mais de 10 (dez) empregados, determina-se a apresentação do sistema de controle de jornada juntamente com a defesa. Aconselha-se a comparecer acompanhado(a) de advogado(a) e trazer a contestação escrita.

Caso seja obstado no cumprimento do presente, fica o senhor oficial autorizado a solicitar auxílio policial, bem como a proceder as diligências em qualquer dia ou hora.

Eu, SAMUEL FÁBIO FERREIRA JÚNIOR, DIRETOR DE SECRETARIA, digitei e subscrevi. Goiânia aos Dezessete de Outubro de Dois mil e Cinco.

ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: ALAMEDA PROGRESSO Nº 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS 74433150 CEP 74.433-150 GOIÂNIA

#### CERTIDÃO

Certifico que o presente foi expedido nesta data.

Goiânia, 17/10/2005, 2 °-f.

Lucilene Elias Q. Cruzeiro
Assistente 2

# PARTE EM PANCO

# PARTE EM - INCO

# JUNTADA Nesia data, faço juntada ans presentes autos de reficão (3) oficio (1) à(1) fi(2) 1124 res termos da Cartaria 7.º VI./OD n.º CO1/2000. Goiênia, 26 da 10 da 05., 4.º joina Antonia de Castro Marchetti

Tác. Judiciário - TRT 18ª. Região

EXCELENTISSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DA **SÉTIMA** VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA – ESTADO DE GOIÁS.- 18ª. REGIÃO.

Reclamação n. 01.566/2005

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, já devidamente qualificado nos autos acima referenciados, da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DO TRABALHO C/C DANOS MORAIS, que promove em face de ANDRADE E VIEIRA LTDA., também já qualificado, via de seu advogado e bastante procurador que esta subscreve (outorga nos autos), com banca profissional nesta Capital, sito a Av. C-17, n. 135, Setor Sudoeste, comparece a douta presença de Vossa Excelência, para informar o número de inscrição no PIS (Programa de Integração Social, qual seja: 1275520331-7.

Nestes termos, Pede deferimento.

Goiânia, 20 de outubro de 2.005.

OAB/GO., 16.960

al Pires da Silva

ALTERAÇÃO EFETUADA JUNTO AO SAJ - Sistema de Administração Judicial

Goiânia, 27+10/2.005, 5ª feira

Valdir Flávio de Jou Técnico Judiciário

17.10/05

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Endereço: Rua T-29, nº 1403 - Setor Bueno CEP: 74215-901 Telefones: (62)3901-3473 - (62)3901-3470 (fax) e-mail: vt7qo@trt18.gov.br site: www.trt18.gov.br

#### MANDADO NOTIFICAÇÃO DA RECLAMADA Nº 2675/2005

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8-1 RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

DATA DA AUDIÊNCIA: 04/11/2005 às 08:20

O(A) Doutor(a) ANTÔNIA HELENA GOMES BORGES TAVEIRA, JUÍZA DO TRABALHO da SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei.

Manda ao Senhor Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição, que à vista do presente mandado, estando devidamente assinado e em seu cumprimento, dirija-se no endereço abaixo, ou onde possa ser encontrada a Reclamada supramencionada, e, sendo aí, NOTIFIQUE-A, NA PESSOA DE SEU SÓCIO, SR. CLÁUDIO VIEIRA DE SOUSA, para no dia e horário assinalados, comparecer para a realização da audiência INICIAL - RITO ORDINÁRIO, relativa à reclamação constante da cópia anexa. Nessa audiência, deverá V.Sª oferecer as provas que julgar necessárias. O não-comparecimento de V.Sª à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revelia e confissão quanto à matéria de fato. Deverá, V.Sª, estar presente, sendo-lhe facultado fazer-se substituir por gerente ou por outro preposto/empregado que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão a Vossa Senhoria. Aconselha-se vir acompanhado de advogado. Os documentos deverão vir organizados de acordo com o art. 64, do Provimento Geral Consolidado do Egrégio TRT da 18ª Região, podendo ser recusados pelo Juiz, se em desconformidade com esta norma.

OBS.:  $Cas \phi$  o(a) reclamado(a) tenha mais de 10 (dez) empregados, determina-se a /apresentação do sistema de controle de jornada juntamente com a/ defesa. Aconselha-se a comparecer acompanhado(a) de advogado(a) e trazer a contestação escrita.

Caso séja obstado no cumprimento do presente, fica o senhor oficial autorizado a solicitar auxílio policial, bem como a proceder as diligências em qualquer dia ou hora.

)SAMUEL FÁBIO FERREIRA JÚNIOR, DIRETOR DE SECRETARIA, digitei e substitui. Goiânia aos Dezessete de Outubro de Dois mil e Cinco.

ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: ALAMEDA PROGRESSO Nº 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS 74433150 CEP 74.433-150 GOIÂNIA

Tribunal Regional do Trabalho - 18ª Região . . . . . . . . . . . . CNPJ: 02.395.868/0001-63

Sullesangela f. d. 5. Souza 26/10/05

### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18º REGIÃO

7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA PROCESSO № 1.566/2005

MANDADO Nº 2.675/2005

#### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que em cumprimento ao r. mandado, compareci no dia 26 de outubro do corrente ano, à Al. Progresso, nº 183, bairro Esplanada do Anicuns, nesta, onde procedi a NOTIFICAÇÃO da reclamada na pessoa da Sra. Suelesangela P. de Souza, esposa do Sr. Cláudio Vieira de Sousa, que ficou ciente do inteiro teor do presente mandado, exarou sua assinatura e recebeu a contrafé.

Isto posto, devolvo o presente à Vara de origem e aguardo novas determinações.

Goiânia, 26 de outubro de 2005

Juliana Gulmarães de Queiroz Oficiala de Justiça Avaliadora

Nexts of the leads are provided as a provide

Andréa Meñon ca Contgi

PARTE EM BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EM BRANCO BRANCO PARTE EN PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCQ PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EM BRANCO EM BRANCO PARTE BRANCQ EH PARTE EM BRANCO EM BRANCO BRANCO BRANCO RPANCO

## TERMO DE JUNTADA

Nesta dala, procodo à juntada aos presentes autos do processo da(s) fi(s) ... 112/ 122.

Teferenta a ata ... do ... refeira.

Goiánia, OY/ 11/ 05, 6 afeira.

Andréa Mendança Costa

#### PODER JUDICIÁRIO FEDERAL JUSTIÇA DO TRABALHO

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Aos 04 dias do mês de novembro do ano de 2.005, nesta 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, presente a Exma. Juíza Presidente, que ao final assina, para audiência relativa ao Proc. 01566-2005-007-18-00, entre partes: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO e ANDRADE E VIEIRA LTDA., reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 09:00 horas, aberta a audiência, foram, de ordem da MM. Juíza, apregoadas as partes: Presente o reclamante (nascido em 23/11/74, C.I. n° 4298925 SSP-GO, CTPS n° 60154/0001-MA, PIS/PASEP n° 12755203317, CPF/MF n° 878.404.131-53), acompanhado do Dr. ENIVAL PIRES DA SILVA, OAB-GO 16.960. Presente a reclamada (CNPJ/MF n° 03.374.236/0001-86) representada pelo sócio proprietário, Sr(a). CLÁUDIO VIEIRA DE SOUZA, acompanhado do(a) Dr(a). IARACELIA LEAL DE SOUZA, OAB-GO 7.776.

Sem êxito a primeira tentativa de conciliação.

Dispensada a leitura da inicial.

A reclamada adita a defesa, por petição escrita acompanhada de documentos de representação.

Preclusa a prova documental, salvo as exceções legais.

Determina-se a realização de perícia médica para o fim de apurar o grau de comprometimento da lesão sofrida pelo reclamante.

Concede-se às partes o prazo comum de 05 dias para apresentarem quesitos e indicarem Assistentes Técnicos, caso queiram.

Nomeia-se como Perito do Juízo o Dr. WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA, devendo ser intimado do encargo no endereço RUA S-2, 229, ST. BELA VISTA, GOIÂNIA-GO (CEP-74823430), TELEFONE: 9657-5679.

O Sr. Perito deverá dar ciência às partes da data da diligência, conforme art. 431A, do CPC.

O laudo pericial deverá ser entregue no prazo de 20 dias, a contar da retirada dos autos da Secretaria, o que deverá ser feito no prazo de 10 dias, contados da intimação do perito.

Após, vista às partes pelo prazo sucessivo de cinco dias, iniciando-se pelo(a) reclamante.

Para prosseguimento, adia-se a audiência sine die.

Quando a inclusão do feito em pauta, deverão as partes ser intimadas a comparecer para depoimentos pessoais, sob pena de confissão ficta, trazendo as testemunhas independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil, sob pena de preclusão.

Nada mais.

Suspendeu-se às 09:04 horas.

Antônia Helena Gomes Borges Taveira Juiza do Trabalho Reclamante: // Advogado(a): Reclamado(a) Advogado(a): Oriel de Sousa Lima Subdiretor de Secretaria

#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/fax: (62) 3215 8351

# PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE(S):** 

ANDRADE E VIEIRA LTDA, pessoa juridica de direito privado, inscrita na CNPJ 'sob o nº 03.374.236/0001-86, com sede 'nesta Capital.

**OUTORGADOS:** 

MOACYR RAYMUNDO DE SOUZA. inscrito OAB/GO no advogado na 2.792. IARACELIA LEAL DE SOUZA, brasileira. advogada, solteira, inscrita na OAB/GO nº 7.776, FRANCISCO CARNEIRO DA SILVA, brasileiro casado, OAB/GO 17.673, e MOACIR RAIMUNDO DE FILHO, SOUZA brasileiro, casado. estagiário, todos com endereço profissional acima impresso.

**PODERES:** 

Para o "Foro em Geral", com cláusula "Ad Judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda, poderes legais especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromisso, acordo receber, dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Goiânia/GO, 03 de novembro de 2005.

Claudio V. Sayo



#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Moacyr Raymundo de Souza - OAB/GO 2.792 Iaracélia Leal de Souza - OAB/GO 7.776

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/Fax: (62)3215 8351 - 3215 2669;

Excelentíssimo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(za) de Direito da 7.a Vara do Trabalho de Goiânia/GO. **Autos n.º 1.566/2005 - RT.** 

ANDRADE E VIEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.374.236/0001-86, com sede nesta Capital, nos autos supra da RECLAMATÓRIA TRABALHISTA que lhe propos MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, também qualificado, vem à digna presença de Vossa Excelência, com o devido respeito e acatamento, apresentando sua

**DE FESA**, fazendo-a, consubstanciada nas razões a seguir expostas:

1 - INICIALMENTE, MM Juiz(a), vale esclarecer que todas as verbas rescisórias a que tinha direito o Reclamante foram quitadas, nesta Justiça Especializada, nada havendo em aberto entre as partes. Em linhas gerais, alega o Reclamante ser detentor do direito ao recebimento de indenização por acidente de trabalho c/c danos morais e estéticos; atribuindo à causa o valor de R\$ 39.200,00 (Trinta e nove mil e



#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Moacyr Raymundo de Souza – OAB/GO 2.792 Iaracélia Leal de Souza – OAB/GO 7.776

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/Fax: (62)3215 8351 - 3215 2669;

duzentos reais). Entretanto, não lhe assiste a menor razão como passamos a demonstrar, devendo, ao final, ser julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a Reclamatória:

2 — Ao tempo do acidente que vitimou o Reclamante, a Reclamada adotou todos os procedimentos necessários ao seu atendimento médico, seno que se afastamento se deu por somente 30 (trinta) dias, ao contrário do que afirma na exordial, numa prova incontestável de que falseia a verdade dos fatos a seu bel prazer.

3 – Quer o autor ver condenado o ex-empregador em lucros cessantes, sem no entanto, demonstrar claramente as circunstancias em que se deu o evento. Nos atrevemos a dizer que o mesmo não ocorreu, já que na qualidade de empregado suas verbas rescisórias foram escorreitamente pagas, estando incluído neste acerto que teve a chancela da Justiça do Trabalho e quitação do empregado toda e qualquer verba relativa ao contrato de trabalho em analise. Ademais, assim que escoou o trintídio, o Reclamante voltou a exercer suas atividades. Portanto, inexplicável que o obreiro venha se insurgir contra a Reclamada;

4 – Ademais, MM Juiz(a), é preciso avaliar a existência de sequelas em conseqüência do acidente, para que se possa pleitear uma indenização, e esta deverá ser fixada observando a proporcionalidade relativa ao grau da invalidez, que deverá incapacitar, parcial o totalmente, o obreiro para a pratica de atividade laborativa, o que deverá ser definido somente através de laudo pericial fundamentado, pois somente com este instrumento poder-se-á ter a exata noção da existência do dano acidentário, com a conseqüente dosagem quantitativa, caso haja necessidade de alguma reparação;

5 – Sem este procedimento estaremos "malhando em ferro frio", impossibilitados de chegar a uma decisão justa. O membro atingido no acidente foi dedo polegar esquerdo, no campo da suposição, qualquer valor a ser pago deverá observar o membro afetado/envolvido no sinistro, e no caso em comento, o valor indicado é por demais desproporcional, sendo ac prova do desejo de locupletamento do

#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Moacyr Raymundo de Souza - OAB/GO 2.792 Iaracélia Leal de Souza - OAB/GO 7.776

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/Fax: (62)3215 8351 - 3215 2669;

Reclamante, pratica que deve ser coibida com veemência em todas as áreas e instâncias.

6 – Pleitea o Reclamante, cumulativamente, a condenação da Reclamada em danos morais, sob a alegação de que não é defeso tal pedido, tendo por base a Súmula 37 do STJ. Entretanto, para se cumular pedidos é necessário a existência das condutas ensejadoras das figuras jurídicas, e que seu nascedouro seja o mesmo fato.

7 - O dano moral existe em conseqência de uma lesão ao direito, é sempre Por mais

8 - O fato de ter ocorrido um acidente nas dependências da Reclamada, não configura ato danoso capaz de macular sensivelmente a boa imagem ou lançar pecha sobre sua vida profissional do Reclamante. Restou claro que a Reclamada prestou-lhe o devido atendimento. E em todos os momentos foi resguardada a reserva física e moral do trabalhador revestindo-se das garantias mínimas para que não se configurasse o abuso de direito. Assim aconteceu.

9 - Embora sendo matéria melindrosa, tratado em lições doutrinárias, das quais citamos Rodolfo Pamplona Filho, na obra intitulada "O Dano Moral na Relação de Emprego", editora LTr, 2.ª edição, pág. 97, referindo-se aos casos de despedida injuriosa, difamatória ou caluniosa assim concluiu:

"É preciso que a intenção dolosa (e a própria injúria, calúnia e difamação) seja efetiva e provada em juízo, não devendo o julgador apegar-se a duvidosas presunções, notadamente de caráter intimo e pessoal, quando o senso comum médio da sociedade não vislumbra tal dano. Preferimos, com Octávio Bueno Magno, entender que a mera invocação de dispositivos configuradores de justa causa, mesmo quando esta não fique provada, não acarreta (necessariamente) o obrigação de ressarcir danos morais. Só ficará por estes responsável o empregador que fizer a invocação de falta grave de modo abusivo, com o desígnio de ferir o código de ética de empregado."

#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Moacyr Raymundo de Souza – OAB/GO 2.792 Iaracélia Leal de Souza – OAB/GO 7.776

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/Fax: (62)3215 8351 - 3215 2669;

10 - E por mais que busquemos, não vislumbramos o nexo causal entre o evento danoso e a materialização de ato culposo ou doloso. Inexistindo também os demais elementos essenciais da responsabilidade civil extra-contratual, capazes de responsabilizar e determinar a reparação do dano ou seja: o dano suportado e a culpa do empregador. Jurisprudencialmente temos que:

"DANOS MORAIS – NEXO CAUSAL – DANO MORAL – CARACTERIZAÇÃO – A caracterização do dano moral necessita de comprovação do efetivo prejuízo sofrido pelo empregado, que deve se esmerar em trazer para o processo todos os dados necessários à sua identificação com os requisitos, quer de intensidade do ânimo de ofender e causar prejuízo, quer da gravidade e da repercussão do ofensa. Além dessa caracterização, o postulante deverá apontar e comprovar o nexo de causalidade entre o dano e o ato ilícito do ofensor. Ao mesmo tempo em que, na busca de indenização, deixará estreme de dúvida e inexistência de fato da vítima e/ou fato de terceiros, excludentes ou atenuantes da obrigação de indenizar." TRT 1.ª Região. RO 05758-98 – 8.ª T – rel. Juiz Nelson Tomaz Braga – DJRJ 12.01.02)

"DANO MORAL – INDENIZAÇÃO – A indenização por dano moral somente é devida quando o trabalhador sofre, por parte do empregador, tratamento humilhante capaz de gerar sequelas na sua vida profissional, visto que a honra e a imagem de qualquer pessoa são invioláveis." TRT 12.ª Região. RO –V 4184/2001 – 2.ª T. – 00966/2002) red p/ Ac. Juiz Dilmei Angelo Belíssimo – J 14.01.01.

11 - Diante do exposto, **IMPUGNA-SE** em sua totalidade a Reclamatória, pois, não há que se falar em condenação em danos morais c/c danos estéticos, uma vez que não restou demonstrado os danos experimentados pelo autor, causando-lhe transtornos,vergonha, humilhação ou mesmo sentimento de inutilidade.

a – Lucros cessantes – as verbas rescisórias e salariais forma pagas, portanto não há que se falar em condenação na parcela acima especificada, especialmente porque o Reclamante não ficou 8 (oito) meses sem trabalhar. Pedido IMPROCEDENTE.

#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Moacyr Raymundo de Souza - OAB/GO 2.792 Iaracélia Leal de Souza - OAB/GO 7.776

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/Fax: (62)3215 8351 - 3215 2669;

- b Indenização por danos morais e estéticos (200 SM) em face da inexistência de gravame a direitos personalíssimos, de atos lesivos a honra e boa fama do Reclamante por parte de qualquer pessoa ligada a Reclamada, conforme demonstrado no corpo desta peça, especialmente por não ter havido nenhum prejuízo ao empregada em sede de seu contrato laboral, este é mais um pedido IMPROCEDENTE, para que não incentivemos o enriquecimento ilícito de uma parte em detrimento da outra.
- c Em que pese tais circunstâncias, é certo que **IMPUGANAMOS** os números e valores lançados na exordial, pois totalmente viciados, especialmente o cálculo apresentado como lucros cessantes (R\$3.200,00), e igualmente o valor apontado com ind p/ danos morais e estéticos (200 SM), completamente absurdo e abusivo, que tornou imprestáveis todos os cálculos apresentados, pois em nenhum item reflete a verdade dos fatos.
- d **Honorários advocatícios** impreenchidos os requisitos legais para seu deferimento;
- e **juros e correção monetária** nada deferir quanto a este item, pois não há valor sobre o qual se deva aplicar qualquer tipo de correção. **IMPROCEDE**.
- f IMPUGNA-SE, igualmente, o valor dado à causa, por ser matematicamente impossível se chegar a tal cifra, sendo a prova de desvario do autor.

**REQUER**, por tudo quanto foi alinhado, seja o reclamada condenada nas penas de litigância de má-fé, por tudo quanto foi alinhado.

"Ad cautelam", na remota hipótese de alguma verba ser deferida à reclamante, desde já requer sua efetiva compensação, e também os descontos relativos ao INSS e IR.

#### ADVOCACIA TRABALHISTA, PENAL E CIVEL.

Moacyr Raymundo de Souza - OAB/GO 2.792 Iaracélia Leal de Souza - OAB/GO 7.776

Rua 1, 928/101, Ed. Wall Street, St. Oeste, Goiânia/GO Fone/Fax: (62)3215 8351 - 3215 2669;

De tal arte, requer a decretação da TOTAL IMPROCEDÊNCIA, da Reclamatória, pela inexistência de débito a saldar, especialmente trabalhista. Requer provar o alegado por todos os meio de prova em direito admitidas, especialmente o depoimento pessoal da reclamante, e, oitiva de testemunhas, além da juntada de novos documentos.

Nestes termos, pede espera deferimento.

Goiânia, 04 de novembro de 2005.

laracélia Leal de Souza OAB/GO 7776. CONTRATO SOCIAL POR COTAS DE RESPONSÂBILIDADE LIMITADA

# ANDRADE & VIEIRA LTDA

Por este instrumento particular, EUSTAQUIO DOMINGUES DE ANDRADE, Brasileiro, Casado, Comerciante, residente e domiciliado a Rua 605 Qd 524 Lt 04 Vila São Jose Goiânia - GO. Filho de Ezequias Jose de Andrade e Ana Maria de Andrade, Portador da RG. 260.380 SSP - GO. nascido em 04 - 05 - 1953 e do CIC =061.162.641-15.

E do outro lado, CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, residente e domiciliada a Rua Fortaleza Qd 14 A Lt 15 Setor Esplanada do Anicuns Goiânia - GO. Filho de Raimundo Vieira de Souza e Divina Maria de Souza, Portador da RG. 1.865.484 SSP - GO. nascido em 14 - 12 - 1971 e do CIC = 519.961.971-34.

PRIMEIRA = A sociedade girara sob a denominação social de ANDRADE & VIEIRA LTDA, e o estabelecimento adotara como nome de fantasia HIDRAULICA HIDRAVI.

SEGUNDA = A sociedade terá a sua sede a RUA VINDOBONA QD. 10 LT. 25 N.º 168 ESPLANADA DO ANICUNS GOLÂNIA = GO. Podendo estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo a disposições legais vigente

TERCEIRA - O objetivo da sociedade será a exploração no ramo de TORNEADORA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO EM GERAL E COMERCIO DE PEÇAS HIDRAULICAS EM GERAL....

NOME	%	COTAS	VALORES
EUSTAQUIO DOMINGUES DE ANDRADE	50.00	5.000	5.000.00
CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA	50.00	5.000	5.000.00
	100.00	10.000	10,000,00

ÚNICA = cotas subscritas pelos sócios serão internalizadas neste ato e em moeda corrente nacional.

QUINTA = A responsabilidade dos sócios e na forma da legislação em vigor, limitada a importância total do capital social.

SEXTA = O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado e o inicio de suas atividade comerciais se dará em 01 DE SETEMBRO DE 1999.

SETIMA = A gerencia administrativa e representação da sociedade será exercida por AMBOS OS SOCIOS, e somente o sócio que for exercer a gesencia terá direito a uma retirada mensal a titulo de Pro-Labore, a qual será estipulada pelos sódios e que será levada a debito da conta despesas gerais.

OTTAVA = Todo dia 31 de dezembro de cada ano será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas de capital.

NONA - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferencia ao sócio que queira adquirilas, no caso de alguns dos quotistas pretender ceder as que possui

DECIMA = Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum crime previsto por lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

DECIMA PRIMEIRA = No caso de falecimento de quaisquer dos sócios a sociedade e extinta, levantando-se um balanço especial nesta data e, se convier aos herdeiros do premorto, será lavrado novo contrato social com a inclusão destes, com os direitos legais ou então, os herdeiros receberão todos os seus haveres, apurados ate a data do balanço especial, em 10 ( Dez ) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 120 (Cento e Vinte ) Dias.

DECIMA SEGUNDA - As omissões ou duvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base no Dec. 3.708 de 10 de janeiro de 1919, e noutras disposições legais e que lhes forem aplicáveis.

DECIMA TERCEIRA = Fica eleito o foro da comarca de Goiánia - GO. Estado de Goiás. Para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-a qualquer outro por muito especial que seja.

E per se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo e em treis vias de igual teor e forma.

GOIANIA - GO. 10 DE AGOSTO DE 1999.

EUSTAUIO DOMÍNGUES DE ANDRADE CIC = 061.162.641-15

TESTEMUNHAS:

IVA DE SOUZA LUNA RG. 1171608 SSP-GO.

Vina de cousa CLAUDIO VIEIRA DE SOUZA

CIC = 519.961.971-34

MAURICIO JOSE CARVALHO RG. 3273134-3456145 SSP-GO

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.



Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 30/05/2005 as 14:04:44 (data e hora de Brasília).

Voltar

REGISTRO DE EMPREGADO CARACTERÍSTICOS FÍSICOS VISTO DA FISCALIZAÇÃ MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, portador da C. T. P. S. nº 0060154 Série 001 - MA; C.T.P.S. (Rural) nº Série C. P. F. / CIC no.; Título de Eleitor no. foi admitido em 20de JUARO , com o salário de R\$ 400 . 00 1. L. Harman Carlos and Carlos por \_\_/\_\_\_\_ no seguinte horário de trabalho: das \_\_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_\_ horas, com \_\_\_\_\_\_ horas de intervalo para repouso e alimentação. SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Sim Não	Data da opção/	Data da retrataç		Banco depositário
Nacionalidade Browlein	QUAND	O ESTRANGEIRO	PROG	RAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Filho de		elo 19 n.º		do em 05/0/ 198
e de Ana Da 5	N.º Registro (	Geral	- dep. no E	12755203317 Banco C. E. F
nascido em	Casado(a) c/ t	orasileira(o)?iuge	- endereço	
Estado civil		asileiros?	- Códigos	Banco
Grau de instrução	Quantos?*		-	da agência
Residência				
Cert. Militar n.º				

Cyl Of de 5 W 46

1ª via - Branca / CEF -

ALIE	ERAÇÃO DE S	ALÁRIO (HORA-DIA	-MÉS)			(HORA-DIA-MÉ
Em/	//	R\$por	y and the last	Em/	/R\$	DOT
Em/	<u> </u>	R\$por		Em/	/	
Em/	<u> </u>	R\$por		Em/		por
Em/	//	R\$por		Em/	/ R\$	por
Em	1/	R\$por		Em/	Control of the Contro	por
Em/	· / / · · · · · · · · · · · · · · · · ·	R\$por		Em/	The second secon	por
Em/		R\$por		Em/	to a control of the first and the control of the first and the second	por.
Em/.	········ / ······	R\$por		Em/	Commence of the second	por
Em/.	·/	R\$por		Em/		por
Em/.	·/	R\$por		Em/	AND AND AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE PART	por
DATA	D LE STORE	ALTERAÇÃO DE CARGO	15.5	DATA	ALTERAÇÃO	
	21.146		k projetjere.	7.5	Z. Sare	( + - w - / )
emount was n	districts of these				er i savere e e mes er o es e	-0.51
1.	00 00		, 40.			eu we out the contract of
-t.	CONTRIB	JIÇÃO SINDICAL		ACIDE	NTES OU DOENÇAS PR	OFISSIONAIS
GUIA Nº	DATA	SINDIÇATO				
1			7	Em/	/ Alta em	
				Em/	/Aita em	
					/ Alta em	
				Em/		
		- FÉDIA			/ Alta em	/
		FÉRIA	s cor	NCEDIDAS		
			rente ao p	eríodo de	/a	
		·····///	" "	" "	/a	///
		······································	, ,,	" " <del></del>	/a	///
ie/	/ a	······////	u w	" "	/a	//
le//	/ a		, ",	" · "	/a	
e/	/ a	······//	, ,,	" " S	a	
le/	/ a	<u> </u>	, ,,			
le/	/a	<u> </u>	, ,,		/	
		,	, ,		/a	
le/	u					
	/	1 - 1		,, ,,		
le/		1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	''r		a	
de/			ξ1. 8	a vegas	a	
de/			ξ1. 8	a vegas	***	
de/			ξ1. 8	a vegas	***	
de/ bservações:						

1º via - Branca / CEF - 2º via - Rosa / Banco - 3º via - Azul / Empregado - 4º via - Branca / Controle - 5º vig - Amarpla / Empregador

40 EL - 2151 - BLOCO 10x5 JOGOS

Contrato ECT/DR/GO TRT 18ª Região 04/11/2005

#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO
WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA ME ETRAG

RUA S-02, Nº 229 SETOR BELA VISTA CEP 74823430 - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

11493/2005

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sa notificada para o fim declarado abaixo.

CIÊNCIA AO PERITO: TOMAR CIÊNCIA DE SUA NOMEAÇÃO COMO PERITO OFICIAL DESTE JUÍZO, CONFORME DETERMINAÇÃO CONSTANTE DA ATA DE AUDIÊNCIA DE FLS. 117, CUJA CÓPIA SEGUE ANEXA.

Samuel Pábio Ferreira

Em 04 de Novembro de 2005

Data de postagem: Ø7 de Nøvembro de 2005

ROSANA PAULA RODRIGUES ANALISTA JUDICIÁRIO

CERTIDAO

Certifico que esta notificação foi recebida pelo destinatário em QUIII DO, conforme recibo (SEED) concerto nata data.

GO, QD Feira

da 7º Vara do Trabalho

RTE EM BRANCO



COMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED Nº2'
PROCESSO № 11493/2005
SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO
1566 2005 RT Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO
— DESTINATANO
WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA
ST. PEDROLLIN
ENDERECO
Sons 500s
RUA S-02, Nº 229, SETOR BELA VISTA
CEP CIDADE ESTADO
GOTÁS
RECEBIDO EM GOIÁNIA-GO ASSINATURA DO DESTINATÁRIO
111 200 Floringo O. de Sousa

#### OCORRÊNCIA

	MUDOU-SE	
	DESCONHECIDO NO LOCAL	
	RECUSADO	
	ENDEREÇO INSUFICIENTE	
	AUSENTE	
DATA -	ASS. DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO ————————————————————————————————————	

#### Autos 7ª Vara do Trabalho nº 01.566/05-1

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18º REGIÃO SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATARIO
WALDECIR ALVES DE CONASS MA ATRAC

odladar ob ara se certaria da 7ª Vara do Indiana ob al se colante colonte colante colante colante colante colonte colante colonte colo

Notificação Nº 11433/2005 Processo Nº RT 01566-2005-007-18-00-8

Data de postagem: 07 de Novembro de 2005

RECLAMANTE MIGUEL WARTINS CARNEIRO FILHO

#### RECLAMADA: ANDRADE SVIERALIDA O K O I T R 3 3

feira, decorreu o prazo de cinco dias para a
OTIARRO OMO apresentação de quesitos Ale/ou assistentes de dias para a
ATA ACI Expeloso Demandantes (prazo assinalado em audiência - fl. 117). DOU FÉ. TO A ROMANDO A Goiânia, 16 de novembro de 2005,
4ª feira.

Samuel Fábio Ferreira Júnior

Diretor de Secretaria

#### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO



#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO - GOIÂNIA

#### CARGA DE PROCESSO

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8

Nesta data, fiz carga dos presentes autos contendo 130 folha(s) e 1 volume(s), ao Dr(a) WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA, sob carga n° 3873/2005, e que deverão ser devolvidos no dia 19 de Dezembro de 2005.

GOIÂNIA, 28 de Novembro de 2005 [Segunda-Feira].

ANTONIA MARCHETTI/ERNESTO CARNEIRO WENDELL IKEDA/ALINE SOUSA

WALDECIR ALVES DE OZIVEIRA

N° CARGA 03873-2005

VARA DO : RABA H

Adjunta de Direter

PARTE FR OR Et Blank PARTE EM BELLO PARIE EN SPECIO PARIE EM DESIES EM BRAIGO PARTE EN BRALL PARTE EN BRANCO BRAHCO PARTE EM BRANCO PARTE EM PARIE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PAPTE DIANCO BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EN DRANCO PARTE EM DRANCO ..: -\* VHCO

ratioski who atroving

#### JUNTADA

Norta dala, fron justa a ans pres autos de refigio (X) la la la constante de la finacia 7.º VI/60 n.º 001/2000.

Goiânia, 10 de auguntu da 2005 La leira Rosana Paula Rodrigues

Analista fudiciario TRN 18º Região

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Endereços para Correspondências:

Rua 5-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP: 74030-040. Telefones: (0xx62) 3255.40.58 / 3229.18.63 - Celulares: (0xx62) 96.57.56.79 / 99.79.15.80

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 7ª VARA DO TRABALHO, DA 18ª REGIÃO, COMARCA DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS.

Processo: RT 01566-2005-007-18-00-8

Reclamante: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO.

Reclamada: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

**Dr. WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA**, médico, designado perito deste juízo, vem, com o devido respeito, comunicar a Vossa Excelência que o feito pericial foi levado a cabo na data marcada e que o Laudo pericial se encontra juntado aos Autos.

Outrossim, requer que seus honorários periciais sejam arbitrados em R\$ 1.813,50 (mil oitocentos e treze reais e cinqüenta centavos) conforme planilha de cálculo em anexo.

Esclarecemos que este Perito cumprirá qualquer ulterior deliberação de Vossa Excelência.

N. Termos,

Pede Deferimento

Goiânia, 16 de dezembro de 2005.

Dr. Waldecir Alves de Oliveira Médico Perito - CRM/GO 960



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960
Assessoria e Consultoria em Perícia Médica
Endereços para Correspondências:
Rua S-2 nº 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430. - Rua 18 nº 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP: 74030-040.
Telefones: (0xx62) 3255.40.58 / 3229.18.63 - Celulares: 9657.56.79 / 9979.15.80 - Fax: (0xx62) 3357.57.89
E-mail: matheuswao@nol.com.br e matheuswao@bol.com.br

#### PLANILHA DE CUSTOS

A Associação Médica Brasileira considera que o valor mínimo de consulta médica de 20 a 30 minutos deve ser de R\$ 39,00 (trinta e nove reais). Considerando que em 1 (uma) hora atender-se-iam 3 (três) consultas, o valor de cada hora trabalhada será de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais), o que me parece um valor adequado para um médico que tem 33 anos de profissão, Curso de Pós-Graduação em Perícia Médica, Curso de Médico Perito Judicial, dedicação exclusiva para Perícias Médicas Judiciais, além de tantos outros em diversas áreas da medicina.

Diante disso, tomo a liberdade em apresentar a presente Planilha de Custos, sabedor, contudo, que cabe apenas ao Meritíssimo Julgador em arbitrar o valor que lhe parecer razoável e condigno, o qual será aceito por este perito.

3 horas 2 horas
3 horas
2 horse
2 horas
3 horas
1,5 horas
1 hora
15,5 horas
R\$ 117,00
R\$ 1.813,50

us



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040 Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@vol.com.br e matheuswao@bol.com.br

#### Prontuário de Exame Médico Pericial

Dr. Waldecir Alves de Oliveira

Médico Perito - CRM/GO: 960

#### Periciado:

#### **MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO**

Dezembro/2005.

#### Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89 E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

## LAUDO MÉDICO PERICIAL

#### I - Considerações Iniciais

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, em seu consultório particular, o médico Dr. Waldecir Alves de Oliveira, designado perito pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da 7ª Vara do Trabalho da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para realização de perícia médica em MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO nos autos do processo RT 01566-2005-007-18-00-8, onde consta como Reclamada ANDRADE E VIEIRA LTDA., deu início ao ato médico pericial proposto, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias, o que ver, descobrir e observar, bem como responder aos quesitos das partes.

Para os fins devidos, registramos que os assistentes técnicos do Requerente e Requerida não compareceram, mesmo devidamente notificados, conforme preceitua o art. 431-A do CPC.

Em consequência, passa ao exame pericial solicitado, as investigações que julgou necessárias, as quais findas, passa a declarar:

#### II - Identificação.

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, brasileiro, casado, soldador natural de Imperatriz, Estado do Maranhão, nascido em 23/11/1974, portadora do CPF/MF nº 878.404.131-53, vivendo e residindo à Folha 8, Qd. 17, Lt. 01, Nova Marabá, cidade de Marabá/PA.

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP: 74030-040

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

#### III - História Clínica.

São seguintes as declarações do periciando:

Que em abril do ano de 2000, ao final do expediente da Reclamada, atendendo pedido de um dos proprietários, foi verificar um vazamento de óleo, devido a um furo no tubo de uma polegada do hidráulico de uma caçamba. Antes, teve o devido cuidado em fechar o registro geral da peça e quando estava segurando o tubo do hidráulico com a mão e o polegar do lado esquerdo tapando o furo, foi surpreendido por um jato muito forte de óleo que lhe injetou esta substância no dedo. Na hora sentiu muita dor e notou que o ele (o dedo) estava preto e muito inchado. Pediu ajuda, mas o dono da empresa disse que só no outro dia poderia prestar-lhe a assistência médica. Chegando em casa, com o dedo ainda muito inchado e dolorido, usou-se de um estilete e fez um furo neste dedo para ver se saía o líquido que tinha entrado. Não obteve êxito. No dia seguinte foi a um Hospital e lá o médico que o atendeu disse que nada podia ser feito. Mesmo com dor e o dedo inchado, continuou a trabalhar. Depois de 22 (vinte e dois) dias nestas condições, foi levado ao Pronto Socorro da região quando he foi aplicado duas injeções de Benzetacil e receitado antiinflamatórios. Não melhorando, pediu nova consulta aos patrões, mas lhe fora negado. Procurou o Hospital das Clínicas de Goiânia e ali foi feita cirurgia no dedo para retirar a substância. Com isto, ficou internado por dois dias. Recebeu alta e quinze dias depois voltou a ficar internado, desta vez por três dias e uma nova cirurgia. Não obteve melhora em nenhuma delas, pois o polegar continuava inchado, dolorido, roxo e que estava tomando todo o dedo até o punho. Nos curativos notava que saía secreção

M



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) -- Centro -- CEP: 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

acinzentada do local. Permaneceu um ano em tratamento e em Belém, Pará, foi submetido a nova cirurgia e feito biópsia. Não consegue realizar mais nada com a mão esquerda, que está sempre inchada e escura. Está sempre em uso de diclofenaco e injeção de dipirona, pois são os únicos remédios que aliviam sua dor. Desde setembro de 2003 está em auxílio doença do INSS.

#### IV - História Ocupacional:

Sobre as suas atividades profissionais refere:

Que ingressou na empresa em de junho de 1999 para executar a função de soldador. Relata que não fez exame médico admissional nem demissional ou periódico. Entrava às 8:00 horas e saía às 18:00 horas, com intervalo de 2:00 horas para almoço, de segunda às sexta-feira e aos sábados das 8:00 às 12:00 horas, perfazendo um total de quarenta e quatro horas semanais. Raramente fazia horas-extras. Trabalhava a maior parte do tempo em pé e encurvado. Nunca fez uso de EPIs, como luvas, óculos de proteção, ou protetores auriculares. Recebia salário fixo mensal. O ambiente era barulhento, iluminação mista e o local era muito quente. Nunca viu falar em ginástica laboral. Sua atividade constava de acionar máquinas pesadas com exigência de força muscular; soldar e tornear peças. Trabalhava com ferramentas comuns. Gostava do seu serviço. Antes de ingressar na empresa reclamada, trabalhou em algumas firmas sempre como soldador. Depois que foi demitido pela reclamada tentou trabalhar em algumas empresas como soldador, mas nunca ficou mais que



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

 $E\text{-mail:} \underline{matheuswao}(\underline{a})\underline{uol.com.br} \ e \ \underline{matheuswao}(\underline{a})\underline{bol.com.br}$ 

três ou quatro meses devido ao seu problema. Desde de setembro de 2003 encontra-se em auxílio-doença.

#### V - Interrogatório Sintomatológico:

Refere os seguintes sintomas:

Dor muito forte, latejante, dormente e formigante localizada no dedo polegar esquerdo, constante, com irradiação para o punho deste lado, que melhora com aplicação de gelo local e massagem e repouso; piora com movimentação e prejudica o sono, pois não tem dormido bem.

#### VI - Antecedentes:

Tabagista assumido. Fuma desde os treze anos de idade, consumindo, em média, 10 cigarros ao dia. Etilista social.

Nega qualquer doença.

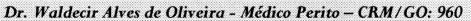
Nega qualquer outro tipo de acidente.

#### VII - Condições Socioeconômicas e Culturais:

Condição sócio-econômica regular. Mora em casa de madeira. Tem cinco filhos. Estudou até a 8ª série do 1º grau.

#### VIII - Exame Físico:

O paciente ao exame é do sexo masculino, de cor morena, que deu entrada no consultório médico caminhando sem dificuldade e sem uso de aparelhos. Aparenta uma idade física compatível com a idade cronológica.



Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua 5-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430. - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) -- Centro -- CEP: 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62) 33.57.57.89

 $E\text{-mail} \ \underline{matheuswao@uol.com.br} \ e \ \underline{matheuswao@bol.com.br}$ 

Está lúcido, orientado no tempo e espaço. Calmo. Linguagem, memória e compreensão preservadas. O pensamento tem forma, curso e conteúdo normais. O humor igualmente presente e adequado às situações propostas. Não notamos a presença de delírios ou alucinações.

Apresentou muita dificuldade para tirar e vestir a camisa para o exame médico.

#### O exame físico direcionado demonstrou:

- a) Aspecto Geral: Porte atlético. Está em bom estado físico, bom estado de nutrição e aparenta ter uma idade física compatível com a idade cronológica. Eupneico, hidratado, acianótico, anictérico. Consciente e contactuante. Normolíneo.
  - b) Peso: 88 kg. Altura: 1,72 m. IMC: 29,74 kg/m<sup>2</sup>.
  - c) Sinais vitais: PA 120 x 70 mmHg. Pulso radial: 78 bpm.
  - d) Exame Especial:
- 1. Pele, mucosas e tecido celular subcutâneo: Pele com elasticidade e turgor normais. Mucosas normocoradas. Panículo adiposo aumentado, porém distribuído uniformemente. Ausência de lesões, ulcerações e adenomegalias.
  - 2. Cabeça: fácies atípica.
- 3. Pescoço: Pulso carotídeo palpável em ambos os lados, regular, cheio, com 80 bpm, sem sopro ou estase jugular. Tireóide normopalpável. Ausência de gânglios.

M



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430. - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040. Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

- 4. Tórax: Sem abaulamentos ou retrações. Expansibilidade torácica normal. Ictus cordis não visível, porém palpável. Pulmões livres. Ritmo cardíaco regular com 80 bpm, ausência de sopros. Ausência de gânglios nas axilas.
- 5. Abdômen: Normotenso e Globoso. Fígado e baço impalpáveis.

**Exame Específico para os Membros Superiores:** 

- I) Região Ombro-Braço:
  - a) Inspeção: Nada digno de nota.
  - b) Palpação: Nada digno de nota.
- c) Movimentos Ativos e Passivos: Realizados sem anormalidades.
- d) Testes funcionais dos ombros: Realizados sem dificuldades.
  - e) Sensibilidade: Sem alterações.
  - f) Força Muscular: Normal Grau 5 (VR = 5).
  - g) Testes especiais: Realizados sem dificuldades.

#### II - Região Cotovelo/Antebraço:

a) - Inspeção: Cotovelo esquerdo mantido em flexão
 30°.

щ

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP: 74030-040 Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

- b) Palpação: Nada digno de nota.
- c) Movimentos ativos e passivos: Realizados sem dificuldades ou dor.
  - d) Reflexos Bicipital e Tricipital: Normais.
  - e) Força Muscular: Grau 5 VR = 5.
  - f) Sensibilidade: Sem alterações.
  - g) Testes Especiais: Realizados sem dificuldades.

#### III - Região do Punho, mão e dedos:

- a) Inspeção: Dedo polegar esquerdo edemaciado, com cicatriz retrátil de 4 cm de extensão (dedo em gatilho) e infiltração de cor escura.
- b) Palpação: Dor à palpação em punho e mão do lado esquerdo. Mãos: temperatura normal. Edema doloroso e flácido em polegar esquerdo. Eminência Tênar esquerda: atrófica.
  - c) Movimentos ativos e passivos:
- 1. Flexão punho: Realizado COM dificuldade e dor a esquerda. Direito sem alterações.
- 2. Extensão punho: Realizado COM dificuldade e dor a esquerda. Direito sem alterações.
- 3. Desvio Ulnar punho: Limitado à esquerda e realizado com dificuldade e dor. Direito sem alterações.
- 4. Desvio Radial punho: Limitado à esquerda e realizado com dificuldade e dor. Direito sem alterações.

el

## Yp

## Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

 $\textit{E-mail:} \underline{\textit{matheuswao}} \underline{\textit{Quol.com.br}} e \underline{\textit{matheuswao}} \underline{\textit{Qbol.com.br}}$ 

- Flexão e extensão do Polegar: Muito limitados à esquerda. Direita sem alterações.
- 6. Abdução e adução do Polegar: Não foi capaz de realizar à esquerda. Direita sem alterações.
- 7. Oposição do polegar: Limitado à esquerda e realizado com dificuldade e dor. Direito sem alterações.
- 8. Testes de sensibilidade: Diminuída em C6 e C7 da mão esquerda. Direita sem alterações.
  - d) Testes Especiais
  - 1. Finkelstein: Positivo a esquerda.
  - 2. Tinel (punho): Positivo à esquerda.
  - 3. Froment: Positivo à esquerda.
  - 4. Phalen: Negativo.
  - 5. Phalen invertido: Negativo.
  - 6. Compressão do Nervo Ulnar (punho): Negativo.
  - 7. Compressão do Túnel do Carpo: Positivo à esquerda.
  - 8. Teste de Allen: Negativo em ambos os lados.

## e) Dinamometria manual: VR > 30 kgf

	1ª medida	2ª medida	3ª medida
Mão Direita	45 kgf	48 kgf	40 kgf
Mão Esquerda	21 kgf	21 kgf	20 kgf

M



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP: 74030-040

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89 E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

### IX - Análise e Discussão:

Trata-se de um processo de Reclamação Trabalhista por Acidente de Trabalho cumulada com pedido de Indenização por Dano Estético e Moral, com reconhecimento de nexo causal.

De todos os elementos acostados aos Autos, destacamos os seguintes trechos e documentos de real interesse para a perícia:

- Fls. 07 a 15 Peça Exordial.
- Fls. 20 Cópia, sem autenticação, do Relatório Médico, datado de 27/04/2000, assinado por Dr. Antonio Martins Filho CRM/GO 3729 -, com a seguinte narrativa: "Aos vinte e sete dias do mês de abril, do ano de dois mil, examinei o paciente Miguel Martins Carneiro e constatei o seguinte: "1 Estado Geral: BOM; 2 Lesões Apresentadas: Lesão Lácero-contusa no polegar esquerdo com infiltração e impregnação de tecidos (pele, SC e muscular) por óleo escuro. 3 a) Instrumento ou meio que produziu a ofensa: Ação contundente; b) Tratamento feito: Limpeza exaustiva sob anestesia local + antibioticoterapia. c) Seqüelas que futuramente poderão apresentar: Aguardar evolução".
- Fls. 21 Atestado Médico do Hospital das Clínicas, com data de 11/05/2000, assinado por Dra. Salma Maria de Oliveira CRM/GO 8425 -, constando dos seguintes: "Atestado. Atesto para os devidos fins que o paciente Miguel Martins Carneiro de 26 anos esteve interno UC-PS desde 08/05/2000 até hoje, mas necessita de repouso por 15 dias".

ul

## )

## Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430. - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040. Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

- Fls. 22 Segunda via de Receituário de Controle Especial do Hospital das Clínicas, sem data, assinado por Dr. Antonio Martins Filho CRM/GO 3729, contendo o medicamento Tilex.
- Fls. 23 Cópia, sem autenticação, de receituário do Hospital das Clínicas, com data de 27/04/2000, assinatura ilegível, constando o medicamento Amoxicilina 500 mg.
- Fls. 24 Receituário do Hospital das Clínicas, com data de 02/05/2000, assinado por Dr. Emivaldo Soares Martins - CRM/GO 4086 -, com nome do medicamento ilegível.
- Fls. 25 Original do documento de fls. 23, já descrito acima.
- Fls. 26 Receituário do Hospital das Clínicas, com data de 11/05/2000, assinado por Dra. Salma Maria de Oliveira CRM/GO 8425, constando o medicamento Keflex 500 mg e recomendação de curativos diários.
- Fls. 27 Duas fotos originais coloridas destacando o polegar direito lesionado.
  - Fls. 41 a 47 Contestação da Reclamada.

Em face da análise minuciosa dos autos e do prontuário médico (história da doença, história ocupacional, sintomatologia, exame físico e exames complementares), não resta a menor dúvida de que o periciado MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO de 31 anos de idade sofreu grave Traumatismo em Polegar Esquerdo com seqüelas irreversíveis.

el

# This

## Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430. - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) -- Centro -- CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 -- Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 -- Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

O acidente de trabalho está previsto na Legislação Previdenciária: Lei 8.213/91 nos artigos 19 a 21 e no artigo 22 estabelece a obrigação da empresa em comunicar os Acidentes do Trabalho á autoridade competente.

Acidente do Trabalho é definido como sendo "todo aquele que ocorrer pelo exercício da profissão quando o empregado estiver a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho". É considerado como um acontecimento súbito, violento e ocasional. Mesmo não sendo a única causa, provoca, no trabalhador, uma incapacidade para a prestação de serviço e, em casos extremos, a morte. Pode ser conseqüência de um ato de agressão, de um ato de imprudência ou imperícia, de uma ofensa física intencional, ou de causas fortuitas como, por exemplo, incêndio, desabamento ou inundação.

Considera-se, também, um acidente do trabalho, quando o trabalhador sofre algum acidente fora do local e horário de trabalho, no cumprimento de ordens ou na realização de serviço da empresa.

Conceituando os seguintes:

a) Incapacidade Laborativa como "a impossibilidade temporária ou definitiva do desempenho das funções específicas de uma atividade ou ocupação, em conseqüência de alterações morfopsiquicofuncional provocadas por doença ou acidente, para o qual o examinado estava previamente habilitado e em exercício".

M

# 14 p

## Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua 5-2 n° 229 Setor Bela Vista CEP. 74823-430 Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) — Centro — CEP. 74030-040

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62) 33.57.57.89

E-mail matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

permitindo atingir a média de rendimento alcançada, em condições normais pelos trabalhadores da categoria do examinado", ou seja, "quando inviabiliza a totalidade ou a maior parte das operações da atividade que exercia, exigindo readaptação ou reabilitação profissional".

c) Incapacidade Laborativa Permanente ou Indefinida <u>"a incapacidade insusceptível de alteração em prazo previsível com os recursos da terapêutica e reabilitação disponíveis na atualidade".</u>

d) Incapacidade Laborativa Multiprofissional <u>"aquela em que o impedimento alcança diversas atividades profissionais".</u>

#### X - Conclusão:

- Em face aos documentos apresentados aos autos e, agora com o Laudo Médico Pericial, não fica dúvida de que o NEXO CAUSAL entre a queixa do Autor e o alegado acidente FICA ESTABELECIDO.
- 2. O periciado/autor apresenta Incapacidade Laborativa Total Permanente Multiprofissional, para as funções que habitualmente exercia (soldador e similares), porém NÃO está incapacitado para o trabalho com funções menor complexidade nas quais não se exijam

M



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito — CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

uso de força muscular, especialmente com a mão esquerda. Ter uma lesão ou doença NÃO significa ser ou estar INVÁLIDO.

#### Das incapacidades: 3.

Do traumatismo sobre o dedo polegar esquerdo, ocorrido em 26/04/2000, arbitro as incapacidades nos graus e períodos seguintes:

- a) No grau percentual de 100 % em caráter temporário de 26/04/2000 (dia do acidente) a 09/09/2003 (dia do início do auxílio doença).
- b) No grau percentual de 25% da capacidade de trabalho do membro superior esquerdo, em caráter permanente e vitalício, a partir de 09/09/2003 (início do auxílio doença).

#### 4. Dos tratamentos.

a) Em nossa avaliação o tratamento médico não foi completado e é necessário cirurgia reparadora do dedo polegar esquerdo. Os valores seguem os parâmetros abaixo:

	Tratam	ento cirúrgico (Cirurgia d	do Polegar Esquerdo	
Pré-operatório	Procedimento	Valor unitário (R\$)	Quantidade	Valor total (R\$)
	Consulta clínica	100,00	3	300,00
	Exames	120,00	-	120,00
	Fisioterapia para ganho de massa muscular	15,00	20	300,00

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 nº 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 nº 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

1	OTAL		2.480,00
Material e medicamentos	150,00	-	150,00
Diárias	70,00	3	210,00
Intrumentadora	200,00	1	200,00
2º Auxiliar	160,00	1	160,00
1º Auxiliar	240,00	1	240,00
Cirurgião.	800,00	1	800,00

b) Entendo desnecessário tratamento, psicológico psiguiátrico ou assemelhado.

#### 5. Das despesas:

O Autor NÃO comprovou despesas com tratamento médico ou hospitalar.

#### 6. Dos ganhos:

O Autor NÃO comprovou ganhos, assim sendo arbitramos o último salário recebido para os cálculos de reparação, se esta ação, após a sempre criteriosa avaliação do judicante, for entendida e julgada procedente.

### Do dano estético:

Segundo Wilson Melo da Silva (O dano estético, RF 194/23, 1961), "Dano estético, na esfera do direito civil, não seria, então, assim, apenas o aleijão. Abrangeria, ainda, as deformidades ou deformações outras, as marcas e os defeitos ainda que mínimos e

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 nº 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430. - Rua 18 nº 172 (ao lado do Colégio PhD) — Centro — CEP: 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

que pudessem implicar, sob qualquer aspecto, num "afeamento" da vítima ou que pudessem vir a se constituir para ela numa simples lesão "desgostante", como o diria Lopes Vieira, ou em um permanente motivo de exposição ao ridículo ou de inferiorizantes complexos". Portanto, dano estético é qualquer modificação duradoura ou permanente na aparência externa de uma pessoa, modificação esta que acarreta alterações, lesão à integridade física e lhe causa humilhações e desgostos. Deste modo, abrange todas as modificações ainda que não constituam aleijões, amputações, deformações teratológicas, bastando que seja uma "transformação" para pior, isto é, há uma deterioração da aparência externa da vítima. Destarte, o Autor suporta DANO ESTÉTICO de grau leve. Em uma tabela aleatória em que estabelecemos valores de 1 a 5, será conferido o valor 2, cujo quantum deixamos a critério do Meritíssimo julgador, se esta ação, ao final, for considerada e julgada procedente.

#### 8. Do dano moral:

Sendo o dano moral de discussão no foro exclusivo do direito, entendemos seja a sua avaliação e possível quantificação, será mais bem apreciado pelo sempre prudente arbítrio do MM. Juiz.

#### 9. Da sobrevida:

O Autor tem hoje 31 anos de idade sua sobrevida provável 41,8 anos (fonte IBGE - tabela de mortalidade 2004).

es

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S. 2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

E-mail: matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

## XI - Resposta aos quesitos

- A. DO REQUERENTE: NÃO constam dos autos.
- B. DO RECLAMADO: NÃO constam dos autos.

## É o relatório.

Goiânia, 16 de dezembro de 2005.

Dr. Walderir Alves de Oliveira Médico Perito



Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP: 74823-430. - Rua 18 n° 172 (ao lado da Calégio PhD) - Centro - CEP: 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62) 33.57.57.89

E-mail matheuswao@uol.com.br e matheuswao@bol.com.br

- 11. HEBERT, Sizínio. XAVIER, Renato & cols. Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- **12.** HOPPENFELD, Stanley. Propedêutica Ortopédica: coluna e extremidades. Tradução: Antonio Augusto F. Quadra e Ingrid M. Xavier Vizeu. São Paulo: Editora Atheneu, 2002.
  - 13. IBGE. Tábua completa de mortalidade, 2004.
- **14.** LESSA, Hermínia Maria Soares & LESSA, Edmar Soares. Infortunística: Teoria e Questões Práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- **15.** MARANHÃO, Odon Ramos. Curso Básico de Medicina Legal. 8ª ed. rev. e ampl., 8ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2005.
- **16.** MARANO, Vicente Pedro. Doenças Ocupacionais. São Paulo: LTr, 2003.
- 17. MARQUES, Amélia Pasqual. Manual de Goniometria. 2ª edição. São Paulo: Manole, 2003.
- **18.** MENDES, René. Patologia do Trabalho. Editora Atheneu, Rio de Janeiro, 1995.
- **19.** MENEZES, João Salvador Reis. PAULINO, Naray Jesimar Aparecida. Sobre Acidentes do Trabalho, Incapacidade e Invalidez. São Paulo: LTr, 2002.
- 20. Ministério da Previdência e Assistência Social. Classificação Internacional de Doenças. Baseada nas Recomendações da Nona Conferência de Revisão de 1975 e Adotada pela Vigésima Assembléia Mundial de Saúde, 1980.

M

## TY

## Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S. 2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

 $E\text{-mail:} \underline{matheuswao}(\underline{\partial} uol. \underline{com.br} \ e \ \underline{matheuswao}(\underline{\partial} bol. \underline{com.br}$ 

- 21. Ministério da Previdência e Assistência Social. Classificação Internacional de Doenças. Conferência Internacional para a Décima Revisão em 1989 e adotada pela Quadragésima Terceira Assembléia Mundial de Saúde.
- 22. MONTEIRO, Antonio Lopes, BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2000.
- 23. MOREIRA, Demóstenes, RAIMUNDO, Allan Keyser de Souza. Guia Prático de testes especiais e funcionais do aparelho locomotor. Brasília: Thesaurus, 2005.
- **24.** NETO, Antonio Buono, BUONO, Elaine Arbex. Perícias judiciais na medicina do trabalho. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2004.
- **25.** OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. São Paulo: LTr, 2005.
- **26.** PALMER, M. Lynn, EPLER, Marcia E. Fundamentos das Técnicas de Avaliação Musculoesquelética. 2ª ed. Trad. Giuseppe Taranto. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2000.
- **27.** PARDINI Jr, Arlindo G. Traumatismo da Mão. 3ª edição. Rio de Janeiro: MEDSI, 2000.
- **28.** PEDROTTI, Irineu Antonio. Infortunística: Doenças Profissionais Polêmicas. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda. 1999.

q

# 18/

## Clínica Reliance de Perícia Médica

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua S-2 n° 229 - Setor Bela Vista - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62) 33.57.57.89

 $E\text{-mail:} \underline{matheuswao}(\underline{a})\underline{uol.com.br} \ e \ \underline{matheuswao}(\underline{a})\underline{bol.com.br}$ 

- 29. PORTO, Celmo Celeno. SEMIOLOGIA MÉDICA. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001.
- **30.** PRENTICE, Willian E., VOIGT, Michael L. Técnicas em reabilitação musculoesquelética. Trad. Terezinha Oppido e Maria Alice Quartim Barbosa de Araújo. Porto Alegre: ARMED, 2003.
- **31.** RANNEY, Don. Distúrbios Osteomusculares Crônicos Relacionados ao Trabalho. Tradução de Sylvia M. Spada. São Paulo: Editora Roca. 2000.
- **32.** REIDER, Bruce. O Exame Físico em Ortopedia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001.
- **33.** REZENDE, Jofre Marcondes et. al. Guia para o exame clínico. 6ª ed. rev e ampl. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- **34.** SALTER, Robert Bruce. Distúrbios e Lesões do Sistema Muscoloesqulético. 3ª ed. Trad. Luis Américo Leão Bicalho. Rio de Janeiro: MEDSI, 2001.
- 35. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, Manuais de Legislação Atlas. 57ª edição, 2005.
- **36.** THOMPSON, Jon C. Atlas de Anatomia Ortopédica de Netter. Tradução: Terezinha Oppido. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- **37.** TORTORELLO, Jayme Aparecido. ACIDENTES DO TRABALHO. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1996.
- 38. TROMBLY, C. Terapia Ocupacional para a Disfunção Física, 2ª edição, Editora Santos, São Paulo, 1989.

es

Dr. Waldecir Alves de Oliveira - Médico Perito - CRM/GO: 960

Assessoria e Consultoria em Perícias Médicas

Endereços para Correspondências:

Rua 5-2 n° 229 - Setor Bela Visia - CEP. 74823-430 - Rua 18 n° 172 (ao lado do Colégio PhD) - Centro - CEP. 74030-040.

Telefones: (0xx62) 32.55.40.58 / 32.29.18.63 - Celulares: 96.57.56.79 / 99.79.15.80 - Fax: (0xx62)33.57.57.89

 $E\text{-}matl: \underline{matheuswao}(\underline{a}\underline{uol},\underline{com}.\underline{br}\underline{e}\underline{\quad matheuswao}(\underline{a}\underline{bol},\underline{com}.\underline{br}\underline{\quad}$ 

O presente Laudo Médico Pericial se acompanhados dos seguintes documentos, sem autenticações, entregues pelo periciado/autor quando da realização do exame pericial:

- 1. Cópia de Exame Histopatológico realizado em 04/10/2003, pelo Laboratório Paulo Azevedo, com o seguinte diagnóstico: "Processo inflamatório xantogranulomatoso e fibrosante compatível com oleoma".
- Cópia da Comunicação de Resultado de Exame Médico do INSS, realizado em 07/07/2005, assinado por Dr. Rubens Ruela dos Anjos
   CRM/PA 3874, com conclusão para tipo 4, até 19/10/2005.

Dr. Waldecir A. Oliveira Médico Perito Judicial CRM - GO 960

155

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao(à) Exmo(a). Juiz(a) em exercício nesta  $7^{\rm a}$  Vara do Trabalho de Goiânia.

Goiânia, 19 de dezembro de 2005, 2ª feira.

Míriam Dias Ferreira Assistente Secretário

Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão.

Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado.

Goiânia, 09 de janeiro de 2006.

Eneida Martins Pereira de Souza Alencar Juíza do Trabalho



Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO

## PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

## CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento à determinação da MM. Juíza, procedi à inclusão destes autos na pauta do dia 17/02/2006, às 10:00 horas. DOU FÉ.

Goiânia, 9 de janeiro de 2006, segunda-feira.

Emilia Cassia de Sousa Técnico Judiciário

## PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

## PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO



157

## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

## PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8

**DATA DA NOTIFICAÇÃO:** 10/01/2006 10:16

TEOR DO DESPACHO:

Notificação N°: 62/2006

Processo N°: RT 01566-2005-007-18-00-8 7ª VT

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADVOGADO..: ENIVAL PIRES DA SILVA RECLAMADA.: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

ADVOGADO..: KELLY SUZY SANTOS

DESPACHO:

CIÊNCIA ÀS PARTES: TOMAR CONHECIMENTO DO DESPACHO DE FL. 155 DOS AUTOS, CUJO TEOR É O SEGUINTE: Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão. Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado.

OS AUTOS FORAM INCLUÍDOS NA PAUTA DE 17/02/2006 ÀS 10:00 HORAS.

WALDIR FLÁVIO DE SOUZA TÉCNICO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Notificação N°: 62/2006 RT 01566-2005-007-18-00-8 Certifico que a notificação supra foi publicada no DJ-GO 14.677, de 13/01/2006, 6ª-f., circulado em 13/01/2006, 6ª-f. Pág. 24/27. Goiânia, 16/01/2006. 2ª-f.

Data:10/01/2006; ijora:10:10:13 Página: 1 de 1

SAJR9000

#### ATENÇÃO AOS CORREIOS NÃO ENCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER EM 48 HS, CONF. PARAG. ÚNICO ART. 774 DA CL

Contrato ECT/DR/GO T R T 18ª Região 10/01/2006

## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

## SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

FOLHA 8 QD. 17 LT. 01 NOVA MARABÁ CEP 68.500-000 - MARABÁ-PA

Notificação Nº

JRNOT4

63/2006

RC 3 3 7 8 2 0 3 3

BR

3

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sa notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: TOMAR CONHECIMENTO DO DESPACHO DE FL. 155 DOS AUTOS, CUJO TEOR É O SEGUINTE: Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão. Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado.

OS AUTOS FORAM INCLUÍDOS NA PAUTA DE 17/02/2006 ÀS 10:00 HORAS.

WALDIR FLÁVIO DE SOUZA
TÉCNICO JUDICIÁRIO

CERTIDAO

Adjunto de Diretes

Data: 10/01/2006 Hora: 10:19:46 Página: 1 de 1

A	VISO DE	RECEB	IMEN	TO - AR
	Nº DO OBJE	то —	63/2006	DATA DA POSTAGEM 10/01/2006
	033 3			AEMIO DE GOIÂNIA-GO Jeno Goiânia-GO
MIGUE	EL MARTINS CARNEIR	O FILHO <sup>DESTINATÁRIO</sup>	) ———	COP
				11 0 JAN 2006
FOLHA	4 8 QD. 17 LT. 01 NOVA	MARABÁ <sup>ENDEREÇO</sup>		
			· ·	GT
68.500	-060 MARA	ABÁ-PACIDADE		G O I Á S
160	DJO6	Juna	- ASSINATURA DO	GOIÁS  DESTINATÁRIO,  MANTINS

	ENDEREÇO I	PARA DEVOLU	ÇÃO ( REMETEI	NTE)
*				
			*	and the same of th
MUDO	U-SE			- CARIMBO DA UNID. DES
DESC	ONHECIDO NO LOCAL			8
RECUS	SADO			M. B. & JANSI
ENDER	REÇO INSUFICIENTE			M.
AUSEN	ITE			ECTION
DATA -		ASS. DO RE	SPONSÁVEL PELA INF	FORMAÇÃO

Contrato ECT/DR/G0 T R T 18ª Região 10/01/2006

## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

### SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO ANDRADE E VIEIRA LTDA.

ALAMEDA PROGRESSO Nº 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS CEP 74.433-150 - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

64/2006

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.S<sup>a</sup> notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: TOMAR CONHECIMENTO DO DESPACHO DE FL. 155 DOS AUTOS, CUJO TEOR É O SEGUINTE: Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão. Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado.

OS AUTOS FORAM INCLUÍDOS NA PAUTA DE 17/02/2006 ÀS 10:00 HORAS.

C/SEED

Em 10 de Janeiro de 2006

Data de postagem: 10 de Janeiro de 2006

WALDIR FLÁVIO DE SOUZA TÉCNICO JUDICIÁRIO

SAJRNOT6

Data: 10/01/2006 Hora: 10:20:12 Página:

1 de

## TERMO DE VERIFICAÇÃO DE FOLHAS

Contêm estes autos 160 folhas numeradas e rubricadas que, para constar, lavrei este termo nesta data.

Goiânia, 13 de yamento de 2006, 6ª feira.

Antonia Marchetti/Wendel/Ikeda
Alina South J. Junior
Técnico Judiciarrona

## RETIRADA DE AUTOS PROCESSUAIS PELO ADVOGADO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, constante de <u>Mrico</u> volume(s) foram retirados pelo

Dr(a). Enival Pires da Silva

(Reclamante) OAB/GO 16960,

mediante carga em livro próprio, pelo prazo de <u>5</u> dias.

Goiânia, 13 de jantino de 2005, 6ª feira.

Antonia Marchetti/Worldel Ikada Samuel 1 1907 J. Júnior Line tor etc secretaria

Técnico Judiciário

TERMO DE RECEBIMENTO

7.ª VARA DO TRABALHO DE

Nesta data foram recebidos os presentes autos na Secretaria desta Egregia Vara

## PARTE DIA BRANCO

PARTE FM BRANCO

PARTE DIM DANCO

JUNTADA

Non der for junta as real for

nos, fercios da Partirio 1.ª V Goiânia, 26. de peces es

.co.2006. . 5. eleite

riel de Sousa Lima

161

EXCELENTÍSSIMMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SÉTIMA (7ª.) VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA – GOIÁS – 18ª. REGIÃO.

2,005 Reclamação n. 01.566/<del>2004</del>

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO, já devidamente qualificado nos autos acima referenciados, da AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, que promove em desfavor da empresa ANDRADE E VIEIRA LTDA., também já qualificado nos mesmos autos, via de seu advogado e bastante procurador "in fine" assinado, com banca profissional nesta Capital, sito a Av. C-17, n. 135, Setor Sudoeste, comparece a douta presença de V. Exa., para MANIFESTAR sobre o Laudo Médico Pericial de fls., 131/154 dos autos, fazendo-o nos seguintes termos:

MM. Juiz, o Laudo Médico Pericial revela o que já era esperado, até porque não havia como ser negada a lesão sofrida na mão esquerda do reclamante, a qual é perfeitamente visível, com constante inchaço e com pigmentação alterada (cor escura) provocada pelo óleo hidráulico que foi injetado em seu dedo espalhando-se pela mão esquerda.

Trouxe o Laudo Médico Pericial a lesão e as limitações sofridas pelo reclamante após o sinistro, detectando que embora o reclamante tenha passado por cirurgias locais, nada trouxe de melhora, é só ver o relatório de fls., 140/141 do Laudo, que o reclamante sofre constantes dores e possui limitação física no uso da mão esquerda.

Nos testes manuais, ficou claro que o reclamante não conseque nem a metade da força que antes possuía, isso sem considerar que todo

162

o manuseio com a referida mão passa por fortes dores em seu punho. Ficou claro também que a lesão sofrida pelo reclamante não é temporária, ou seja, já se tornou definitiva diante da omissão do empregador em assistir o obreiro no tempo certo.

Ę

A profissão do reclamante, exercida na época do sinistro – soldador – não é mais possível exerce-la, muito menos outra que dependa da força comum das mãos. A debilidade da mão esquerda e as constantes dores e inchaço não lhe permitem o manuseio de qualquer aparelho. (veja fls., 145 dos autos).

Com as lesões apontadas no laudo, ficou claro que o reclamante além das limitações também ficou com dano estético, pois, mesmo que promova alguns tratamentos em sua mão esquerda, ficará com várias cicatrizes, sem dizer que não existe qualquer garantia que o reclamante restabelecesse ao seu estado anterior. Portanto, deve, uma vez julgado procedente a presente ação deve ser arbitrado um valor a titulo de dano estético cumulado com dano moral.

Dessa forma Exa., não carece maiores comentários sobre o Laudo médico Pericial de fls., dos autos, pois, ele confirma os requerimentos estampados na inicial, que ora ratificamos no seu inteiro teor, os quais, esperamos sejam julgados procedentes diante do Laudo apresentado.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Goiânia, 13 de janeiro de 2.006

OAB/GO., 16.960





### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

## DIRETORIA DE SERVIÇO DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

## **CERTIDÃO**

## 7ª VT DE GOIÂNIA

Certifico que a presente petição foi protocolada em 25/01/2006 sob o protocolo nº 6671/2006, para o processo: RT 01566-2005-007-18-00-8, contendo:

2 lauda(s) procuração(ões) felhas de documentos

Observações: \_\_, AS PARTES MENCIONADAS CONFEREM COM AS DO PROC.

1566-2005-007-18	- 135 P. Ja	
	- SAL AREA	
	GOIÂNIA, 25/01/2006-(Quarta-Feira).	
	Potti	
	REJANE ORTIZ RIBEIRO	



## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

## SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO - GOIÂNIA

### CARGA DE PROCESSO

PROCESSO:

Nesta data, fiz carga dos presentes autos contendo 164 folha(s) e 1 volume(s), ao Dr(a) IARACELIA LEAL DE SOUZA, OAB N° 7776 GO, sob carga n° 248/2006, e que deverão ser devolvidos no dia 30 de Janeiro de 2006.

GOIÂNIA, 30 de Janeiro de 2006 [Segunda-Feira].

ANTONIA MARCHETTI/ERNESTO CARNEIRO WENDELL IKEDA/ALINE SOUSA

A DO TRABALHO Antonia de Castro Marchetti

N° CARGA 00248-2006



## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

## SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO ANDRADE E VIEIRA LTDA.

ALAMEDA PROGRESSO Nº 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS CEP 74.433-150 - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

64/2006

Processo Nº

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sa notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES: TOMAR CONHECIMENTO DO DESPACHO DE FL. 155 DOS AUTOS, CUJO TEOR É O SEGUINTE: Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão. Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado.

OS AUTOS FORAM INCLUÍDOS NA PAUTA DE 17/02/2006 ÀS 10:00 HORAS

C/SEED

Em 10 de Janeiro de 2006

Data de postagem: 10 de Janeiro de 2006

WALDIR FLÁVIO DE SOUZA TÉCNICO JUDICIÁRIO

SAJRNOT6

Data: 10/01/2006 Hora: 10:20:12 Página: 1 de

(	OMPROVANTE DE ENTREGA DO SEED №	
	PROCESSO N° ORIGEM 64/2006	
1	SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO PEST MAZON PROPERTO GOIÂNIA-GO RUI MAZON PROPERTO GOIÂNIA-GO	
	ANDRADE E VIEIRA LTDA.	<u>ો</u>
ie .	ENDEREÇO 4,	5
	ALAMEDA PROGRESSO Nº 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS	
	CIDADE — ESTADO — ESTADO — GOIÁS	
	RECEBIDO EM ASSINATURA DO DESTINATÁRIO — 74.433-150 GOIÂNIA-GO	

## OCORRÊNCIA

$\mathcal{A}$	
	MUDOU-SE
	DESCONHECIDO NO LOCAL
	RECUSADO
	ENDEREÇO INSUFICIENTE
03	AUSENTE
DATA -	ASS. DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
A TO YORK WAS	THE STATE OF THE S
	Alexander and the second and the sec



### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

## CERTIDÃO

CERTIFICO que em 27/01/06, 6ª feira, decorreu o prazo de 05 (cinco) dias para o(a) Reclamado(a) manifestar sobre o laudo pericial (intimação de fl. 157). DOU FÉ.

Goiânia, 02 de fevereiro de 2006, 5ª feira.

Samuel Fábio Ferreira Júnior Diretor de Secretaria

### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO



#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Endereço: Rua T-29, nº 1403 - Setor Bueno CEP: 74215-901 Telefones: (62)3901-3473 - (62)3901-3470 (fax) e-mail: vt7go@trt18.gov.br site: www.trt18.gov.br

## MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 190/2006

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

O(A) Doutor(a) ENEIDA MARTINS PEREIRA DE SOUZA ALENCAR, JUÍZA DO TRABALHO da SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei.

Oficial MANDA ao de Justiça, a que couber por distribuição, que à vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, dirija-se ao endereço abaixo assinalado ou onde for encontrado e, sendo aí, intime o(a) Sr(a). CLÁUDIO VIEIRA DE SOUSA (SÓCIO DA RECLAMADA), para tomar ciência da determinação de fl. 155, nos seguintes termos: Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão. Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado. OBS.: O FEITO FOI INCLUÍDO NA PAUTA DO DIA 17/02/2006, ÀS 10:00 HORAS.

SAMUEL FÁBIO FERREIRA JÚNIOR, DIRETOR DE SECRETARIA, digitei e subscrevi. Goiânia aos Dois de Fevereiro de Dois mil e Seis.

PROGRESSO 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS CEP 74.433-150 GOIÂNIA

CERTIDÃO

Certifico que o presente foi expedido

nesta data.

Goiânia, <u>3</u> / <u>2</u>/2006, *b*<sup>a</sup>-f.

Lucilene E. Q. Cruzeiro Assistente 2

poder judiciário**CARGA**NTÃO... TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Endereço: Rua T-29, nº 1403 - Setor Bueno CEP: 74215-901 Telefones: (62)3901-3473 - (62)3901-3470 (fax) e-mail: vt7qo@trt18.gov.br site: www.trt18.gov.br

## MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 190/2006

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8-1

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

O(A) Doutor(a) ENEIDA MARTINS PEREIRA DE SOUZA ALENCAR, JUÍZA DO TRABALHO da SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei.

ao Oficial de Justiça, a que couber por MANDA distribuição, que à vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que em seu cumprimento, dirija-se ao endereco abaixo assinalado ou onde for encontrado e, sendo aí, intime o(a) Sr(a). CLÁUDIO VIEIRA DE SOUSA (SÓCIO DA RECLAMADA), para tomar ciência da determinação de fl. 155, nos seguintes termos: Inclua-se o feito em pauta para prosseguimento da instrução processual, devendo as partes comparecerem para depoimento pessoal, pena de confissão ficta, quanto à matéria de fato (En. 74/TST), trazendo suas testemunhas, independentemente de intimação, ou arrolando-as em tempo hábil para intimação, pena de preclusão. Intimem-se as partes e seus procuradores, sendo estes últimos, inclusive, para, querendo, manifestarem-se, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, começando pelo reclamante, acerca do laudo pericial apresentado. OBS.: O FEITO FOI INCLUÍDO NA PAUTA DO DIA 17/02/2006, ÀS 10:00 HORAS.

SAMUEL FÁBIO FERREIRA JÚNIOR, DIRETOR DE SECRETARIA, digitei e subscrevi. Goiânia aos Dois de Fevereiro de Dois mil e \$eis.

ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: ALAMEDA PROGRESSO N° 183 BAIRRO ESPLANADA DO ANICUNS CEP 74.433-150 GOIÂNIA

# PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA

PROCESSO : 1566-2005 MANDADO : 190/2006

#### CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado, dirigi-me à Alameda Progresso nº 183 e sendo ali, no dia 06/02/2006, procedi a intimação do Sr. Cláudio Vieira de Sousa, entregando-lhe a contrafé que aceitou. Tomou conhecimento do inteiro teor do mandado e exarou a sua nota de ciente. O referido é verdade. Dou fé.

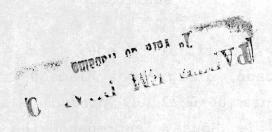
Goiânia, 0∯ de fevereiro de 2006

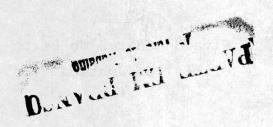
Nivaldo Soares de Brito Oficial de Justiça

TERMS DIS pristAl No present de la company de la composition del composition de la composition de la composition del composition de la composition del composition del composition del composition de la compositi

Samuel Chie Farrel Miller Miller







TERMO DE JUNTADA Nesta data, procedo à juntada do termo de fls. 140 ..., acompanhado de 

# PODER JUDICIÁRIO FEDERAL JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 2.006, nesta 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO, presente o Exmo. Juiz Presidente, que ao final assina, para audiência relativa ao processo n° RT 01566-2005-007-18-00-8, entre partes: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO e ANDRADE E VIEIRA LTDA., reclamante e reclamado(a), respectivamente.

Às 10:35 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz, apregoadas as partes: Presente o(a) reclamante, acompanhado(a) do(a) Dr(a). ENIVAL PIRES DA SILVA, OAB-GO 16960 GO. Presente a reclamada, representada pelo sócio proprietário, Sr(a). CLÁUDIO VIEIRA DE SOUZA, acompanhado do(a) Dr(a). IARACELIA LEAL DE SOUZA, OAB-GO 7.776.

Sem outras provas, encerrou-se a instrução.

Razões finais remissivas.

Sem êxito a conciliação.

Para julgamento e publicação da sentença adia-se sine die.

Nada mais.

Suspendeu-se às 11:00 horas.

Juliano Braga Santos Juiz do Trabalho

Reclamante: /

Advogado(a):

Reclamado(a):

Advogado(a): Markouse

Samuel Fábio Ferreira Júnior

Diretor de Secretaria



## PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO - GOIÂNIA

## CARGA DE PROCESSO AO JUIZ

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8

Nesta data, fiz carga dos presentes autos contendo 170 folha(s) e 01 volume(s), ao Dr(a) RODRIGO DIAS DA FONSECA, sob carga n° 142/2006, e que deverão ser devolvidos no dia 02 de Março de 2006.

ANTONIA MARCHETT PRESTO CARNETRO WENDELL IKEDA/ALINE SOUSA

RODRIGO DIAS DA FONSECA

N° CARGA 00142-2006



#### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

#### CERTIDÃO

CERTIFICO que os autos do processo foram entregues nesta data na Secretaria desta Vara. CERTIFICO MAIS que procedi à inclusão do presente feito em pauta. DOU FÉ.

Goiânia, 2 de março de 2006, quinta-feira.

Emilia Cassia de Sousa Tecnico Judiciário

#### PARTE EM BRANCO

Secretaria da 7ª Vara do Trabalho Goiânia - GO

#### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, PROCEDO À JUNTADA de ata, consoante fl(s) . 180 . . . . . . . . . . . . aos presentes autos de processo.

Rosana Parin Rodrigues
Anativa Indiciário
TXT 182 Região





#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PODER JUDICIÁRIO FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO 7ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO PROCESSO N. 01566-2005-007-18-00-8

#### ATA DE AUDIÊNCIA

Aos dois dias do mês de março de 2006, na Eg. 7ª Vara do Trabalho de Goiânia - GO, presentes a Exmo. Juiz do Trabalho Rodrigo Dias da Fonseca, foi realizada a audiência relativa ao processo entre as partes: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO e ANDRADE E VIEIRA LTDA., reclamante e reclamada respectivamente.

Às 17h50min, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz substituto, apregoadas as partes: ausentes.

Submetido o processo a julgamento, proferiu o juízo a seguinte

#### SENTENÇA

#### I. RELATÓRIO.

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO ajuizou ação em face de ANDRADE E VIEIRA LTDA., devidamente qualificados nos autos, pleiteando, em decorrência de acidente de trabalho que sofrera, indenização por danos materiais e morais/estéticos e honorários advocatícios, bem como os benefícios da assistência judiciária gratuita. Atribuiu à causa o valor de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais), juntando procuração e documentos.

Devidamente citado, o reclamado apresentou defesa, levantando preliminar de inépcia da exordial e postulando o indeferimento dos pedidos. Mais adiante, impugnou o valor atribuído à causa. Acostou procuração e documentos.

O autor apresentou impugnação à defesa.

Os autos foram remetidos pelo Juiz de Direito a esta Justiça Especializada; em seguida, argüido conflito de competência, o STJ decidiu pela competência da Justiça Comum. Todavia, tendo sobrevindo a EC 45/2004, os autos foram finalmente encaminhados a este juízo.

Em audiência, nomeado perito e o laudo pericial respectivo, sobre o mesmo apenas o reclamante se manifestou.

Na audiência em prosseguimento, presentes as partes e sem outras provas a produzir, foi encerrada a instrução processual.

Razões finais orais remissivas.

the same

Inexitosas ambas as propostas conciliatórias.

É, em apertada síntese, o relatório.

Decido.

#### II. FUNDAMENTAÇÃO.

#### 1. Valor da causa.

A reclamada (fls. 95/96) impugnou o valor atribuído à causa na exordial, por entendê-lo excessivo e indevido, postulando sua fixação pelo juízo em R\$ 100,00 (cem reais).

Não tem razão.

Ora, desde que supere patamar de quarenta salários mínimos, a fim de permitir o enquadramento da ação no rito ordinário (CLT, art. 852-A), bem como a apreciação da lide pelo órgão de segundo grau (Lei 5.584/70, art. 2°, § 4°), a quantia atribuída à causa jamais poderá causar qualquer prejuízo à ré. Afinal, o montante das custas, bem como do depósito recursal respectivo, não se baseia no valor da causa, mas sim na importância atribuída à condenação (art. 789, I e art. 899, §§ 1° a 6°, da CLT).

O único prejuízo derivado do valor excessivo atribuído à causa, em tese, cabe ao autor, no caso de os pedidos serem julgados totalmente improcedentes. Apenas nesse caso as custas incidiriam sobre o valor da causa, declinado nav

7ª Vara do Trabalho de Goiânia - GO Sentença - Processo n. 01566-2005-007-18-00-8 Juiz Rodrigo Dias da Fonseca

720

exordial, a serem suportadas pelo reclamante (CLT, art. 789, II). Sob esse prisma, questionável, inclusive, o interesse da ré em argüir a questão.

De outra parte, o somatório dos pedidos aduzidos na inicial é compatível com o valor atribuído à causa, de modo que repele-se a alegação patronal.

Rejeito.

#### 2. Inépcia da petição inicial.

A preliminar em epígrafe foi eriçada pela reclamada ao argumento de que faltaria causa de pedir à pretensão externada pelo reclamante.

Sem razão.

O pedido de danos morais, referido na defesa nessa preliminar, é certo e determinado, não comportando dúvida alguma acerca de sua clareza e extensão. Não houve, assim, prejuízo algum à defesa em vista da forma como declinada a pretensão obreira.

De outra parte, o pedido de danos morais, por sua própria natureza, não comporta mensuração em espécie não em objetivos. Outrossim, eventual ausência de parâmetros dos danos que teriam sido causados pela "demonstração empregadora" refere-se a matéria de mérito, incabível de apreciação à guisa de preliminar.

Estando o pedido de acordo com o art. 840, § 1°, da CLT (e, para argumentar, considerando o ajuizamento originalmente efetuado na justiça comum, também o atendimento ao disposto no art. 282 do CPC), rejeito a prefacial.

#### 3. Danos morais e materiais.

O reclamante sofreu acidente de trabalho do qual resultaram seqüelas. Essa é uma realidade inescapável, que pode ser conferida visualmente (fls. 27), não sendo necessário ser especialista para perceber os danos estéticos causados ao demandante.

A tese defensiva, de que o autor teria sofrido o acidente ao efetuar reparo não solicitado pelo empregador, não pode prevalecer. Afinal, o reclamante estava em pleno horário

7ª Vara do Trabalho de Goiânia 7 GO Sentença - Processo n. 01566-2005-007-18-00-8 Juiz Rodrigo Dias da Fonseca

J. V

de serviço. Ademais, o acidente se relaciona diretamente com a atividade que ele desempenhava para o empregador.

Sublinhe-se que em regra o acidente em serviço, ocorrido no desempenho das funções do empregado, presume-se conectado ao cumprimento de ordens do empregador. E, conforme célebre ensinamento de Malatesta, verdadeira regra de hermenêutica, "o ordinário se presume, o extraordinário se comprova".

Ora, prova alguma foi produzida acerca das circunstâncias em que o acidente ocorreu, de forma que não foi comprovada a tese da contestação (CLT, art. 818, c/c CPC, art. 333, II). E, dadas as circunstâncias da ocorrência do sinistro, a presunção é de ocorrência do típico acidente de trabalho.

Quanto à culpa do empregador pelo ocorrido, esta se configura ante a negligência no fornecimento de equipamentos de proteção individual, fato sequer contestado. Logo, atribui-se ao empregador a responsabilidade pela reparação do dano causado.

Culpa também se verifica pela ausência de anotação da CTPS e de comunicação do acidente de trabalho (emissão de CAT). A afirmação de que o autor não fornecera sua Carteira Profissional não merece acolhimento, na medida em que é dever do empregador cobrar a entrega do documento, sob pena, até, de dispensa motivada. E, no caso concreto, a alegação não encontra suporte na realidade, em que o reclamante teve de socorrer-se da Justiça do Trabalho para ver seus direitos laborais reconhecidos, inclusive anotação da CTPS.

Carece de razoabilidade a tese defensiva de que o autor queria, na verdade, beneficiar-se do seguro-desemprego. Há uma contradição insuperável nesse trecho da contestação. Se não foi possível à reclamada a emissão da CAT por força da omissão do reclamante na entrega da CTPS, tal fato jamais poderia ser debitado à vontade do laborista de beneficiar-se do seguro-desemprego. Afinal, ele nunca conseguiria receber este benefício se não tivesse a CTPS devidamente anotada. Observe-se a propósito a contestação nesse ponto (fls. 43, penúltimo parágrafo), realmente desfocada da realidade.

Assim, encontram-se presentes nexo causal, culpa do agente e dano da vítima, este último perfeitamente caracterizado não apenas pela constatação visual do dedo polegar do reclamante, mas ainda nos precisos termos constantes do relatório pericial.

7ª Vara do Trabalho de Goiânia - GO Sentença - Processo n. 01566-2005-007-18-00-8 Juiz Rodrigo Dias da Fonseca É certo que o demandante não sofreu dano que o impeça de exercer toda atividade profissional. Tanto que meses após o acidente já trabalhava para terceiros, conforme narrado na defesa, fato não refutado na impugnação.

Todavia, é evidente que ficou prejudicado, senão impossibilitado, o exercício pelo obreiro da profissão que até então exercitava, que também envolve o manuseio de pequenas peças (parafusos, roscas, "porcas", etc.).

Resta, então, apenas fixar a delicada questão de se estabelecer o valor da indenização reparatória.

No que se refere aos danos materiais, o pedido circunscreve-se ao valor equivalente aos salários do período em que o reclamante teria ficado parado, ou seja, por oito meses (fls. 3).

O pedido, pontue-se, não faz remissão à diminuição da capacidade laborativa do reclamante , nem a custos do tratamento e medicação. Dessa forma, atendendo os limites do pedido (CPC, arts. 128 e 460), passo a analisar a pretensão de ressarcimento por danos materiais.

A defesa indicou que o autor já trabalhava, no máximo dois meses após o acidente, para terceiros, com nomeação expressa dos tomadores de serviço (fls. 42, último parágrafo). Essa alegação não foi rebatida na impugnação obreira, merecendo a credibilidade do juízo.

Dessa forma, a título de danos materiais, considerados os limites do pedido e a prova dos autos, condeno a reclamada ao pagamento ao reclamante do valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), referentes a dois meses de salários, período máximo em que o autor permaneceu inativo.

Quanto aos danos morais e estéticos, que aqui se sobrepõem, tomando em conta a culpa da reclamada, a gravidade do acidente, o constrangimento do demandante causado pela deformação física sofrida e a capacidade econômica do agente, tenho por bem fixar a indenização reparatória em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), valor aproximadamente equivalente a cinco anos da remuneração do reclamante.

Defiro parcialmente, nesses termos.

#### 4. Honorários advocatícios.

Ausentes os requisitos do art. 14, da Lei 5.584/70 c/c art. 1°, da Lei 7.115/83, e Súmulas 219 e 329, do C. TST, indefiro o pedido de honorários advocatícios.

#### 5. Assistência judiciária e justiça gratuita.

O reclamante não necessita da assistência judiciária gratuita pleiteada (fls. 14, letra c), vez que já se encontra assistido por advogado constituído nos autos.

Lembro ao litigante que o benefício da assistência judiciária, garantido constitucionalmente (art. 5°, LXXIV) refere-se exclusivamente ao direito que assiste ao cidadão de demandar em juízo com assistência de advogado — nada mais. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária é prestada pelo Sindicato profissional a que pertencer ao trabalhador (Lei n. 5.584/70, art. 14) ou , na falta deste, por promotores ou defensores públicos (idem, art. 17, caput).

Naturalmente que o trabalhador pode, por livre escolha, constituir advogado, dispensando assim a concessão legal. Este o caso dos autos.

Todavia, para efeitos de isenção de custas processuais e outras despesas, deve o trabalhador requerer os benefícios da justiça gratuita, que não equivale nem se confunde com a assistência judiciária, muito embora o próprio legislador dê margem à confusão entre os dois conceitos - vide art. 3°, da Lei n. 1.060/50, que no entanto se destina a regular o instituto no âmbito do processo civil, no qual a assistência judiciária costuma compreender a gratuidade da justiça, como se verá adiante.

Tanto isso é verdade que a recente alteração legislativa, que traçou os novos parâmetros das custas no processo do trabalho, dispôs expressamente que "são isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita", os entes de direito público interno (CLT, art. 790-A).

Nesse sentido o ensinamento do i. Ministro Barros Levenhagen:

"Enquanto a assistência judiciária reporta-se à gratuidade da representação técnica, hoje

7ª Vara do Trabalho de Goiânia - GO Sentença - Processo n. 01566-2005-007-18-00-8 Juiz Rodrigo Dias da Fonseca

J.V

assegurada em nível constitucional (art. 5°, LXXIV), a justiça gratuita refere-se exclusivamente às despesas processuais, mesmo que a assistência judiciaria tenha sido prestada por advogado livremente constituído pela parte" (in Revista LTr, Fevereiro/2001, p. 201).

Merece transcrição ainda, pela clareza e excelência dos fundamentos, a lição de José Augusto Rodrigues Pinto, quanto à distinção entre os dois institutos *in verbis*:

"São duas figuras afins, que podem até se completar, mas nunca se confundir. Não obstante, soem ser embaralhadas numa noção única, em grave equívoco perceptível pelo exame da própria legislação processual trabalhista.

(...)

Gratuidade da justiça ou justiça gratuita é a concessão da lei, feita à parte que não dispõe de meios para prover as despesas obrigatórias de processo, de litigar com dispensa do respectivo encargo.

Assistência judiciária gratuita é a concessão da lei à parte que, não disponde de meios para suportar o pagamento de honorários de advogado, possibilita sua representação em juízo sem o respectivo encargo.

A afinidade das duas figuras é a mesma que se vê do gênero com a espécie ou do continente com o conteúdo que as relacionam. E esta relação ocorre porque a base para a concessão de qualquer dos dois benefícios é a mesma: a miserabilidade jurídica da parte, que significa, em direito processual, o nível de pobreza que não permite pagar as despesas do processo sem privar-se, a família, do sustento".

E arremata o renomado mestre, quanto à possível origem da confusão entre os operadores do direito:

"No processo civil a assistência judiciária e a gratuidade da justiça podem apresentar-se justapostas por causa da falta de capacidade#

130

processual da parte, que só poderá residir em juízo, isto é, dirigir-se ao juiz no processo, por meio de profissional habilitado. Este, gozando da capacidade processual, deverá representá-la em juízo.

Nesses casos, consequentemente, a gratuidade da justiça passa a ser uma fração do conteúdo da assistência judiciária gratuita, pois seria inconcebível não se dispor de meios para pagar o advogado, mas ter forças financeiras para arrostar as despesas processuais.

Ora, no processo do trabalho, o princípio normativo geral é de que o empregado e o empregador têm capacidade postulatória (CLT, arts. 791 e 839, a), o que torna desnecessária a representação e, portanto, voluntária a despesa com a constituição do advogado como assistente técnico" (in "Revista LTr", Janeiro/2003, p. 13 - grifos do original).

Em suma, o i. doutrinador indica que, no processo do trabalho, é absolutamente inócuo o pedido de assistência judiciária gratuita, se o trabalhador não estiver assistido pelo sindicato de sua categoria profissional.

Portanto, quanto à assistência judiciária, não preenchidos os requisitos legais, indefiro.

Nada obstante, considerando a declaração de insuficiência econômica de fls. 6 e o disposto no art. 4°, caput e § 1°, da Lei n. 1.060/50, com redação dada pela Lei n. 7.510/86, bem como art. 790, § 3°, da CLT, defiro os benefícios da justiça gratuita.

#### 6. Honorários periciais.

Em vista do cuidado e abrangência do laudo pericial apresentado, que demonstra a diligência do louvado do juízo, bem como em consideração ao trabalho e custos que o expert teve para o desempenho de sua função, fixo em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) os honorários periciais, a serem suportados pela reclamada, nos termos do art. 790-B, da CLT. #

### 130/

#### III. DISPOSITIVO

ISSO POSTO, resolvo rejeitar a impugnação ao valor da causa e a preliminar de inépcia da petição inicial e, no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da exordial, para condenar e ANDRADE E VIEIRA LTDA. a pagar a MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO indenização por danos materiais e morais (estéticos) no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), respectivamente.

Tudo na forma da fundamentação, que integra o presente dispositivo para todos os efeitos legais.

Honorários periciais, pela reclamada, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais).

Incidem juros e correção monetária, nos termos do art. 883 da CLT, art. 39, caput e § 1º da Lei n. 8.177/91, En. 200 do TST e Orientação Jurisprudencial n. 300, da SDI-1/TST.

Ante a natureza indenizatória da parcela objeto de condenação pecuniária, não incidem recolhimentos fiscais, nem previdenciários.

Custas pela reclamada no importe de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), calculadas sobre R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais), valor da condenação.

Notifiquem-se as partes.

Nada mais

Rodrigo Dias da Fonseca

Juiz do Trabalho

Samuel Fábio F. Júnior Diretor de Secretaria





JUDICIÁRIO DA PODER TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

#### PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO:

RT 01566-2005-007-18-00-8

DATA DA NOTIFICAÇÃO: 06/03/2006 08:38

TEOR DO DESPACHO:

Notificação Nº: 2148/2006

Processo N°: RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADVOGADO..: ENIVAL PIRES DA SILVA RECLAMADA .: ANDRADE E VIEIRA LTDA. ADVOGADO..: KELLY SUZY SANTOS

DESPACHO:

CIÊNCIA ÀS PARTES, NO PRAZO LEGAL, DA SENTENÇA DE FLS. 172/180 DOS AUTOS, CUJO DISPOSITIVO É O SEGUINTE: ISSO POSTO, resolvo rejeitar a impugnação ao valor da causa e a preliminar de inépcia da petição inicial e, no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da exordial, para condenar e ANDRADE E VIEIRA LTDA. a pagar a MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO indenização por danos materiais e morais (estéticos) no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), respectivamente. Tudo na forma da fundamentação, que integra o presente dispositivo para todos os efeitos legais. Honorários periciais, pela reclamada, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Incidem juros e correção monetária, nos termos do art. 883 da CLT, art. 39, caput e § 1° da Lei n. 8.177/91, En. 200 do TST e Orientação Jurisprudencial n. 300, da SDI-1/TST. Ante a natureza indenizatória da parcela objeto de condenação pecuniária, não incidem recolhimentos fiscais, nem previdenciários. Custas pela reclamada no importe de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), calculadas sobre R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais), valor da condenação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.





Notificação Nº: 2148/2006 Certifico que a notificação supra RT 01566-2005-007-18-00-8 publicada no DJ-GO 14.714, de 09/03/2006, 5°-f., circulado em 09/03/2006, 5°-f. Pág. Goiânia, 09/03/2006. 5°-f. Adjusto do Dirotor

SAJR9000





#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

#### SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO

DESTINATÁRIO WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA

RUA S-02, Nº 229 SETOR BELA VISTA CEP - GOIÂNIA-GO

Notificação Nº

2150/2006

Processo No

RT 01566-2005-007-18-00-8

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

RECLAMADA: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

Fica V.Sa notificada para o fim declarado abaixo:

CIÊNCIA ÀS PARTES, NO PRAZO LEGAL, DA SENTENÇA DE FLS. 172/180 DOS AUTOS, CUJO DISPOSITIVO É O SEGUINTE: ISSO POSTO, resolvo rejeitar a impugnação ao valor da causa e a preliminar de inépcia da petição inicial e, no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da exordial, para condenar e ANDRADE E VIEIRA LTDA. a pagar a MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO indenização por danos materiais e morais (estéticos) no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), respectivamente. Tudo na forma da fundamentação, que integra o presente dispositivo para todos os efeitos legais. Honorários periciais, pela reclamada, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Incidem juros e correção monetária, nos termos do art. 883 da CLT, art. 39, caput e § 1º da Lei n. 8.177/91, En. 200 do TST e Orientação Jurisprudencial n. 300, da SDI-1/TST. Ante a natureza indenizatória da parcela objeto de condenação pecuniária, não incidem recolhimentos fiscais, nem previdenciários. Custas pela reclamada no importe de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais), calculadas sobre R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais), valor da condenação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

Em 06 de Março de 2006

Data de postagem: 06 de Março de 2006

ANDRÉA MENDONÇA COSTA BALESTRA ASSISTENTE 2



#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO Rua T-29 nº 1403 Setor Bueno Goiânia-GO - GOIÂNIA

#### CARGA DE PROCESSO

PROCESSO: RT 01566-2005-007-18-00-8

Nesta data, fiz carga dos presentes autos contendo 183 folha(s) e UNICO volume(s), ao Dr(a) LUIS GUSTAVO NICOLI, OAB N° 22300 GO, sob carga n° 704/2006, e que deverão ser devolvidos no dia 13 de Março de 2006.

GOIÂNIA, 13 de Março de 2006 [Segunda-Feira].

ANTONIA MARCHETTI/ERNESTO CARNEIRO WENDELL IKEDA/ALINE SOUSA

LUIS GUSTAVO NICOLI

TO VARA DO INALESTA DE LA SOLICIO DE LA SOLI

N° CARGA 00704-2006

Antonio de Castro Marchett TRT 18º Região Téc. Judiciário

PARTE BRANCO PARTE h 1 5 PARTE PARTE BRANCO EN BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE DRANCO PARTE 52A000 PARTE BRANCO PARTE BUNNES PARTE PARTE PARTE

Nesta data, procedo à juntada de ( petição, ( ) ofício, ( ) \_\_\_\_\_. DOU FÉ.

03/2006, 4ª feira. Goiânia, \_\_\_

Andréa Mendonça Costa Balestra Assistente 2

EXCELENTÍSSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DA SÉTIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - ESTADO DE GOIÁS - 18ª. REGIÃO.

RECLAMAÇÃO n. 01.566/2005 - VT

MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO e ANDRADE E VIEIRA LTDA., já devidamente qualificados nos autos acima referenciados, da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DO TRABALHO, que o primeiro promove em desfavor do segundo, por seus advogados e bastante procuradores "in fine" assinados, (outorga nos autos), comparecem a douta e honrosa presença de V. Exa., informar que, para por fim a contenda, as partes aqui nominadas, chegaram à seguinte composição:

A reclamada – Andrade e Vieira Ltda., - pagará ao reclamante – Miguel Martins Carneiro Filho - a importância líquida de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), dividido em 07 (sete) parcelas nos seguintes valores e vencimentos: Primeira parcela de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o dia 30-03-06 diretamente ao patrono do reclamante contra recibo em espécie; O restante na importância de R\$ 7.000,00 em 06 parcelas, sendo a segunda de R\$ 1.170,00 (hum mil, cento e setenta reais) para o dia 30-04-06 e as demais nos valores de R\$ 1.166,00 cada, todo o dia 30 dos meses subseqüentes, sendo a última para o dia 30-09-06. Os pagamentos serão depositados no PAB da C.E.F., estabelecida na sede do TRT, com exceção da primeira. Caso a data fixada para pagamento das parcelas aconteça nos finais de semana ou feriados, serão realizados no primeiro dia útil ao do vencimento.

Acorda as partes que, caso a reclamada venha descumprir o presente acordo no todo ou em parte, incorrerá em multa de comum acordo fixada em 100% (cem por cento) sobre o valor total do acordo,

a

185

sem prejuízo dos seus acréscimos legais. Ainda, as parcelas vincendas vencerão antecipadamente para fins de execução.

A verba do presente processo é puramente indenizatória (acidente do trabalho), caso haja incidência previdenciária ou custas processuais, correrão às expensas da Reclamada, a exceção do recolhimento à titulo de IRRF, caso haja incidência, os quais serão, em momento oportuno, comprovados pela parte responsável.

Pelo cumprimento do presente acordo, dá o Reclamante, plena, rasa e irrevogável quitação ao objeto da presente ação, dando-se por satisfeito para nada méis reclamar em juízo ou fora dele. Cada parte arcará com os honorários de seus respectivos procuradores.

ISTO POSTO, requerem à Vossa Excelência a <a href="https://example.com/HOMOLOGAÇÃO">HOMOLOGAÇÃO</a> do presente <a href="https://example.com/ACORDO">ACORDO</a>, nos termos do art 269, inciso III do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Nestes termos

Pedem Deferimento.

Goiânia, 22 de março de 2006.

Dn

Miguel Martins Carneiro Filho.

(Reclamante)

Andrade e Vieira Ltda

(Reclamada)

dv. Enival Pires da Silva

ØAB/GO 16.960

Adv. laracélia Leable Souza

OAB/GO 7.776

#### Autos 7º Vara do Trabalho nº 01.556/05-1

#### CERTIDÃO

certifico que em 17/03/06, 6ª feira, ocorreu o trânsito em julgado da r. sentença de fls. 17/21 (intimação de fl. 181). DOU FÉ.
Goiânia, 23 de março de 2006, 5ª feira.

Míriam Dás Ferreira
Assistente Secretário

#### CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao(à) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho desta Eg. 7ª Vara do Trabalho de Goiânia.

Goiânia, 23 de março de 2006, 5ª feira.

#### Miriam Vils Ferreira Assistente Secretário

Homologo a avença noticiada às fls. 230/231, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, exceto quanto à cláusula penal, ante o disposto no art. 412, do Código Civil, devendo a multa estipulada incidir, apenas, sobre as parcelas inadimplidas.

Custas pela reclamada, no importe de R\$230,00, calculadas sobre o valor acordado.

Deverá, ainda, a reclamada comprovar, no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento da última parcela acordada, o depósito relativo aos honorários periciais (R\$1.200,00), bem como comprovar o recolhimento das custas.

Não há que se falar em contribuição previdenciária ante a natureza indenizatória das verbas deferidas na r. sentença exequenda.

Cumprido o acordo, pagos os honorários periciais e recolhidas as custas, arquivem-se os autos.

Intimem-se as partes da presente homologação.

Goiânia, 24 de março de 2006.

Antônia Helena Gowes Borges Taveira
Juiza do Trabalho



#### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO SETIMA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

#### PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO:

RT 01566-2005-007-18-00-8

DATA DA NOTIFICAÇÃO: 27/03/2006 08:31

TEOR DO DESPACHO:

Notificação Nº: 3068/2006

Processo N°: RT 01566-2005-007-18-00-8 7ª VT

RECLAMANTE: MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ADVOGADO..: ENIVAL PIRES DA SILVA RECLAMADA.: ANDRADE E VIEIRA LTDA.

ADVOGADO..: KELLY SUZY SANTOS

DESPACHO:

ÀS PARTES: Homologo a avença noticiada às fls. 230/231, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, exceto quanto à cláusula penal, ante o disposto no art. 412, do Código Civil, devendo a multa estipulada incidir, apenas, sobre as parcelas inadimplidas. Custas pela reclamada, no importe de R\$230,00, calculadas sobre o valor acordado. Deverá, ainda, a reclamada comprovar, no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento da última parcela acordada, o depósito relativo aos honorários periciais (R\$1.200,00), bem como comprovar o recolhimento das custas. Não há que se falar em contribuição previdenciária ante a natureza indenizatória das verbas deferidas na r. sentença exeqüenda. Cumprido o acordo, pagos os honorários periciais e recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Intimem-se as partes da presente homologação.



Notificação N°: 3068/2006 RT 01566-2005-007-18-00-8 Certifico que a notificação supra foi publicada no DJ-GO 14.729, de 30/03/2006, 5ª-f., circulado em 30/03/2006, 5ª-f. Pág. 33/35. Goiânia, 31/03/2006. 6ª-f.

CERTIDÃO

De Tiel die Soll de Hista: 08:31:19 Página: 1 de 1

SAJR9000

PARTE EN CLANCO PARTE EM DILLICO PARTE III DRANCO DYDLE EN DEFINCO PARTE IN DIMES PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM DIANCO PARTE EM DIANCO PARTE THE POLICE PADTE PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EN BRANCO PARTE EM BRAHCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRAHCO PARTE EM BRANCO PARTE EM BRANCO PARIE EM BOARGO PARTE EM CAMEO

#### TERMO DE HINTADA

> Antonia de Carro Marchetti TRT 184 Região Téc. Judiciário

(T ::8º GDIANIA INSC? 03-A-0-2006-17:44-069337-1/2

EXCELENTISSIMO(a) SENHOR(a) DOUTOR(a) JUIZ(a) DA **SÉTIMA** VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA – ESTADO DE GOIÁS.- 18ª. REGIÃO.

Reclamação n. 01.566/2005

MIGUEL MARTINS CARNEIRO, já devidamente qualificado nos autos acima referenciados, da AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, que promove em face de ANDRADE E VIEIRA LTDA., também já qualificado nos mesmos autos, via de seu advogado e bastante procurador que esta subscreve (outorga nos autos), com banca profissional nesta Capital, sito a Av. C-17, n. 135, Setor Sudoeste (fone: 3247-3222), comparece a douta presença de Vossa Excelência, para expor e ao final REQUERER o seguinte:

Exa., o devedor após pagar a segunda e a terceira parcela em atraso, sem a dispensa da multa pactuada de 100% (cem por cento), vencida a quarta parcela, o devedor solicitou a dilação do prazo para o seu resgate, sendo-lhe concedido o prazo até o dia 20 de julho/06.

Acontece Exa., que o devedor, mesmo com a dilação do prazo, não pagou a quarta parcela que, agora, acumula-se com a quinta parcela (vencida em 31-07-06), também não paga pelo devedor. Após vários contatos com o devedor para uma solução amigável, este não nos atende mais, não restando outra solução senão essa, de requerer a execução do acordo de fls., dos autos.

Dessa forma, REQUER a V. Exa., seja os autos remetidos ao contador judicial, para atualização das parcelas vencidas e não pagas nos dias 30-06-

## 100

#### CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho desta Eg. 7ª Vara do Trabalho de Goiânia.

Goiânia, 04 de agosto de 2006, 6ª feira.

Míriam Dias Ferreira Assistente Secretário

Execute-se o acordo. Ao Cálculo, observando-se o disposto no art. 891/CLT e decisão de fl. 186 quanto À cláusula penal, apurando-se, também, os valores devidos a título de contribuição previdenciária.

Goiânia, 07 de agosto de 2006.

Antônia Helena Gomes Borges Taveira Juíza do Trabalho Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO

#### TERMO DE REMESSA E VERIFICAÇÃO DE FOLHAS

Nesta data, remeto estes autos à Diretoria do Serviço de Cálculos Judiciais, contendo 19/ folhas, todas numeradas e rubricadas. DOU FÉ.

Goiânia, 07/08/2006, 2ª feira.

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data, recebo os presentes autos oriundos da 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO.

Goiânia, 03/08/2006, 2 afeira

& Divina Xanier de Bastos - Tácnico Judiciária

DIRETORIA DE CÁLCULOS-REMESSA

Certifico que nesta data, remeto estes autos à

sua origem.

Goiânia, 10 de agosto de 2006.

Divina vavien de Bastos do
Técnico Judiciario

Goiania,\_\_\_/\_\_/2006, "feira.

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data, recebo os presentes autos oriundos da Diretoria do Serviço de Cálculos Judiciais.

Goiânia, 14/01/2006,  $2^a$  feira.

Paulo Roberto Dragalzew Analista Judiciário TRT 18ª Região

#### TRT 18ª REGIÃO

DIRETORIA DE SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS TRT/SPD

001 Pág.:

DE CÁLCULO RESUMO

PROCESSO:

01566-2005-007-18-00-8

ORIGEM : 01-GOIÂNIA

PARCELAS DEVIDAS	VALORES A PAGAR (R\$)
Valores atualizados até: 31/08/2006	
TOTAL DO(s) RECTE(s)	7.124,43
FGTS A RECOLHER	
Custas Processuais	241,51
Honorários Assistenciais %	0,00
Honorários Periciais %	1.211,22
Custas executivas e emolumentos %	0,00
<pre>INSS - (Empregador+GIILDRAT+Terceiros)</pre>	0,00
INSS - (Empregado)	
Diversos %	0,00
Custas da liquidação	41,68
TOTAL DO CÁLCULO	8.618,84
Cota parte de recolhimentos previdenciários	1477 - T
I.N.S.S. (cota parte do empregado) :	0,00
I.N.S.S. (cota parte do empregador):	0,00
TERCEIROS:	0,00
GIILDRAT:	0,00
I.R.R.F (a recolher) :	0,00
VALOR LIQUIDO DO(s) RECLAMANTE(s)	7.124.43

GOIÂNIA

10 de

AGOSTO

DIRETOR

Francimar Martins Danlas Diretor do Serviço de Cálculos Judiciais

TRT/SPD

TRT 18ª REGIÃO

DIRETORIA DE SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS

RESUMO DE CÁLCULO

**PROCESSO:** 01566-2005-007-18-00-8

ORIGEM : 01 - GOIÂNIA

0001 - MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

INSS do Empregado: 0,00 Inss do Empregador: 0,00 Valor Líquido: 7.124,43

Principal Devido Principal a Somar Total Principal F.G.T.S Devido F.G.T.S a Somar Total F.G.T.S

7.124,43

#### TRT/SPD DIRETORIA DE SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Pág.: RELATÓRIO DO RESUMO PARCELAS ATUALIZADAS E COM JUROS

001

4

PROCESSO: 01566-2005-007-18-00-8

ORIGEM : 01 - GOIÂNIA

COD. RECTE: 0001 - MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

CALCULISTA: WELCIO F.G.T.S: SOMA

CÁLCULO IMP. RENDA: SIM

#### RESUMO DAS PARCELAS

175 MULTA DO ACORDO 4.764,99 176 VALOR DO ACORDO 2.359,44

**TOTAL** : 7.124,43

#### Cálculo do Imposto de renda a Recolher

OBS.: BASE DE CÁLCULO SEM A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA IMPOSTO DE RENDA R\$ 0,00 ==> BASE DE CÁLCULO NÃO TRIBUTÁVEL

Parcelas	Alíquota (%)	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Parcela a Deduzir	IRRF a Recolher
Demais Parc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13o. Salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Férias + 1/3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL					0,00



TRT/SPD DIRETORIA DE SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Pág.: 001 RELATÓRIO DE CÁLCULO E ATUALIZAÇÃO

PROCESSO: 01566-2005-007-18-00-8 COD. RECTE: 0001-MIGUEL MARTINS CARNEIRO FILHO

ORIGEM : 01 - GOIÂNIA CALCULISTA: WELCIO

DATA AJUIZAMENTO: 30/04/2006 DATA BASE: 30/07/2006 CÁLCULO IMP. RENDA: SIM CÁLCULO I N S S · SI

CÁTCITO T N S S . STM

CALCULO IMP. RENDA	: SIM	CALCULO	I.N.S.S. :	SIM	F.G.T.S:	SOMA
MÊS/ANO VERBA		VALOR	QTD. ÍNDICE	DIVISOR BASE	IND.CORR.MON.	VAL . ATUAL
04/ 2006 <b>175</b> MULTA DO	ACORDO	1.170,00			1,00558636	1.176,54
Total Atualizado:	1.176,54 Juros:	3,00 %	Total Atu	alizado com ju	ıros :	1.211,84
MÊS/ANO VERBA		VALOR	QTD. ÍNDICE	DIVISOR BASE	IND.CORR.MON.	VAL.ATUAL
05/ 2006 <b>175</b> MULTA DO	ACORDO	1.166,00			1,00369139	1.170,30
Total Atualizado:	1.170,30 Juros:	2,00 %	Total Atu	ualizado com ju	ıros :	1.193,71
MÊS/ANO VERBA		VALOR	QTD. ÍNDICE	DIVISOR BASE	IND.CORR.MON	VAL.ATUAL
06/ 2006 <b>175</b> MULTA DO	ACORDO	2.332,00	1,00 1,00	00 1,00 170	6 1,001751	2.336,08
06/ 2006 <b>176</b> VALOR DO	ACORDO	2.332,00			1,001751	2.336,08
Total Atualizado:	4.672.16 Juros:	1.00 %	Total Atu	alizado com ju	ıros :	4.718,88

T	$\circ$	T	7	т	C	C	1	D	7	T	C
200		- 1	_					_	_		

7.019,00 Principal Convertido SEM Juros de Mora :

0,00 F.G.T.S Convertido SEM Juros de Mora :

7.124,43 Principal Convertido COM Juros de Mora :

0,00 F.G.T.S Convertido COM Juros de Mora :

TRT/SPD DIRETORIA DE SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Pág.:

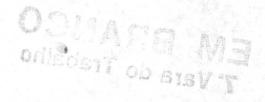
001

#### RESUMO DE CÁLCULO

#### Atualização de Cálculos (Total do CUSTAS)

PROCESSO: 07-1566/2005 ORIGEM: 01-GOIÂNIA

R\$	230	- Valor apurado em 24/03/2006
(x)	1,009352	- Coefic. Atualizacao Monetaria
R\$	232,15	- Saldo
(x)	1,0403	- Juros de 30/4/2006 ate 31/8/200
R\$	241,51	- TOTAL Atualizado



TRT/SPD DIRETORIA DE SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Pág.: 0

001

#### RESUMO DE CÁLCULO

Atualização de Cálculos (Total dos H. PERICIAIS)

PROCESSO: 07-1566/2005 ORIGEM: 01-GOIÂNIA

R\$ 1200 - Valor apurado em 24/03/2006

(x) 1,009352 - Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$ 1211,22 - Saldo em 31/8/2006



198

#### Autos 7ª Vara do Trabalho nº 01.566/05-8

#### CONCLUSÃO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Juiz Presidente.
Goiânia, 14 de agosto de 2006, 2ª feira.

Míriam Dias Ferreira
Assistente Secretário

Devolvam-se os autos ao Serviço de Cálculos Judiciais para retificação da conta, devendo a multa estipulada ser aplicada, apenas, sobre a parcela não paga, vencida em 30/06/06, antecipando o vencimento das demais e excluindo a multa atribuída às outras.

Goiânia, 15 de agosto de 2006.

Eneida Martins Pereira de Souza Alencar Juíza do Trabalho Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO

#### TERMO DE REMESSA E VERIFICAÇÃO DE FOLHAS

Nesta data, remeto estes autos à Diretoria do Serviço de Cálculos Judiciais, contendo 199 folhas, todas numeradas e rubricadas. **DOU FÉ**.

Goiânia, 17/08/2006,  $5^{a}$  feirá.

Waldir Flàvio de Soura

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data, recebo os presentes autos oriundos da 7ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO.

Goiânia, 15/05/2006, 6 afeira



DIRETORIA L	Æ	CALCULUS-KEMESSA
-------------	---	------------------

Certifico que nesta data, remeto estes autos à

Goiânia, 22 de agosto de 2006.
Divina Mavier de Bastos
Técnico Judiciario

presentes

itos a Secretaria

do

GOIANIA,\_\_\_/\_\_/2006,\_\_\_-Teira.

#### TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data, recebo os presentes autos oriundos da Diretoria do Serviço de Cálculos Judiciais.

Goiânia, 12/01/2006, 3 ª feira

Assistante 2

# PARTE EM D'A:CO 7 Vara do Trabalho

CERTIDÃO

Certifico que procedi à formação de volume(s) destes autos, terminando o presente com a numeração 199 e iniciando o 2º com a numeração 200. DOU FÉ. Goiânia, <u>04</u> / <u>09</u> /2006, <u>2</u><sup>a</sup> feira.

Minuscio Alver dos Keis Secretário Especializado